

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre os discursos católicos proferidos sobre Albertina Berkenbrock em dois períodos distintos e compreender em que medida estes produziram e foram responsáveis por reiterar um modelo de santidade feminina. A partir da perspectiva da História do Tempo Presente, observou-se as reincidências de um passado que traçaram sentido para a beatificação de Albertina com base na adesão à fé católica e em valores relativos, sobretudo, ao gênero e à sexualidade. Esses valores foram responsáveis por estabelecer um modelo de conduta dirigido especialmente à juventude.

Orientadora: Caroline Jaques Cubas.

Florianópolis, 2020

ANO
2020

KELLY CAROLINE NOLL DA SILVA | “ SANGUE E SILÊNCIO NA MATA
VIRGEM” : A CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE DE ALBERTINABERKENBROCK
(SANTA CATARINA, 1931-2008)



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“SANGUE E SILÊNCIO NA MATA VIRGEM”: a
construção da santidade de Albertina Berkenbrock
(Santa Catarina, 1950-2008)

KELLY CAROLINE NOLL DA SILVA

FLORIANÓPOLIS, 2020

KELLY CAROLINE NOLL DA SILVA

“SANGUE E SILÊNCIO NA MATA VIRGEM”: a construção da santidade de Albertina Berkenbrock (Santa Catarina, 1950-2008)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientadora: Professora Dra. Caroline Jaques Cubas.

FLORIANÓPOLIS, SC
2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Silva, Kelly Caroline Noll da
"Sangue e silêncio na mata virgem" : a construção da santidade
de Albertina Berkenbrock (1950-2008) / Kelly Caroline Noll da
Silva. -- 2020.
116 p.

Orientadora: Caroline Jaques Cubas
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação -- Selezione --, Florianópolis, 2020.

1. História do Tempo Presente. 2. Catolicismo. 3. Santidade. 4.
Juventude. 5. Albertina Berkenbrock. ? I. Cubas, Caroline Jaques.
II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação -- Selezione
--. III. Título.

Kelly Caroline Noll da Silva

“Sangue e silêncio na mata virgem”: a construção da santidade de Albertina Berkenbrock (1950-2008).

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientadora:

Doutora Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Doutora Solange Ramos de Andrade
Universidade Estadual de Maringá

Membro:

Doutora Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 24 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Não há como iniciar os agradecimentos sem considerar as crises políticas, econômicas, sociais e de saúde que viemos enfrentando e seu significativo agravamento nos últimos tempos. Produzir ciência, em especial das humanidades, em um cenário onde a produção científica e a educação sofrem constantes ataques torna o percurso significativamente desafiador. Somado a isso, a recente pandemia que devasta toda a sociedade e cada indivíduo em medidas distintas. Nossas relações com o próximo e com o mundo são constantemente ressignificadas ao longo de nossas vidas, isso já sabemos. Mas em tempos de crises essas ressignificações ocorrem de maneira mais intensa e nos reinventam enquanto pessoas, no sentido mais amplo da palavra: nos reinventam enquanto cidadãs, profissionais, alunas, filhas, amigas, companheiras e todas as outras inúmeras facetas que uma mesma pessoa possa vir a possuir ao longo da vida. Nesses momentos, os laços que construímos não apenas nos fortalecem, mas nos permitem seguir em frente e manter a sanidade apesar de, e por conta de, tudo aquilo que nos cerca.

Agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina e ao Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação que viabilizou a realização desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em História e à coordenadora, Mariana Joffily, pela sensibilidade e compromisso com a pesquisa e com os pesquisadores e pesquisadoras que integram o programa.

À minha orientadora, Caroline Cubas. Pela paciência, dedicação e entusiasmo com que acompanha minha formação desde a graduação. Carol, tenho imenso carinho e admiração por você, obrigada pelos cafés, pelas conversas e pela impecável orientação ao longo de todos esses anos. Desde a nossa primeira troca de e-mails, ainda na graduação quando procurei por sua orientação no trabalho de conclusão de curso, até as nossas recentes últimas mensagens com a versão final desta dissertação. Nos encontramos em breve.

Às professoras Solange de Andrade e Silvia Arend, pelas gentis, pontuais e inspiradoras contribuições para a construção desta pesquisa desde a qualificação. É um privilégio ter este trabalho avaliado e poder dialogar com pesquisadoras que sejam referência tão significativa para minha pesquisa. Silvia, três bancas e diversos encontros do grupo de estudos de História das Infâncias e das Juventudes, outro privilégio que carrego em minha formação. Estou cercada de mulheres competentes.

A todas as professoras e professores com quem tive contato ao longo de toda minha trajetória acadêmica.

Aos servidores, técnicos e terceirizados da UDESC. Sempre cordiais e sensíveis com as demandas dos alunos e alunas. Em especial ao Piter, que facilita a vida de todos os pós-

graduandos do curso de História. E aos funcionários da Biblioteca Universitária, onde passei boa parte dos meus dias.

Às amigas que me acompanham desde muito antes da pós-graduação: Mariani, Bárbara Kolben e Maria Beatriz. Eu não tenho nem palavras. Obrigada pela amizade, pelo companheirismo, pelas cervejas e por não desistirem de mim mesmo depois de todas as vezes que eu furei no rolê (a última parte também pode ser lida como um pedido de desculpas). Lenon, Bárbara Donini e Luciana, com quem dividi essa empreitada da pós-graduação, que bom ter vocês para compartilhar as angústias e as risadas (mesmo aquelas de puro desespero). Ana Luiza e Pedro, serei sempre grata à amizade que construímos juntos. Obrigada pelas conversas e risadas madrugada adentro. Os jogos de tabuleiro jamais serão os mesmos. Ana, obrigada pelos puxões de orelha e por me tornar uma pessoa (sempre) mais organizada. Pedro, por todos os papos, desde os mais teóricos aos mais infundados. É uma honra ser colega de profissão de vocês.

Aos meus pais, Sandra e Carlos Roberto, que sempre investiram tudo o que tinham e o que não tinham na minha formação. Mãe, você me ensinou a ser o melhor que eu pudesse independente dos cenários mais adversos. Pai, obrigada por sempre acreditar em mim, e de novo e mais uma vez. Aos meus irmãos Douglas e Luciana, à minha sobrinha Maria Eduarda e ao meu cunhado Angelo. Amo vocês para sempre.

À minha avó, dona Maria de Lourdes Pacheco da Silva. Que o tempo seja gentil e nos permita dividi-lo por longos anos, de preferência mais de pertinho. Minha pessoa preferida no mundo, meu exemplo de força e coragem, minha inspiração. Nossas longas conversas ao telefone me lembram de onde vim e da importância de ocupar os lugares que são nossos. Sempre será por você, te amo!

Tony e Carla. Não faz sentido apresentá-los como sogro e sogra. Vocês nunca foram só isso. Afirmo que seria perto do impossível essa pós-graduação sem vocês. Me acolheram, me deram amor e afeto no meu momento de maior vulnerabilidade. Maria da Glória, o abraço e o aconchego de vó que tenho pertinho. Vocês estão presentes neste trabalho muito antes dele ganhar a forma de texto.

Alicy, minha primeira leitora. Com você divido todas as inseguranças e certezas, da pós-graduação e da vida. Eu não teria conseguido sem você. Obrigada por acolher minhas maiores crises de ansiedade e tristezas da vida com a mesma dedicação com que acolhe minhas alegrias e vitórias. Que bom que a gente se tem.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre os discursos católicos proferidos sobre Albertina Berkenbrock em dois períodos distintos e propõe-se compreender em que medida estes produziram e foram responsáveis por reiterar um modelo de santidade feminina. Pretendeu-se analisar de que forma a imprensa católica da década de 1950 corroborou na divulgação do processo de beatificação de Albertina entre a comunidade, bem como o discurso religioso presente em biografias escritas nos anos 2000 se apropriaram e deram novos sentidos ao discurso do assassinato da menina de doze anos cometido em 1931. Qual(is) a(s) imagem(s) de Albertina Berkenbrock esses discursos produziram e em que medida foram responsáveis por reiterar um modelo de santidade. A partir da perspectiva da História do Tempo Presente, observou-se as reincidências de um passado que traçaram sentido para a beatificação de Albertina com base na adesão à fé católica e em valores relativos, sobretudo, ao gênero e à sexualidade. Esses valores foram responsáveis por estabelecer um modelo de conduta dirigido especialmente à juventude.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Catolicismo; Santidade; Juventude; Albertina Berkenbrock.

RESUMEN

Esta disertación presenta una investigación sobre los discursos católicos realizados sobre Albertina en dos períodos diferentes y para comprender en qué medida produjeron y fueron responsables de reiterar un modelo de santidad femenina. La intención era analizar cómo la prensa católica de la década de 1950 corroboró la difusión del proceso de beatificación de Albertina entre la comunidad, así como el discurso religioso presente en las biografías escritas en la década de 2000, que se apropió y dio nuevos significados al discurso del asesinato de niña de doce años comprometida en 1931. ¿Qué imagen (s) de Albertina Berkenbrock produjeron estos discursos y en qué medida fueron responsables de reiterar un modelo de santidad? Desde la perspectiva de la Historia Reciente, hubo una recurrencia de un pasado que tenía sentido para la beatificación de Albertina basada en la adhesión a la fe católica y los valores relacionados, sobre todo, con el género y la sexualidad. Los discursos católicos fueron responsables de establecer un modelo de conducta dirigido especialmente a los jóvenes basado en la idea del sacrificio presente en su muerte. Estos valores fueron responsables de establecer un modelo de conducta dirigido especialmente a los jóvenes.

Palabras clave: Historia Reciente; Catolicismo; Santidad; Juventud; Albertina Berkenbrock.

LISTA DE ABREVIATURAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
FAEPESUL	Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul
RCC	Renovação Carismática Católica
ONU	Organização das Nações Unidas
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico das Publicações sobre Albertina no jornal <i>O Apóstolo</i> (1950-1959).....	61
Figura 2 – Primeira matéria que dá sequência às publicações sobre Albertina em março de 1953.	62
Figura 3 – O túmulo de Albertina.....	63
Figura 4 – Imagem de Maria Goretti e texto sobre o martírio de Albertina. <i>O Apóstolo</i> , abril de 1952.	71
Figura 5 – Tabela com valores para publicação n’ <i>O Apóstolo</i> , fevereiro de 1959.	74
Figura 6 – Coluna “graças” com imagem do túmulo de Albertina. <i>O Apóstolo</i> , março de 1956.	76
Figura 7 – Gráfico Vezes em que o nome de Albertina Berkenbrock e Maria Goretti apareceram na coluna “Graças” do jornal <i>O Apóstolo</i> (1950-1959).....	77
Figura 8 – Matéria do jornal <i>O Estado</i> (SC) sobre o processo de beatificação de Albertina, abril 1952.....	80
Figura 9 – Matéria do jornal <i>O Estado</i> (SC) divulgando biografia escrita sobre Albertina, novembro de 1954.	80
Figura 10 – Matéria d’ <i>O Diário Carioca</i> sobre o processo de beatificação e as visitas ao túmulo da mártir, junho de 1952.	81
Figura 11 – Matéria d’ <i>O Diário Carioca</i> sobre possível milagre de Albertina e andamento do processo de beatificação, maio de 1952.	82
Figura 12 – <i>Jornal Correio da Manhã</i> (RJ) divulga matéria a ser publicada sobre Albertina na revista <i>O Cruzeiro</i> (RJ), julho de 1952.....	83
Figura 13 – Foto de Josefina Berkenbrock, mãe de Albertina, trabalhando na terra.	93
Figura 14 – Foto de Henrique Berkenbrock, pai de Albertina, brincando com uma de suas netas.	93
Figura 15 – Imagem do santinho de Albertina.	100

Sumário

1	INTRODUÇÃO: POR QUE ALBERTINA?	19
2	CAPÍTULO I - A REABERTURA DO PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO	28
2.1	IGREJA CATÓLICA E SANTIDADE NOS ANOS 2000	28
2.1.1	AS ETAPAS DO PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO DE ALBERTINA	36
2.2	PERTENÇA A DEUS, EXEMPLO AOS JOVENS	41
2.3	ALBERTINA ENTRE TEMPOS	48
3	CAPÍTULO II - ALBERTINA NAS PÁGINAS DE JORNAL NOS ANOS 1950	53
3.1.	A BOA IMPRENSA: O JORNAL CATÓLICO	53
3.1.1	A CONSTRUÇÃO DE ALBERTINA ENQUANTO ACONTECIMENTO N’O APÓSTOLO	60
3.1.2	“MARIA GORETTI DO BRASIL”	68
3.1.3	GRAÇAS RECEBIDAS	72
3.3	A “MÁ IMPRENSA”: OS PERIÓDICOS LAICOS	78
4	CAPÍTULO III – ALBERTINA NAS BIOGRAFIAS DOS ANOS 2000	85
4.1.	AS BIOGRAFIAS ENQUANTO FONTE DE PESQUISA	85
4.2.	IMIGRANTE, ALEMÃ, TRABALHADORA E CATÓLICA: A FAMÍLIA BERKENBROCK	92
4.3.	CARIDOSA, OBEDIENTE E RECATADA: A ADESÃO À FÉ CATÓLICA NA VIDA DE ALBERTINA	95
4.4.	VIRGEM, PURA E MÁRTIR: O BEM CONTRA O MAL, “O ANJO E O MONSTRO”	101
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS – “ALBERTINA AINDA VIVE”	106
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO: POR QUE ALBERTINA?

Por que ela?

Foi essa a pergunta que meu irmão fez quando contei qual era o meu projeto de pesquisa, recém aprovado na seleção de mestrado, em julho de 2018. Ele, que sempre preferiu a bola, o skate e o patins ao invés do livro, foi a primeira pessoa fora do ambiente acadêmico para quem eu havia contado sobre a minha pesquisa. “Por que ela? Tantas meninas são assassinadas, violentadas, por que a Igreja escolheu ela? Por que *tu escolheu* ela?” Não soube responder. Percebi ali, que antes de justificar a linha de pesquisa, a teoria e a metodologia, precisava entender porquê, em meio a tantas histórias, havia optado por Albertina.

Talvez tenha me interessado tanto pela história da menina porque passei boa parte da minha infância e adolescência dentro da Igreja Católica. Gostava de olhar as crianças que ajudavam o padre durante as missas, tocando o sino quando todos estavam ajoelhados. Descobri que o nome dado às crianças que desempenhavam aquela função era “coroinha” e logo quis ser também. A catequese, o grupo de jovens e toda a minha inserção dentro da Igreja veio como consequência quase que natural depois disso. Durante o tempo em que lá estive, diversas das características empregadas à Albertina me eram familiares. Era preciso ser santa. Ir à missa aos domingos, respeitar pai e mãe, mas também guardar o próprio corpo. Na infância, inocente, pura, simpática, prestativa. Na adolescência, acrescenta-se a virgindade, o recato. Todos valores que observo serem comuns à jovem católica no começo do século XXI, remanescentes de normas antigas impostas pela Igreja. O fato é que, ainda na época da escrita do trabalho de conclusão de curso, em que já pesquisava a construção dos discursos da Igreja sobre a vida da menina, percebi que boa parte dos adjetivos que eram empregados a ela pela imprensa católica me eram familiares.

Pouco antes de encerrar a educação no ensino básico já havia me desligado da Igreja, mas o interesse pela religião com a qual tive contato durante anos continuou na graduação. Dentre as diversas possibilidades de pesquisa referentes à Igreja Católica, o termo “santidade feminina” era o que mais me chamava atenção. Se existia uma santidade feminina, é porque havia uma que fosse masculina? Mas “ser santo” não é uma ideia única? O que difere um do outro? Perguntas inocentes lançadas por uma graduanda curiosa, movidas por suas experiências anteriores à graduação.

Mas o que seria então essa santidade feminina? Quais as características que a diferenciaria de uma santidade masculina? Para responder a essas questões precisava de um

sujeito que tivesse suas qualidades de vida reconhecidas pela Igreja Católica. Foi através da dissertação de mestrado da historiadora Ana Cláudia Ribas (2009), enquanto realizava a escrita do trabalho de conclusão de curso, que cheguei à Albertina e a parte das fontes que serão aqui analisadas. Na dissertação, Ribas (2009) utiliza o periódico *O Apóstolo* enquanto fonte e objeto de pesquisa e sinaliza para o vasto campo que se abre para a análise dos discursos normatizantes difundidos pela Igreja Católica na primeira metade do século passado. Albertina Berkenbrock aparece no último subcapítulo da dissertação e sua história de vida, morte e martírio logo me chamaram atenção e me instigaram a conhecer melhor os usos que foram feitos por parte da Igreja a partir do que lhe ocorreu.

Assim, conforme a pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão de curso era finalizada, novas questões surgiam. Restringida pelo tempo, o objetivo da pesquisa era compreender a construção dos discursos da imprensa católica entre 1952 e 1959, que subsidiaram tanto o processo de beatificação, quanto a construção de um modelo de santidade a partir da história de Albertina. Levando em consideração que Albertina só seria beatificada em 2007, há uma série de questões que a análise isolada da década de 1950 não nos permitiam observar. Por exemplo, os discursos da imprensa católica eram consonantes com o discurso judicial? As ferramentas utilizadas para justificar o martírio e a beatificação de Albertina na década de 1950 eram as mesmas que dos anos 2000? Observa-se que as questões giram em torno de algo fundamental para a nossa análise: o tempo. As permanências e rupturas presentes nos sentidos dados pela Igreja Católica para viabilizar a construção de um modelo de santidade a partir de Albertina se alteram e geram novas perguntas conforme as experiências temporais se modificam.

Por ora foram as respostas que encontrei para responder parte da pergunta lançada por meu irmão. A outra parte, a de entender por que a Igreja escolheu o ocorrido à Albertina Berkenbrock, pretendo, se não responder, levantar algumas hipóteses ao longo de toda a dissertação. Antes, para começarmos, outra questão essencial: Afinal, quem é Albertina?

Junho de 1931. Menina de doze anos é assassinada após tentativa de estupro no pequeno município de Imaruí/SC. Notícia repulsiva? Perturbadora? Revoltante? É provável que sentimentos similares sejam provocados a maioria das pessoas que leem manchetes parecidas em jornais diários. Mas o que torna a violência sofrida por esta menina, singular em meio a tantas outras?

Na tarde do dia 15 de junho de 1931, ao sair de casa atrás de um boi roceiro que havia fugido das terras da família, Albertina avistou Maneco, vizinho e funcionário dos Berkenbrock, a quem perguntou se havia visto o boi. Maneco prontamente indicou a direção da mata e seguiu

a menina. Estes foram os últimos momentos de Albertina em vida. Maneco a degolou em seguida, após Albertina resistir à tentativa de estupro.¹

O crime ocorrido em 1931 foi responsável pelos novos contornos que a história de Albertina tomaria e por viabilizar as narrativas construídas a partir da década de 1950 pela Igreja Católica. Isso porque, ao contrário do que se procede na maioria dos casos, a história de Albertina inscreveu-se na memória da comunidade² em que nasceu e que foi criada, duas décadas mais tarde. Em abril de 1952 a Arquidiocese de Florianópolis/SC deu início ao pedido de beatificação, justificando que a garota deveria ser considerada mártir da Igreja por ter morrido em defesa da pureza do seu corpo e de sua alma. A partir de então, o periódico católico *O Apóstolo* dedicou páginas de edições inteiras para narrar a história da menina. Biografias foram escritas, um memorial na cidade em que Albertina nasceu foi criado e até um *site* a fim de divulgar a história da menina foi produzido.

Apesar do processo de beatificação ter iniciado em 1952, Albertina Berkenbrock só viria a se tornar oficialmente beata da Igreja Católica em 2007, sob o pontificado de Bento XVI (2005 – 2013). Assim, observa-se que há três experiências temporais na construção da sua santidade: o assassinato de Albertina em 1931; a abertura do seu processo de beatificação na década de 1950 e sua beatificação em 2007, fruto do desarquivamento do processo no início dos anos 2000. Uma vez que se entenda que esses três períodos estão ligados de forma inerente, o objetivo dessa pesquisa está em compreender de que forma – ou de quais formas – os discursos católicos provenientes do processo de beatificação (1952-1959) e da beatificação (2000-2007) se apropriaram e deram novos sentidos ao discurso judicial do crime em 1931. Qual(is) a(s) imagem(s) de Albertina Berkenbrock que esses discursos produziram e em que medida são responsáveis por reiterar um modelo de santidade feminina?

Poucas pesquisas foram encontradas que tivessem Albertina Berkenbrock como objeto de estudo. Destaca-se entre elas a dissertação da historiadora Ana Cláudia Ribas, defendida em 2009, e o capítulo de livro escrito pelas historiadoras Maria Stephanou e Marli de Oliveira Costa, publicado no mesmo ano. Conforme já mencionado anteriormente, Ribas (2009) se propõe a analisar os discursos normatizantes divulgados pela Imprensa Católica entre os anos de 1930-1959 e observa a presença de Albertina nas páginas do jornal, bem como os discursos

¹ Todas as informações sobre Albertina Berkenbrock foram retiradas das páginas do jornal católico *O Apóstolo* (1952-1959).

² As fontes consultadas não permitem afirmar em que dimensão a imagem da menina era cultuada antes da abertura do processo, mas é provável que sua figura já fosse conhecida e venerada pelos membros da comunidade onde viveu. Dessa forma, o que se pretende afirmar aqui é que a abertura do processo de beatificação dá um caráter oficial para o culto à imagem de Albertina que já era anteriormente conhecida.

sobre a construção de uma santidade feminina a partir da vida da menina ao longo da década de 1950. Em contrapartida, o artigo de Stephanou e Costa (2009) centraliza-se na relação entre infância e discurso religioso a partir de Albertina Berkenbrock em três biografias escritas por autoridades clericais, uma delas publicada em 1958 e as outras duas a partir dos anos 2000.

A historiadora Solange Andrade (2008) ao pesquisar a construção da santidade dos (as) mártires, verificou que “a única forma de uma criança tornar-se santa ou beata é a morte via sacrifício, suportar uma dor extremamente intensa, na qual tenha demonstrado coragem e determinação” (ANDRADE, 2008, p. 248), o que pode ocorrer em três circunstâncias distintas: “uma doença grave, uma morte violenta, sob tortura e, muito raramente, quando é vítima de uma experiência divina” (ANDRADE, 2008, p. 248). Albertina, que chega a ser referida por Andrade, se encaixa no segundo dos casos descritos e configura em um modelo de conduta para a comunidade.

Observou-se certa ausência de pesquisas de maior fôlego sobre Albertina Berkenbrock e que se debruçassem a pensar as três diferentes temporalidades presentes em todo o processo de construção da santidade. Ainda que existam poucos trabalhos sobre Albertina, outros tantos pesquisadores e pesquisadoras pensaram a questão da santidade. Entre eles (as) destaco três produções. A tese da socióloga Maria Cristina Leite Peixoto (2006) que busca compreender sobre o modelo de santidade proposto pela Igreja Católica no contemporâneo a partir da análise de dois brasileiros candidatos a canonização. A pesquisa desenvolvida pelo antropólogo Hugo Ricardo Soares (2015) sobre a produção social de um santo específico, o padre polonês Rodolfo Komórek. Para além de levantar questionamentos sobre os meandros de um processo de beatificação a partir da metade do século XX, a análise feita dá lugar aos devotos no processo para a oficialidade de um santo. Por fim, a historiadora Olívia Barreto de Oliveira Cappi (2011), que a partir da hagiografia de Rosa de Santa Maria (canonizada no século XVII), discutiu a questão dos discursos religiosos e a forma como modelos de santidade foram ao longo dos séculos utilizados pela Igreja Católica na manutenção da ordem social que estava posta no momento. Há diversos outros trabalhos que aqui não foram citados, mas que corroboram na análise de modelos exemplares para os fiéis católicos em diferentes recortes temporais que nos ajudam a pensar os usos e sentidos feitos a partir da figura do santo.

Compreende-se que com base nos pressupostos da História do Tempo Presente se poderá analisar novos delineamentos para entender tanto as diferentes formas de apropriação da Igreja para o crime, quanto para a análise da beatificação de Albertina para além de um fato isolado, mas como reflexo da manutenção de antigos valores cristãos sobre os corpos femininos. Essa relação entre passado e presente fora muito cara ao historiador Reinhart Koselleck, para

quem “ritos e dogmas dependem de repetibilidade para garantir sua constância” (KOSELLECK, 2014, p.13). Costumes, regras, leis, bem como instituições e organizações, seja no âmbito político, econômico ou social, dependem da repetição para poderem se renovar (KOSELLECK, 2014). Assim, o caráter exemplar presente nos discursos da Igreja sobre a história de Albertina e de outros beatos e santos se fundamenta na repetição dos princípios e valores cristãos já familiares aos fiéis. Dessa forma, ainda que possua suas singularidades, a beatificação de Albertina pode ser entendida como fruto de um discurso conservador que historicamente estabelece um modelo de mulher ideal específico. Além do mais, ainda que o processo de beatificação de Albertina indique a produção de um novo acontecimento, este “veicula, conota uma série de acontecimentos anteriores, o que dá total importância à trama discursiva que os religa dentro de um enredamento” (DOSSE, 2013, p. 85). Ou seja, o processo de beatificação de Albertina, que se dá em um determinado presente, foi amparado por um passado trágico para legitimá-lo, que não permite seu completo deslocamento.

Com base nas contribuições dos historiadores Pierre Nora (1995) e François Dosse (2013), entende-se por acontecimento um fato que é midiaticizado e que, a partir do momento em que se torna conhecido, produz sentido para uma determinada comunidade. Dessa forma, o que possibilita se pensar em um retorno do fato (NORA, 1995) na História do Tempo Presente são seus suportes de difusão, a tecnologia das mídias, a possibilidade de maior tiragem dos impressos, bem como a globalização dos meios de comunicação que surgem no século XX. Isso porque “imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção” (NORA, 1995, p. 181). Em 1952, quando o processo pela beatificação de Albertina Berkenbrock foi instaurado, tanto a revista *O Cruzeiro*, quanto o jornal católico *O Apóstolo* foram responsáveis por divulgar matérias importantes sobre a história de vida, morte e martírio da menina. A publicização do caso deveu-se a abertura do processo de beatificação e é a partir daí que se pode inferir a ele o caráter de acontecimento.

Contudo, para que o acontecimento exista, não basta que haja a sua emissão, é necessário que ele se difunda e seja recebido e aceito por um determinado público (DOSSE, 2013). Ainda que os impressos mencionados tenham sido ferramentas importantes para a difusão da história da menina, sua circulação se restringia às pessoas que compravam ou assinavam o periódico. Conforme Stephanou e Costa (2009), a divulgação do caso tornou-se mais intensa a partir de 1958, com a publicação do primeiro livro dedicado a narrar a vida de Albertina. Padre Alvino Bertoldo Braun foi quem o escreveu, resultado de uma compilação dos

artigos escritos pelo mesmo e publicados no jornal *O Apóstolo* naquela mesma década. Além deste escrito por Padre Braun, as autoras destacam outros dois: “um opúsculo escrito pelo Bispo D. Hilário Moser, em 2001, e outro escrito em 2002 pelo Diácono Aury A. Brunetti, quando da reabertura do processo de beatificação que havia sido sustado desde 1959” (STEPHANOU; COSTA, 2009, p. 115).

Todos os livros que Stephanou e Costa (2009) fazem referência foram publicados antes de Albertina ser nomeada beata e mártir da Igreja Católica em 2007. Com exceção do primeiro, publicado em 1958, que não se obteve acesso, os outros dois fazem parte do corpus documental desta pesquisa, juntamente com a biografia do jornalista Albi Israel da Silveira, publicada em 2008. Há ainda que se considerar a breve biografia publicada pelo site oficial do Vaticano e a homilia do dia da beatificação de Albertina. Ainda que sejam textos curtos, trata-se de publicações relevantes por estarem diretamente vinculadas à instituição. O discurso de homilia promulgado pelo português José Saraiva Martins, cardeal e prefeito emérito da Congregação para as Causas dos Santos da Santa Sé, me parece tão instigante quanto, uma vez que demonstra as expectativas emanadas para a vida dos fiéis através de um novo modelo de santidade que acabava de ser oficializado.

As histórias de santos e santas escritas na nossa contemporaneidade muito se assemelham com as hagiografias escritas no medievo. O historiador Benito Bisso Schmidt (2003) atenta para o caráter pedagógico desse tipo de texto, visto que “mais do que apresentar a vida de um homem, essas narrativas edificantes ofereciam modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé” (SCHMIDT, 2003, p. 59). Para além de narrar o passado como realmente aconteceu, conforme Dosse (2009), a hagiografia enquanto gênero literário, importante frisar, é construída no presente do biógrafo, e assim como qualquer outro tipo de produção, parte das expectativas e das demandas deste presente. Sendo assim, “não se referem ao que passou, mas ao que é exemplar no momento da redação” (DOSSE, 2009, p. 138).

O jornal católico *O Apóstolo*, já mencionado anteriormente, também faz parte dos documentos investigados nesta pesquisa, uma vez que foi uma importante ferramenta utilizada pela Igreja para a divulgação do processo de beatificação de Albertina, quando da sua abertura em 1952. Durante todo o restante da década, páginas inteiras foram dedicadas a narrar detalhes do que se sucedeu no dia do assassinato da menina, bem como atualizava seus leitores e leitoras do andamento do processo de beatificação. Ribas (2009) fez o importante trabalho de traçar o perfil das publicações do jornal em suas três primeiras décadas. Segundo a autora, o jornal possuía como pauta específica a moral católica e “a partir deste tema central, os discursos veiculados por *O Apóstolo* passavam a propagar uma visão de mundo, em um empreendimento

normatizador, que em muitos momentos dialogava com outros discursos como o médico e o político” (RIBAS, 2009, p. 13). Há registros de que o periódico, fundado em 1929 pelo Apostolado da Oração da Catedral de Florianópolis/SC, tenha circulado com edições quinzenais até o ano de 1959³, mesmo ano em que o processo de beatificação de Albertina fora arquivado, e assim permaneceu até 2000.

Através de ferramentas próprias da análise dos impressos, conforme a historiadora Tânia de Luca (2006), o historiador ou a historiadora deve problematizar a narração do acontecimento e o próprio acontecimento. Ao analisar jornais, o pesquisador ou a pesquisadora trabalha com o que virou notícia, “o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2006, p. 140), no caso, ao processo de beatificação de Albertina. Ainda que a presença de reportagens sobre o processo de beatificação de Albertina na imprensa leiga não tenha sido tão expressiva quanto n’*O Apóstolo*, pretende-se observar também o que jornais como *O Diário da Manhã* (RJ), *O Estado* (SC) e a revista *O Cruzeiro* (RJ) escreveram sobre Albertina na década de 1950. Portanto, o interesse ao analisar a imprensa laica e católica (e que se estende para a análise das biografias), não está apenas no que as fontes dizem, mas sim na forma como elas dizem.

Na esteira dos escritos do filósofo Michel Foucault (2004), verifica-se que há um controle por parte da instituição católica do que pode ser narrado sobre a vida de Albertina, ao passo que é ela própria quem dá a condição de verdade para o discurso difundido. A pretensão de reconhecimento de determinadas verdades por parte dos fiéis fazia com que a Igreja selecionasse e organizasse o discurso sobre a menina. Dessa forma, considerando enquanto fonte, tanto o jornal católico que circulou na década de 1950, quanto as biografias produzidas no começo dos anos 2000, será possível ter maior dimensão dos discursos difundidos e aprovados pela Igreja Católica sobre a história de Albertina.

O desafio de articular diferentes fontes surge na compreensão de que, analisando diferentes discursos, em diferentes períodos, se poderá ter maior dimensão das verdades e dos valores construídos em torno da imagem de Albertina Berkenbrock. Para entender como esses valores foram dispostos sobre a vida de Albertina, há de se considerar as relações de gênero e sexualidade que eles carregam. Uma vez que se entenda, conforme sinalizou a historiadora Michelle Perrot (2007), que o gênero parte de uma construção social e cultural, e que, portanto, é detentor de historicidade. Nessa perspectiva, “as grandes religiões monoteístas fizeram da

³ Há na biblioteca pública do Estado de Santa Catarina algumas edições que datam da década de 1980, mas que não permitem afirmar que o jornal circulou de forma regular até então.

diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem de uma Natureza criada por Deus” (PERROT, 2007, p. 83). Essa oposição hierárquica colocada entre o sentido do feminino e do masculino pode ser observada na construção da santidade de Albertina, uma vez que se percebe que os valores atribuídos pela Igreja às mulheres são diferentes dos valores atribuídos aos homens.

Nesse sentido, André Vauchez (1995) historiciza a perspectiva cristã que fora utilizada para dar o título de santo a homens e mulheres ao longo dos séculos. Conforme o historiador, os homens historicamente foram responsáveis pelo controle dos bens e das riquezas e, através da abdicação desses valores em auxílio aos mais pobres e em nome de Cristo, tiveram suas santidades justificadas. Por outro lado, as mulheres, que não detinham o poder monetário, foram relegadas ao lar, a família e aos cuidados domésticos. Dessa forma, como os modelos de santidade correspondem a categorias reconhecidas pela perfeição cristã (VAUCHEZ, 1989), a santidade do homem se dá muito mais em sentido às suas conquistas públicas, em oposição a da mulher, que se dá no âmbito da vida privada e no controle de seus corpos.

Desde a década de 1960, com a instauração do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica passou a dar cada vez mais espaço de atuação para o “povo de Deus”. A historiadora Caroline Cubas (2007, p. 32) afirma que os leigos passaram a ser “preparados para atender ao chamado da Igreja e disseminar o modo de vida e a verdade instituída pela mesma através do exercício e da função específica que ocupavam”. Ao passo que com a modernidade novos modelos de homens e mulheres eram apresentados aos católicos, a Igreja percebeu a necessidade de incluir a comunidade em uma participação mais efetiva no processo de salvação. Segundo a socióloga Maria Cristina Peixoto (2006, p. 13), a santidade anteriormente era vista “como algo reservado a poucos dotados de qualidades sobrenaturais”. Ao reafirmá-la como um fenômeno universal, canonizando e beatificando pessoas comuns, o santo se humanizou e possibilitou aos cristãos “reiterar os ensinamentos da Igreja, independente da imensa diversidade cultural da humanidade” (PEIXOTO, 2006, p. 14) que era apresentada aos fiéis através dos novos meios de comunicação, de cultura e de lazer. A beatificação de Albertina emergiu neste contexto, de forma a reforçar um discurso conservador pela preservação dos corpos femininos, num contexto em que novos modelos de jovem e de mulher emergiam.

Ao organizar a construção dos capítulos desta dissertação, pensou-se em partir não do que seria um começo, no caso, de 1931, quando Albertina foi assassinada, mas do que seria, até então, nosso fim: sua beatificação em 2007. Visto que, quando se pesquisa a história de sujeitos, ainda que não se trate da construção de uma biografia, a busca pelo romper com uma história linear, com início, meio e fim, é latente. Isso porque as ocorrências na vida de um indivíduo

não podem ser ligadas a priori, como se já estivessem pré-definidas desde o nascimento, conforme elaborou o sociólogo Pierre Bourdieu (1996, p. 184) ao escrever sobre a ilusão em produzir uma história de vida “desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo”.

A ideia, portanto, é iniciar a narrativa a partir do presente. Logo, no primeiro capítulo se discutirá o contexto em que a Igreja Católica se encontrava nos primeiros anos do século XXI, suas preocupações atuais com modelos de santidade para a juventude católica e os elementos que permitiram a nomeação de Albertina enquanto beata e mártir. É também neste primeiro capítulo que se discutirá as três diferentes temporalidades em que a história da menina está inserida. No segundo capítulo, discorre-se sobre a construção de Albertina enquanto acontecimento para a comunidade católica a partir da divulgação da abertura do seu processo de beatificação em 1952 pelo periódico *O Apóstolo*, único representante da Imprensa Católica em Santa Catarina (RIBAS, 2009), bem como a semelhança traçada pelo jornal entre a história de morte e martírio de Maria Goretti⁴, canonizada no mesmo ano em que o processo de beatificação de Albertina era instaurado. É também neste segundo capítulo que analisaremos a presença de matérias sobre o processo de beatificação de Albertina em jornais leigos que circulavam em diferentes regiões do país na década de 1950.

A análise dos discursos sobre o martírio de Albertina nas biografias encerra a dissertação. No terceiro capítulo se retomará os discursos religiosos sobre a beata no século XXI, observando os valores católicos que foram acionados para a construção de um modelo de conduta pautado na adesão à fé católica na vida de Albertina. A utilização das biografias enquanto fonte de pesquisa nos possibilitou observar a maneira como a família e a personalidade de Albertina foram descritas por estes discursos religiosos, bem como de que forma questões relativas ao corpo, à sexualidade e à raça foram acionadas em sentido a corroborar com um modelo exemplar. Tais questões nos indicam caminhos para compreender “por que Albertina?” Por que não outra?

⁴ A história da Santa Maria Goretti será melhor desenvolvida no segundo capítulo.

2 CAPÍTULO I - A REABERTURA DO PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO

“Os tempos atuais precisam do testemunho de Albertina, testemunho de coerência e coragem, de santo orgulho por pertencer ao Senhor”. Essa é uma das primeiras frases que o leitor ou leitora se depara ao abrir o livro biográfico escrito pelo diácono Aury Azélio Brunetti em 2002 sobre a vida da então candidata a mártir, Albertina Berkenbrock. A frase, contudo, não fora escrita por ele, mas sim por Dom Hilário Moser, na época bispo de Tubarão, que escreve a apresentação do livro e os ambiciosos votos de que “estas páginas luminosas e perfumadas inundem de luz pascal o coração das jovens e dos jovens que, a exemplo de Albertina, querem, de corpo e alma, pertencer ao Senhor” (BRUNETTI, 2008, p. 4).

Nesse capítulo analisaremos em que contexto a Igreja Católica se encontrava nos primeiros anos do século XXI, que levaram a pleitear a santidade da menina que viveu e foi assassinada ainda na primeira metade do século passado. O quanto de progressista e conservadora a instituição era apresentada a partir de seu maior líder, o Papa, e como ele buscou se adaptar aos novos modelos de vida que passaram a ser, a todo instante, apresentados à juventude, e que não necessariamente condiziam com os princípios e virtudes cristãs.

2.1 IGREJA CATÓLICA E SANTIDADE NOS ANOS 2000

O censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2000 aponta: 125 milhões de brasileiros se declaram católicos, o equivalente a 73,8% da população total brasileira. Apesar dos números apresentarem uma presença massiva de católicos, o pesquisador Faustino Teixeira (2005, p. 15) assinala que um olhar mais “atento sobre os censos brasileiros, sobretudo a partir da segunda metade do século passado”, revela uma progressiva redução em seus membros. Hegemônica no contexto de proclamação da Independência no século XIX, a Igreja Católica vêm diminuindo o número de seus adeptos conforme se instala no país o que o sociólogo Antônio Pierucci (2004, p. 15) chamou de “dinamismo pluralizante”, em que diversas novas possibilidades de crenças são apresentadas, o que permite às pessoas não apenas optarem por uma outra religião, mas continuarem optando e experimentando diversas outras religiões.

Esse caráter pluralista é próprio do processo de modernização das sociedades ocidentais, onde uma série de novos valores, crenças e modelos de vida são apresentados aos fiéis a todo instante. O sociólogo Stuart Hall (2006), ao analisar a questão da identidade cultural nas sociedades modernas, observou que, a partir do final do século XX, há uma fragmentação cada vez maior do indivíduo moderno, e que as velhas identidades, como a proposta pela Igreja

Católica, estão em declínio. O autor chama esse processo de crise de identidade, em que há o deslocamento das estruturas e o abalo dos “quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p. 7). Já não é mais possível pensar em uma identidade que seja unificada, sólida e estável, as mudanças sociais tratam de fragmentar os sujeitos no que diz respeito à questões como “classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006, p. 9)

Assim, o declínio das influências das religiões tradicionais no mundo moderno, obriga instituições como a Igreja Católica, a utilizarem de novos recursos na tentativa de manter seus fiéis como adeptos. A utilização dos meios de comunicação modernos como a televisão, o rádio e a *internet*, foram algumas das novas maneiras encontradas pela Igreja para evangelizar e difundir seus discursos desde as primeiras décadas do século XX (RIBAS, 2009). Entretanto, essas adaptações às novas tecnologias, bem como a “midialização do discurso religioso, não representam necessariamente uma postura mais branda, por parte da Igreja frente às novas práticas e valores da sociedade contemporânea” (RIBAS, 2009, p. 23).

As ações iniciadas no pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005) são indicativos dessas adaptações tomadas pela Igreja para rumos mais tradicionais, se comparados aos movimentos iniciados com o Concílio Vaticano II de relativizar a posição conservadora à modernidade, numa tentativa de adequação às novas realidades de progresso, cultura e política que eram apresentadas com os novos tempos (CUBAS, 2018). Dessa forma, apesar da popularidade e da maneira como se relacionava com os fiéis através dos meios de comunicação e de suas viagens, conforme afirma o historiador Juan María Laboa Gallego (2005), o pontificado de João Paulo II anunciava uma preocupação por parte da Igreja por um novo pontífice forte e seguro das raízes conservadoras do cristianismo, e que fosse, ao mesmo tempo, aberto as necessidades mais urgentes de uma modernização responsável da Igreja. Ainda conforme Laboa Gallego (2005), mesmo que João Paulo II tenha sido o Papa mais conhecido e carismático do século XX – por conta de suas aparições na mídia e seu contato direto com o povo através de seus discursos, viagens e encontros – ele mantinha posicionamentos extremamente conservadores, como a batalha travada contra a legalização do aborto nas sociedades avançadas.

A partir da década de 1970, houve na América Latina um movimento de apoio preferencialmente pelos mais pobres, em que parte do clero se engajou com questões sócio-políticas em meio aos ciclos de ditadura instauradas pelos países latino-americanos.

Movimentos como a teologia da libertação ganhavam força e o Brasil se destacava, conforme afirmou o historiador Scott Mainwaring (2004), como um dos países mais importantes e progressistas do mundo. Entretanto, ainda que João Paulo II tenha manifestado apoio à Igreja progressista em um primeiro momento, o Papa e o Vaticano tomaram medidas para limitar as mudanças nas Igrejas latino-americanas, em especial no Brasil. “Desde a eleição de João Paulo II, a teologia da libertação vem sendo alvo de ataques do CELAM⁵ e de Roma” (MAINWARING, 2004, p. 275). Motivados pelo movimento iniciado pelo Papa, os neoconservadores passaram a criticar os progressistas argumentando que “a injustiça socioeconômica está subordinada à questão mais importante de uma relação pessoal com Deus” (MAINWARING, 2004, p. 277). Assim, a forte ação social que a Igreja desempenhava nos países latinos foi tomada por políticas que privilegiavam a evangelização e a espiritualidade.

Em outra medida, é verdade que desde a década de 1960 religiões tradicionais como o catolicismo vêm sofrendo grande declínio. No Brasil, a crescente taxa de adeptos às igrejas pentecostais e neopentecostais contribui significativamente para a diminuição no número de fiéis ao catolicismo, “sobretudo nos anos 1990 que os evangélicos mostraram um crescimento extraordinário, crescendo a uma taxa de quase 100% em uma década” (PIERUCCI, 2004, p. 16). Devido a essa contínua perda de adeptos vivenciada especialmente a partir das últimas décadas do século XX, a Igreja passou a utilizar de diversas ferramentas a fim de evitar as progressivas perdas de fiéis. A opção por uma postura mais conservadora da Igreja ainda no começo do século XXI, em contraponto às diversas e efêmeras possibilidades de modelos de vida que eram apresentadas por outras religiões e pelos mais diversos meios de comunicação, buscava acentuar “uma identidade católica, tornando o catolicismo mais atrativo, não apenas frente ao grande mercado religioso existente, mas também frente às situações sociais de competitividade, violência e instabilidade” (RIBAS, 2009, p. 20), em sentido à uma posição de centralização, doutrinação e uniformização da Igreja. Peixoto (2006) assinala que a Renovação Carismática, a inserção midiática, bem como a participação de leigos nas atividades religiosas, foram algumas das principais ações desenvolvidas pela Igreja e que buscavam garantir a legitimidade social Católica frente a outros credos. Mas em que medida podemos entender a beatificação de Albertina nesse contexto conflitante entre modernização e tradição?

De acordo com Peixoto (2006, p. 213), a santidade pode ser percebida como uma dessas ações, que buscava atingir um maior número de pessoas e aprofundar “o sentido da imitação de cristo no cotidiano” para além de um sentido extraordinário e inatingível. Nesse contexto, o

⁵ Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)

Papa João Paulo II possui grande destaque, sendo recordista no número de beatificações e canonizações. Segundo a autora,

Houve, pois, a partir do pontificado de João Paulo II, um trabalho oficial intenso para desmistificar a santidade como algo reservado a poucos dotados de qualidades sobrenaturais e mostrar sua acessibilidade a todos. Reafirmada como um fenômeno universal, católico, representaria a possibilidade de guardar os preceitos cristãos e reiterar os ensinamentos da Igreja, independentemente da imensa diversidade cultural da humanidade e sem desconectar-se do mundo de hoje (PEIXOTO, 2006, p. 13-14).

Embora o título de beata tenha sido concedido à Albertina sob o pontificado de Bento XVI, a postura adotada por ele anunciava uma posição de continuidade com as estratégias de ações empregadas por João Paulo II (RIBAS, 2009). Em termos numéricos, conforme Andrade (2008, p. 245), 1904 candidatos foram beatificados e 496 canonizados durante os dois papados, para se ter noção “da importância do surgimento de novas santidades enquanto política do Vaticano, comparados com os dados referentes aos demais papas, de Pio X (1903-1914) a Paulo VI (1963-1978) apresentam os seguintes dados: foram beatificados 497 candidatos e foram canonizados 165”. Mesmo que houvesse um entusiasmo a partir da oficialidade católica em apresentar novos modelos exemplares de comportamento cristão, condizentes com as necessidades do mundo contemporâneo (PEIXOTO, 2006), observa-se que leigos e leigas ainda ocupam um lugar modesto nos altares das Igrejas, se comparados aos membros do clero. Em levantamento realizado por Soares (2015), até 2015, tinha-se no Brasil quatro santos, todos eclesiais, e onze beatos⁶, sendo apenas Nhá Chica (beatificada em 2013)⁷ e Albertina Berkenbrock leigas. Contudo, conforme dados coletados nas mídias católicas, em novembro de 2015 houve a beatificação do 12º beato brasileiro, o Padre Francisco de Paula Victor e em outubro de 2019 ocorreu a cerimônia de canonização da Irmã Dulce dos Pobres, que antes agregava ao número de beatos. Há, portanto, até o momento em que essa pesquisa foi realizada,

⁶ Segundo Soares (2015) “nos casos em que um grupo é martirizado junto (ou em períodos próximos), a Igreja costuma proceder com apenas um processo para todos. [...] Sendo o martírio coletivo o motivo da fama de santidade, o grupo é considerado apenas como um indivíduo. Essas canonizações e beatificações conjuntas são chamadas de *socci* e a forma de se referir aos beatificados ou canonizados nessa modalidade se faz com a indicação do nome considerado principal acrescido com o acompanhamento “e companheiros mártires” (SOARES, 2015, p. 160). É por esse motivo que não se ultrapassa o número de mais de 30 santos e 50 beatos brasileiros.

⁷ Francisca de Paula de Jesus, popularmente conhecida como Nhá Chica viveu de 1810 a 1895 no que hoje é conhecido como o município de São João Del Rei, localizado no estado de Minas Gerais. Ao contrário do que se observa quando pesquisamos por Albertina Berkenbrock, não se encontrou informações no site oficial do vaticano sobre a vida da beata, ou a homilia do dia em que o título lhe foi dado. Entretanto, segundo o site da CNBB, em nota oficial sobre a beatificação de Nhá Chica, consta que a beata era filha e neta de escravizados, analfabeta, orfã e teve uma vida baseada na caridade e na simplicidade. Informações disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/nota-oficial-da-cnbb-sobre-a-beatificacao-de-nha-chica/>>. Acesso em: 04 ago. 2019. Mais informações sobre a vida, os milagres e o processo de beatificação podem ser encontradas no site oficial da beata, disponível em: <<http://www.nhachica.org.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

cinco santos brasileiros e onze beatos. Outra informação interessante a ser observada através dos dados investigados por Soares (2015) é que todos os onze beatos tiveram suas santidades reconhecidas a partir dos anos 2000, o que fomenta as discussões aqui levantadas do empenho pela oficialidade do santo nos últimos tempos.

Há de se considerar também que Albertina foi nomeada mártir pela Igreja Católica e que, segundo Andrade (2008, p. 248), o martírio se mantém até os dias atuais como o caminho mais certo para a canonização. Tendo em vista que “a única forma de uma criança tornar-se santa ou beata é a morte via sacrifício” foi apenas através do martírio que Albertina pôde ocupar o lugar de beata da Igreja. “É a pureza, a bondade e a inocência confrontadas com um mundo imerso em perigos, perdas e dores e a capacidade de interceder junto à divindade” (ANDRADE, 2008, p. 254) que possibilitam a identificação e o interesse dos fiéis em cultuar essas figuras. Nesse sentido, ainda conforme a autora, os pontificados de João Paulo II e Bento XVI enfatizaram o martírio como meio privilegiado para a santidade. Além de Albertina, no pontificado de Bento XVI, o menino brasileiro Adílio Daronch de 16 anos também foi beatificado pela via do martírio. Conforme o *site* oficial do Vaticano,

De Adílio Daronch, nascido numa família de modestas condições sociais e que viveu numa localidade então isolada no interior do Brasil e faleceu aos dezesseis anos, não ficaram traços documentais significativos; mas a recordação de duas de suas irmãs e de algumas pessoas que o conheceram, assim como a do seu bárbaro assassino, fizeram com que o seu nome e a sua história fossem conhecidas não somente por tantos fiéis que vão em peregrinação a Nonoai, mas continuam a suscitar o interesse dos meios de comunicação e por conseguinte de muitas pessoas.

Adílio Daronch nasceu a 25 de Outubro de 1908 em Dona Francisca (Brasil). Em 1913 a família, que era muito unida e profundamente religiosa, transferiu-se para Nonoai. Conta uma das suas irmãs: "Adílio gostava muito de rezar e acompanhar o Pe. Manuel. Tinha o hábito de ajudá-lo nas missas".

No dia 21 de Maio de 1924 morreu assassinado, juntamente com o Pe. Manuel Gómez González, por obra de alguns revolucionários que encontraram na estrada durante uma viagem para visitar as comunidades cristãs mais distantes.

As peregrinações a Nonoai foram aumentando e os dois mártires do Alto Uruguai tornaram-se cada vez mais conhecidos e venerados. Dessa maneira teve início o processo de beatificação (Adílio Daronch, leigo. Disponível em: http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20071021_daronch_po.html. Acesso em: 20 nov. 2019).

Observa-se que o martírio de Adílio Daronch foi muito mais construído em sentido a sua adesão a fé católica, se comparado ao de Albertina, o que não hierarquiza os casos. Segundo Andrade (2008, p. 241) na religiosidade católica a concepção de martírio “é ampliada a ponto de caracterizar, como martírio, uma morte violenta resultante tanto de uma doença grave ou um crime atroz, mesmo que não exista o critério adotado de que a morte seria em função da adesão à fé cristã”. Há, portanto, de se considerar a valorização do sofrimento extremo e do próprio

martírio, tanto no caso de Albertina, quanto de Adílio, o que se deve a relação entre sofrimento e santidade que há muito tempo é utilizada pelo cristianismo “para justificar a ideia de purificação, presente no sofrimento” (ANDRADE, 2008, p. 241). Na Homilia de “Celebração da Santa Missa na solenidade de Todos os Santos” realizada por Bento XVI em 2006 pode-se observar essa valorização do sofrimento extremo, bem como a humanização da figura do santo, ao passo que o colocava como modelo de vida ao alcance de todos os fiéis:

Mas como é que podemos tornar-nos santos, amigos de Deus? A esta interrogação pode-se responder antes de tudo de forma negativa: para ser santo não é necessário realizar ações nem obras extraordinárias, nem possuir carismas excepcionais. Depois, vem a resposta positiva: é preciso, sobretudo ouvir Jesus e depois segui-lo sem desanimar diante das dificuldades. ‘Se alguém me servir, o Pai há de honrá-lo’ (Jo 12, 26). Quem nele confia e o ama com sinceridade, como o grão de trigo sepultado na terra, aceita morrer para si mesmo. Com efeito, Ele sabe que quem procura conservar a sua vida para si mesmo, perdê-la-á, e quem se entrega, se perde a si mesmo, precisamente assim encontra a própria vida (cf. Jo 12, 24-25). A experiência da Igreja demonstra que cada forma de santidade, embora siga diferentes percursos, passa sempre pelo caminho da cruz, pelo caminho da renúncia a si mesmo. As biografias dos santos descrevem homens e mulheres que, dóceis aos desígnios divinos, enfrentaram por vezes provações e sofrimentos indescritíveis, perseguições e o martírio. Perseveraram no seu compromisso, ‘vêm da grande tribulação lê-se no Apocalipse lavaram as suas túnicas e branquearam-nas no sangue do Cordeiro’ (Ap 7, 14). Os seus nomes estão inscritos no livro da Vida (cf. Ap. 20, 12); a sua morada eterna é o Paraíso. O exemplo dos santos constitui para nós um encorajamento a seguir os mesmos passos, a experimentar a alegria daqueles que confiam em Deus, porque a única verdadeira causa de tristeza e de infelicidade para o homem é o facto de viver longe de Deus (Homilia do Papa Bento XVI durante a celebração da Santa Missa na solenidade de todos os santos, 01 de novembro de 2016. apud. ANDRADE, 2008, p. 244).

O início dos anos 2000 foi marcado por uma estratégia, por parte de Igreja Católica, em reaproximar os fiéis dos valores e ideais cristãos. Uma dessas medidas foi efetivada a partir de um investimento sobre a santidade, em que os santos serviram como meio de aproximação entre os fiéis e a Igreja. Conforme a Homilia do Papa Bento XVI acima citada, pode-se perceber essa sensibilização em torno das trajetórias de pessoas comuns: mártires como Albertina Berkenbrock. De acordo com Andrade (2008, p. 241) “na perspectiva cristã, exatamente por terem morrido como seres humanos, fiéis à mensagem de Jesus, explicitada durante os suplícios da morte decorrentes desse credo, é que os mártires tiveram a glória do paraíso e alcançaram a eternidade”. Eles serviam de guia, modelos de vida exemplares para a vida cristã. Mesmo que esta seja uma prática que demonstre uma abertura da Igreja para as vidas comuns, isso não significa que ela estivesse aberta para o rompimento com antigas estruturas, ou seja, que estivesse aberta às expressões da vida moderna. Tais práticas dizem muito sobre o tempo em que se expressam: um exemplo possível são os grupos de mulheres católicas conservadoras,

como as *Católicas Modestas* e o setor feminino dos *Arautos do Evangelho* que, inseridas na própria Igreja Católica, reivindicam um certo modelo a ser seguido na busca por manter uma tradição em tempos de afrouxamento dos costumes e modernização da vida cotidiana. Assim entende-se que a santidade é uma das formas possíveis de se compreender e analisar as características de um determinado tempo, pois que os modelos de santidade estão inseridos em um presente, e se expressam sobre ele. De acordo com Vauchez,

[...] o santo e a santidade revelam uma força de integração (exclusão/integração) capaz de eliminar conflitos, de dar significados à marginalidade de certos grupos, de tornar tolerável a pobreza ou as diferenças entre as classes, numa palavra, de procurar muitas vezes, diretamente ou não, consenso para as instituições e de resolver em parte a dicotomia ordem/desordem. Representando sobre alguns níveis uma forma de comportamento e condicionamento, e portanto um controle social, e permitindo evitar, por vezes, formas de repressão, discriminação, terror, e violência, pode-se facilmente perceber que a santidade tenha comportado uma forte tentativa de disfarce (máscara) do poder civil e, em geral, da política (VAUCHEZ, 1987, p. 300).

O período aqui estudado – o início dos anos 2000 – pode ser entendido a partir da citação acima: um tempo de consolidação do pacto democrático, que deu a ler diferenças sociais, de classe, de gênero, de raça, em uma sociedade desigual. A Igreja Católica, portanto, usa dos exemplos de vidas santificadas a norma, para mediar a relação com a sociedade e aproximar e atrair fiéis. Posto isso, é possível refletir sobre a santidade como um caminho para se pensar as características de um determinado tempo, uma vez que se entenda que os modelos de santidade são compatíveis ao contexto social em que estão inseridos. As pesquisas desenvolvidas pelo historiador Jacques Le Goff sobre São Francisco de Assis (2001) e São Luis (2002) são exemplos desse movimento de olhar o tempo através da figura do santo.

A nossa inocência, a nossa pertença a Deus, a nossa santidade hoje, tem necessidade da voz forte e tenaz da Beata Albertina que ao seu assassino disse: eu não quero o pecado. Não queria perder o seu bem mais precioso, não o podia trocar com a riqueza maior da sua vida, não podia trair. Aquele que a tinha chamado à existência. (Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007).⁸

A citação acima, retirada da Homilia realizada pelo Cardeal José Saraiva Martins pela causa da beatificação de Albertina Berkenbrock, nos traz indícios da construção da imagem de santidade da menina voltada para a preservação da virgindade feminina, uma vez que “o pecado” citado pelo Cardeal faz referência à prática sexual. Segundo a historiadora Maria José

⁸ Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/rc_con_csaints_doc_20071020_beatification_berkenbrock_po.html. Acesso em: 09 jul 2019.

Rosado-Nunes (2004, p. 27) “o tratamento da sexualidade e o lugar das mulheres na Igreja aparecem como dois dos problemas cruciais enfrentados pelo catolicismo contemporâneo” e demonstram a oposição dos valores cristãos tradicionais com a cultura moderna. Ainda que Albertina tenha sido vítima de tentativa de estupro, essa informação fora colocada nas entrelinhas, de forma a apresentar como uma das essências da sua santidade a preservação do seu corpo e de suas virtudes.

[...] a Igreja hoje oferece ao mundo o testemunho fiel da Beata Albertina Berkenbrock, para que o mundo aprenda como também hoje, para conquistar o tesouro do Reino, somos chamados a dar todas as nossas reservas, incluso, se necessário o bem mais precioso, o da nossa própria vida (Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007).

A expressão “também hoje” presente na citação acima demonstra a preocupação da Igreja em inserir o testemunho de vida, morte e martírio de Albertina de maneira a servir de modelo de comportamento para que as pessoas, ao se identificarem com a imagem dela, seguissem o exemplo de entrega aos valores cristãos. Uma vez que a homilia foi realizada pelo Cardeal, prefeito da Congregação para a Causa dos Santos na cidade de Tubarão-SC, Comarca em que o município onde a menina viveu faz parte, interpõe-se que, ainda que a imagem de Albertina sirva de modelo para toda a comunidade católica, há um apelo maior entre aqueles e aquelas que possuem maior proximidade com a memória de sua vida. Isso deve-se a, pelo menos, dois motivos. O primeiro é que, de acordo com o Código de Direito Canônico, tanto as pessoas beatificadas, quanto as canonizadas, possuem poderes taumaturgos. Segundo Soares (2007) na prática, a única coisa que se altera é a restrição territorial de veneração. Enquanto o beato apenas pode ser venerado pela comunidade em que viveu, o santo o pode por toda a comunidade Católica. O segundo porque, conforme discorreu a historiadora Maria de Lourdes Santos (1994, p. 33), “os personagens considerados santos numa época ou num local, podem não serem aceitos em outros”, uma vez que os referenciais para o seu reconhecimento não estão apenas relacionados à religião, mas também à sociedade, à cultura e à política de cada local e época. Desde o século XVIII há entre os católicos um interesse progressivo em possuírem nos seus altares “figuras modernas e familiares mais próximas de seu cotidiano e com as quais mantivessem laços identitários, étnicos e políticos (SANTOS, 1994, p. 36).

Ainda que esse movimento pela busca de modelos de santidades que não se limitassem a poderes extraordinários tenha iniciado muito antes, é apenas a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) que a Igreja passa a demonstrar maior interesse em incluir os leigos na participação

efetiva do processo de salvação (CUBAS, 2007). Resposta aos desafios impostos pelos novos tempos, as mudanças ocasionadas pelo II Concílio se estenderam “a todas as instâncias eclesiais, estabelecendo uma verdadeira reorientação na maneira como a Igreja, em seus vários níveis eclesiais, se relacionava com o mundo moderno” (SOARES, 2015, p. 117). Nesse sentido, a santidade foi discutida como parte da composição da identidade “de todos aqueles que se consideravam católicos, pertencentes, portanto, ao chamado “povo de Deus” (SOARES, 2015, 118).

2.1.1 AS ETAPAS DO PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO DE ALBERTINA

O pequeno município de Imaruí, localizado ao sul do estado de Santa Catarina na microrregião de Tubarão, conta com pouco mais de onze mil habitantes.⁹ Sua formação está relacionada as ondas imigratórias do século XIX, em especial de imigrantes alemães. Embora, segundo o pesquisador Leonel Luiz Pereira (2016), Imaruí possua traços de uma cultura açoriana marcada pela pesca, a significativa presença de diversos cultivos, oriundos de práticas agrícolas, caracteriza a região. O processo de beatificação de Albertina foi instaurado pela primeira vez nos anos 1950, período marcado por intensos processos de desenvolvimento e modernização do país. Entretanto, ainda que as práticas religiosas tenham sido afetadas nos grandes centros urbanos, a Igreja permanecia desempenhando importante liderança nas regiões interioranas, em especial no meio agrícola. O historiador Rogério Luiz de Souza ressalta que na década de 1950, por meio da elevação da produtividade agrícola, Santa Catarina pretendia participar do desenvolvimento do país e a Igreja era apresentada como “a primeira instituição social a organizar e sistematizar um trabalho de modernização e de fomento à produção agrícola no estado” (SOUZA, 2001, p. 189). Atuava como agente legítimo em favor da família rural e o discurso religioso interferia “no meio social agrário, normatizando e disciplinando condutas” (SOUZA, 2001, p. 195).

A notável presença da Igreja em municípios como Imaruí sublinha a importância que a abertura do processo de beatificação de Albertina pode ter apresentado para a região. Separado da capital catarinense por cerca de 100km, o município ficou nacionalmente conhecido após a sua beatificação em 2007. Em 1952, quando o processo pela beatificação foi instaurado, a Paróquia de Vagem do Cedro (a qual Albertina pertencia) era parte da Arquidiocese de Florianópolis/SC. Em 1956 instituiu-se a Diocese no município de Tubarão e devido a nova

⁹ Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

divisão de paróquias o processo de beatificação de Albertina passou a ser responsabilidade do primeiro bispo de Tubarão, Dom Anselmo Pietrulla. Não se sabe muito bem os motivos, mas a Arquidiocese não respeitou o período exigido pela Igreja de 30 anos entre a morte da candidata e a abertura do pedido. Como se sabe, o processo foi desarquivado em 2000 em meio a importantes mudanças nos regimentos e normas adotadas pela Igreja. Estamos falando das alterações colocadas pelo novo Código de Direito Canônico¹⁰ promulgado por João Paulo II em 1983 (que visava substituir o anterior, de 1917). É neste documento que estão as normas a serem observadas em procedimentos de canonização e beatificação, que, conforme Soares (2015, p. 123), eram “um pouco ultrapassados e muito lentos”.

Dentre as variadas alterações presentes no Código, consta que o período mínimo necessário entre a morte do (a) candidato (a) e a abertura do processo deixou de ser trinta anos e passou para apenas cinco. Outra mudança está no número de milagres exigidos. Atualmente o Código prevê que sejam confirmados a realização de dois milagres, no caso de canonização, e de um milagre, nos casos de beatificação. A exceção está nos mártires, em que não é necessário a comprovação de nenhum milagre, devido ao entendimento de que já deram suas vidas em nome dos princípios cristãos. Essas mudanças processuais vão ao encontro da ideia do aprofundamento de que o conceito de santidade possui o sentido “da imitação de Cristo no cotidiano, de modo a atingir mais pessoas, representadas das mais diferentes regiões geográficas e categorias sociais” (PEIXOTO, 2006, p. 213).

A confissão frequente, a Eucaristia participada assiduamente, a Comunhão tomada com fervor, foram os passos "ordinários" de um extraordinário caminho de santidade. De facto, um dia, ela recordava entre todos como sendo o mais feliz da sua vida, o dia do encontro, do Primeiro Encontro, com o Esposo Divino no sacramento da Eucaristia. A este Esposo ela seria depois, integralmente fiel e a Ele, totalmente oferecida.

No ambiente simples e cristão da sua família, Albertina cresceu ajudando os pais e formando-se numa vida plena e honesta. Nesta vida o fruto da santidade amadureceu cedo, inesperado, suavíssimo e precioso (Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007).

A primeira etapa de um processo de beatificação ou canonização se dá por parte da diocese e da investigação da fama de santidade do(a) candidato(a). Por ser considerada mártir, não houve no processo de Albertina a necessidade de comprovação de milagre, ou uma

¹⁰ Disponível para consulta no site oficial do Vaticano, o Código é o principal documento legislativo da Igreja e abrange os elementos fundamentais para a sua estrutura hierárquica e orgânica, bem como define os direitos e as normas comportamentais a serem seguidas pelos (as) fiéis. Disponível em: <http://www.vatican.va> Acesso em: 19 fev. 2019.

investigação local que se concentrasse em “recolher material suficiente para comprovar se o candidato cumpriu as virtudes teológicas (fé, esperança e amor) e as cardinais (prudência, justiça, fortaleza, temperança pobreza, obediência, castidade e humildade)” (SOARES, 2007, p.125). No caso dos mártires o que muda no processo de investigação é que “importa menos sua vida do que o motivo e a condição de sua morte” (SOARES, 2007, p. 125). A menina teria uma vida comum em meio a tantas outras de sua idade, nascidas e criadas em famílias católicas. Mesmo assim, conforme se pode observar na citação, há uma construção de sua santidade para além da violência presente na morte, através do cuidado e zelo com que demonstrava ter pelos princípios cristãos em vida, isso porque a adesão a fé católica é o que diferenciaria o caso de Albertina ao de outras meninas violentadas. Percebe-se, portanto, que mesmo que se tenha construído uma devoção a partir da tragédia, a beatificação de Albertina é fruto de um contexto em que houve a predominância de ações que desmistificassem à imagem do santo como algo sobrenatural, sendo, antes de tudo, apresentado como um ser vivo (VAUCHEZ, 1989). Para tal movimento, essas ações promulgadas por João Paulo II de “tornar os processos mais ágeis, diminuir as exigências, reduzir o número de milagres são medidas que buscaram estimular a prática da santidade, possível para todos aqueles que queiram fazê-la” (PEIXOTO, 2006, p. 213).

Por causa da fama de martírio de Albertina e de favores especiais obtidos por sua invocação, muitíssimas pessoas, individualmente ou em grupos deram inícios a romarias ao lugar de sua morte e a seu túmulo no cemitério de São Luís. Pode-se afirmar que essa interminável peregrinação nunca foi interrompida, mesmo após 70 anos da sua morte. Disso são testemunhas as flores, as velas, os ex-votos depositados em seu túmulo, especialmente no lugar de seu “martírio”. E que dizer dos livros e cadernos que rapidamente se enchem de relatos de graças e de pedidos de proteção? Pelos mesmos motivos são muitíssimas as mulheres que nesta região trazem o nome de “Albertina”. Só para exemplificar, na paróquia de Imaruí, de 1932 a 2000 são 226 as pessoas que foram batizadas com esse nome; na paróquia de Vargem do Cedro, de 1933 a 2000 são 121...

Pelas mesmas razões ainda, apesar de o processo de beatificação ter ficado estagnado por cerca de 40 anos, o povo continuou a visitar o lugar onde Albertina foi morta e seu túmulo, a pedir-lhe graças..., como que levando adiante o processo de beatificação por própria conta (MOSER, 2001 p. 22).

Conforme Santos (1994, p. 37), o caráter de santificação reconhecido pelo Vaticano revela “apenas uma das múltiplas faces do universo santoral. Refere-se aqueles personagens legitimados pelo catolicismo, que são devidamente canonizados pelo Vaticano e cultuados nas Igrejas e santuários oficiais”. Em diálogo com VAUCHEZ (1987), a autora também reconhece que não é possível pensar a cultura religiosa brasileira sem considerar as personagens populares, para além das institucionais e eruditas. Apesar dessa pesquisa se propor a analisar o discurso oficial da beatificação, a citação anterior demonstra que ainda seria adequado refletir sobre a

manifestação de uma religiosidade popular em torno da santificação de Albertina antes mesmo da década de 1950, considerando que sua imagem condiz com elementos de uma religião popular que privilegiam “uma vida virtuosa e/ou sofrida; uma morte trágica, prematura ou mitificada; e a presença do sobrenatural nos milagres e graças concedidas” (SANTOS, 1994, p. 37).

Contudo, ainda que o termo catolicismo popular seja muito utilizado por pesquisadores e pesquisadoras, Andrade (2010, p. 340) aponta a dificuldade em “detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratar de expressões complexas, nas quais o devoto acredita estar vivendo sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição”. “Aquele que crê, crê na eficácia protetora do “santo”, é nele que deposita sua esperança – independente do posicionamento da Igreja – e isso lhe basta” (ANDRADE, 2010, p. 134-135). Assim, a autora considera que o termo catolicismo popular não contempla as manifestações religiosas e parte para um novo conceito de religiosidade católica:

Conceituo como religiosidade católica todas as manifestações que envolvem as crenças e práticas ligadas ao catolicismo, que tem como ponto crucial o culto aos santos reconhecidos ou não pela Igreja. É o contato com um transcendente que, apesar de estar fortemente ligado ao institucional, ao mesmo tempo distancia-se dele, num processo de apropriação que muitas vezes marca um conflito simbólico na adoção de crenças e práticas não sancionadas. A partir da constatação de que, nessas manifestações fica difícil detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratarem de expressões complexas, nas quais o devoto acredita estar vivendo sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição, prefiro adotar um termo mais abrangente na tentativa de fugir ao reducionismo (ANDRADE, 2010, p. 132-133).

Nesse sentido, o município de Imaruí já demonstrava cultuar a imagem de Albertina muito antes da oficialidade da Igreja. Ainda na década de 1930 construiu-se uma pequena capela em sua homenagem no exato lugar onde a menina foi assassinada. Mesmo que o Código de Direito Canônico condene a veneração de servos de Deus¹¹ que ainda não foram incluídos enquanto santos ou beatos pela autoridade da Igreja, é necessário que se comprove a fama de santidade (ou de martírio, no caso de Albertina) entre o povo de Deus. Daí a importância da manutenção da figura de Albertina na comunidade em que nasceu e que foi criada. Atualmente há na localidade todo um investimento no turismo religioso. No *site* oficial da prefeitura do município¹² para além das belezas naturais e do ecoturismo, apresenta-se a visita a gruta de

¹¹ “Serva(o) de Deus” é o título dado a(o) candidata(o) quando o processo de beatificação é aceito pelo Vaticano. Apenas quando o processo é encerrado e devidamente reconhecido o caráter santo na vida da pessoa que esta tem o título de beata concedido.

¹² Disponível em: <<https://www.imarui.sc.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2019.

Albertina e a festa do Senhor Bom Jesus dos Passos como opções de turismo. A adesão ao catolicismo na região foi expressa em números pelo censo demográfico realizado em 2010, o qual aponta que mais de 80% dos cidadãos do município possuem como religião oficial a católica. As chamadas cidades santuários ou hierópolis, “de ordem predominante espiritual, são cidades especializadas, marcadas por simbolismos, e que, recebem devotos em fluxos periódicos e em fluxos permanentes para a prática da peregrinação” (ANDRADE, 2014, p. 172), o que altera consideravelmente a rotina econômica da cidade.

A capelinha, continuamente iluminada por velas em homenagem a Albertina, um dia ardeu por completo. Em seu lugar foi levantada outra maior e mais cômoda para acolher os peregrinos. Como sempre, velas e flores não faltam. Ali também estão muitos ex-votos e livros onde se registram favores recebidos, agradecimentos e pedidos de proteção. Atrás da capela, numa sala anexa estão a cama e o colchão de Albertina, aos poucas relíquias que sobraram de seus pertences.

O túmulo de Albertina no centro do cemitério de São Luís também é meta de continuas visitas de romeiros. Está sempre com flores, velas e testemunhos de gratidão por graças recebidas.

A capela de São Luís que Albertina frequentava, aos poucos foi ficando pequena. Construiu-se outra maior, não mais ao pé da colina onde estava antes, mas no seu topo. Uma bela igreja, espaçosa. A igreja foi quase inteiramente construída com as doações dos peregrinos por graças alcançadas pela intercessão de Albertina (MOSER, 2001, p. 24).

Dom Hilário Moser, autor da biografia das duas últimas citações, já era bispo de Tubarão quando o processo de beatificação foi retomado em 2000. Na biografia, Moser fornece detalhes sobre como se deu o andamento do processo de beatificação, tanto na década de 1950, quanto nos anos 2000. A segunda etapa do processo de beatificação deixa de ser responsabilidade da diocese e do bispo e passa a ser de um postulador romano. Segundo consta, Dom Hilário Moser “nomeou postulador da causa de beatificação e canonização de Albertina, Fr. Paolo Lombardo, OFM, de Roma” (MOSER, 2001, p. 25) e o Pe. Sérgio Jeremias enquanto vice-postulador. Fr. Paolo Lombardo esteve em Tubarão em 2000 e em fevereiro de 2001 os restos mortais de Albertina foram exumados, “nesse interim, o Tribunal Eclesiástico nomeado para o caso fez um terceiro processo complementar sobre a fama de martírio e santidade da Serva de Deus Albertina” (MOSER, 2001, p. 25). O martírio de Albertina viria a ser reconhecido pela autoridade da Igreja em cerimônia realizada em 20 de outubro de 2007 pelo cardeal e prefeito emérito da Congregação para as Causas dos Santos da Santa Sé, José Saraiva Martins.

Atualmente, há aberto o pedido pela canonização de Albertina. No *site* oficial da beata tem-se os dados de uma conta bancária para que sejam realizadas doações para a causa. Assim como nas biografias, há no *site* informações sobre o martírio de Albertina e o processo de beatificação. Há também disponível um vídeo com a dramatização do martírio de Albertina e

um *link* de uma página no *facebook*¹³ do santuário da beata. Além disso, outro dado interessante é que no *site* é possível acender velas virtuais e escrever pedidos de intercessão para a beata¹⁴ por ali mesmo. Sinais de uma Igreja que se adapta aos novos recursos midiáticos e tecnológicos a fim de envolver os fiéis para além dos muros da instituição.

2.2 PERTENÇA A DEUS, EXEMPLO AOS JOVENS

Felizes as jovens e os jovens que, como Albertina, compreenderem o que significa, na vida e na morte, “pertencer” ao Senhor (BRUNETTI, 2008, p. 4).

Conforme vimos no subcapítulo anterior, um dos principais movimentos iniciados pelo Papa João Paulo II, e mantido por Bento XVI, foi o empenho em atrelar a imagem do santo à vida de qualquer católico, seja membro do clero, seja leigo. Observa-se, entretanto, que a juventude esteve no centro das preocupações demonstradas pelo Vaticano que, a partir de João Paulo II, passou a desenvolver maiores estratégias a fim de incentivar a evangelização entre os e as jovens. A instituição da I Jornada Mundial da Juventude¹⁵ realizada pelo Papa em dezembro de 1985, que se mantém com regularidade até os dias atuais, é um dos sinais desse movimento. Em uma pesquisa rápida no *site* oficial do Vaticano pelos termos “jovem” e “juventude”, observa-se que há um aumento significativo na presença destes a partir de João Paulo II, aparecendo o primeiro, mais de oito mil vezes, e o segundo, mais de sete mil. Estes números são mais que o dobro de citações sobre os jovens se comparado ao Papa Francisco (2013 –), segundo da lista. Uma vez que não é o foco dessa pesquisa, não se investigou mais a fundo qual o teor desses discursos, mas observa-se de antemão que são dados que demonstram que há um grande interesse por essa faixa etária durante o pontificado de João Paulo II.

Em carta endereçada aos jovens e as jovens, em ocasião do ano Mundial da Juventude (1985, conforme calendário da ONU), a juventude foi apresentada pelo Papa não como algo individual, pertencente a cada jovem, ou mesmo a uma única geração. Mas como sendo o futuro, pertencente a toda uma sociedade e a própria Igreja. Segundo João Paulo II,

Se o homem é o caminho fundamental e cotidiano da Igreja, [...] compreende-se bem por que a Igreja atribui *importância especial ao período da juventude como uma etapa*

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/santuariodealbertina/>>. Acesso em: 19 nov 2019.

¹⁴ As mensagens desaparecem do *site* conforme novas surgem, inviabilizando uma análise menos momentânea das mesmas. Disponível em: <<https://www.beataalbertina.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹⁵ Em 2013 a XVIII edição ocorreu no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e reuniu cerca de 3 milhões de pessoas. O evento durou uma semana e reuniu jovens católicos do mundo inteiro a fim de celebrar a fé em Cristo. Segundo a mestre em Comunicação Midiática Aline Sávio, a programação contou com “catequeses, pregações, debates, ações missionárias, exposições, muitos shows com padres, cantores e bandas católicas, depoimentos de jovens e testemunhos de superação” (SAVIO, 2014, p. 77) e foi o maior evento da Igreja Católica já sediado no país.

*fundamental na vida de cada homem. Vocês, jovens, encarnam essa juventude. Vocês são a juventude das nações e da sociedade, a juventude de cada família e de toda a humanidade. Vocês são também a juventude da Igreja. Todos nós olhamos para vocês, porque todos nós, em certo sentido, voltamos a ser jovens novamente, graças a vocês. Por esse motivo, sua juventude não é apenas algo seu, algo pessoal ou de uma geração, mas algo que pertence a todo esse espaço que cada homem recorre na trajetória de sua vida e é, ao mesmo tempo, um bem especial de todos. Um bem da própria humanidade. Em vós está a esperança, porque pertenceis ao futuro, e o futuro vos pertence. **Em efeito, a esperança está sempre unida ao futuro, é a espera dos bens futuros** (Carta Apostólica do Papa João Paulo II aos jovens e as jovens do mundo em ocasião do ano internacinal da juventude, 1985, grifos do original, tradução nossa).¹⁶*

Ao passo que a Igreja é comandada por homens, os fiéis são apresentados pelo Papa como parte essencial para que a instituição continue viva. É nesse sentido que os jovens carregam a ideia e a expectativa para com um futuro da Igreja. Diversas têm sido as estratégias utilizadas pela Igreja institucional para mantê-la povoada de fiéis, o incentivo a vida sacerdotal e religiosa, principalmente entre os jovens, é exemplo disso. Há também, conforme observou o pesquisador José Carlos Pereira (2003), uma preocupação crescente com a devoção a santos e santas não institucionalizados(as), sendo a Renovação Carismática Católica (RCC) o mais expressivo movimento religioso que visa incentivar a ocupação dos espaços sagrados. Este movimento de devoção tira a centralidade da figura dos santos e a centra na devoção a Eucaristia, ao Cristo Eucarístico, o que permite ao fiel “ser considerado parte integrante da Igreja institucional, não representando perigo de autonomia, pois seu ‘objeto de devoção’ não é mais uma ‘imagem autônoma’, mas algo que depende da instituição eclesial católica. (PEREIRA, 2003, p. 73)

Em documento publicado em 2007 pela Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB) intitulado “Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais”, a organização colocou a evangelização da juventude como um de seus principais interesses. A figura do jovem foi novamente apresentada como o presente e o futuro da Igreja, e sua evangelização faz parte “do compromisso sério com a formação das novas gerações que, pressionadas por tantas propostas de vida, necessitam de muito discernimento, de coragem, de

¹⁶ “Si el hombre es el camino fundamental y cotidiano de la Iglesia [...] entonces se comprende bien por qué la Iglesia atribuye una especial importancia al período de la juventud como una etapa clave de la vida de cada hombre. Vosotros, jóvenes, encarnáis esa juventud. Vosotros sois la juventud de la naciones y de la sociedad, la juventud de cada familia y de toda la humanidad. Vosotros sois también la juventud de la Iglesia. Todos miramos hacia vosotros, porque todos nosotros en cierto sentido volvemos a ser jóvenes constantemente gracias a vosotros. Por eso, vuestra juventud no es sólo algo vuestro, algo personal o de una generación, sino algo que pertenece al conjunto de ese espacio que cada hombre recorre em el itinerario de su vida, y es a la vez un bien especial de todos. Um bien de la humanidad misma.

En vosotros está la esperanza, porque pertenecéis al futuro, y el futuro os pertenece. Em efecto, la esperanza está siempre unida al futuro, es la espera de los bienes futuros.” (Carta Apostólica del Papa Juan Pablo II a los jóvenes e a las jóvenes del mundo con ocasión del año internacional de la juventud, 1985, p. 1-2.)

verdadeiros caminhos e, principalmente, de nossa presença amiga” (CNBB, 2007, p. 5). Albertina Berkenbrock aparece no documento como uma dentre outras figuras santas e beatas, como exemplo jovem de vida cristã, santidade e martírio. Exemplo esse necessário à juventude, uma vez que, conforme o documento

Muitos jovens têm dificuldade para entender que eles são Igreja ou não se sentem acolhidos nas comunidades. Constatamos que a imagem que muitos deles têm da Igreja é de algo ultrapassado, burocrático, e que fala uma linguagem que não se conecta com sua vida. Frequentemente compreendem-na apenas como instituição e não como a comunidade dos seguidores de Jesus. Em muitos ambientes universitários e meios de comunicação, a Igreja é apresentada como cúmplice da injustiça e, em diferentes situações históricas, contra o progresso humano. Falta aos jovens o conhecimento de tantas experiências de santidade e solidariedade na história da Igreja [...] (CNBB, 2007, p. 47-48).

Seja cinema, literatura, televisão, *internet* ou música, uma avalanche de conteúdo é produzida ao público juvenil a todo o momento e multiplica os grupos com os quais os jovens podem se identificar. A Igreja Católica se encontra, assim, em uma profusa disputa narrativa e os jovens, enquanto promessa de futuro para a instituição, precisam ser constantemente cativados e, ao mesmo tempo, precisam se reconhecer em uma ideia abstrata de juventude apresentada através de seus discursos. A partir de um incisivo investimento simbólico (BOURDIEU, 1982) que possibilitasse a sobrevivência da instituição, as ideias de juventude e santidade foram apresentadas como tentativas de gerar novas identificações pautadas nos princípios morais determinados pela Igreja. Contudo, mesmo que documentos como este publicado pela CNBB e os discursos proferidos pelo Papa utilizem de uma linguagem secularizada, eles circulam dentro de um campo específico, o religioso, e têm seu valor atribuído nesse espaço de circulação. Portanto, precisam ser compreendidos não apenas a partir da declaração de um interesse a respeito da juventude, mas também como uma linguagem religiosa que faz sentido a partir de um conjunto de crenças, que corroboram com o fortalecimento da vida cristã a partir da evangelização. A religião, quando entendida como linguagem, nos possibilita pensá-la “ao mesmo tempo enquanto um instrumento de comunicação e enquanto um instrumento de conhecimento” (BOURDIEU, 1982, p. 28).

Conforme mencionado anteriormente, a forte ação social que a Igreja desempenhava nos países latinos nos anos 1960 foi tomada, a partir de João Paulo II, por políticas que privilegiavam a evangelização e a espiritualidade. Foi nesse movimento iniciado na década de 1980 que a Igreja, em especial a Igreja latino-americana, passou a confiar maior importância à juventude. O documento produzido pelos bispos em Puebla durante a III conferência do

CELAM¹⁷, apresentava os jovens como opção preferencial da Igreja na América Latina e os colocava como os principais agentes de evangelização no presente e no futuro da Igreja:

A Igreja confia nos jovens. Eles são a sua esperança. A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial para o presente e o futuro de sua evangelização. Por ser uma verdadeira dinamizadora do corpo social e principalmente do eclesial, a Igreja faz uma opção preferencial pelos jovens, em função da sua missão evangelizadora no continente (Documento de Puebla, III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, 1979, p. 157, tradução nossa).¹⁸

Ainda que esses e outros elementos nos saltem aos olhos ao pensarmos na juventude católica a partir do final da década de 1970, nos interessa aqui pensarmos nela atrelada à ideia do que significa ser uma pessoa santa. A antropóloga Silvana Sobreira Matos (2014) quantificou alguns dados que nos permitem pensar na construção da santidade de Albertina Berkenbrock em um plano mais geral. Segundo a pesquisadora, houve no pontificado de João Paulo II vinte beatificações e duas canonizações de jovens, e mais seis beatificações e três canonizações no pontificado de seu sucessor, Bento XVI, considerando a faixa etária entre 12 e 30 anos. Embora houvesse nos dois pontificados “um esforço de redistribuir a santidade para além da Europa” (MATOS, 2014, p. 130), a autora observou que o continente europeu ainda possui o maior número de beatificações e canonizações. Além do mais, conforme demonstrado anteriormente, as autoridades clericais também são maioria nos altares, sendo a beatificação de Albertina apresentada nesse sentido não como regra, mas sim exceção.

Ó Deus de bondade e misericórdia, olhai também sobre o holocausto de Vossa serva ALBERTINA, que, em defesa de sua inocência, fiel devota de São Luiz, anjo de pureza e, imitando a Virgem mártir Santa Inês, preferiu ser degolada a manchar a veste nupcial do Batismo. Fazei que a heroína da inocência alcance um dia, para exemplo da juventude brasileira, honra da Arquidiocese de Florianópolis e do Brasil, a imensa glória dos altares (SILVEIRA, 2008, p.18).

O trecho acima foi retirado da biografia escrita pelo jornalista Albi Israel da Silveira e publicado pela primeira vez em 2008, um ano após a menina ser nomeada beata e mártir pela Igreja. A citação é uma parte do que o autor intitula ser a oração pela beatificação de Albertina,

¹⁷ As conferências do CELAM são convocadas pelo papa e reúnem os Bispos latino-americanos para analisar os problemas comuns de cada território e traçar linhas de ação pastoral que possibilitem a solução em cada localidade.

¹⁸ “La Iglesia confía en los jóvenes. Son para ella su esperanza. La Iglesia ve en la juventud de América Latina un verdadero potencial para el presente y el futuro de su evangelización. Por ser verdadera dinamizadora del cuerpo social y especialmente del cuerpo eclesial, la Iglesia hace una opción preferencial por los jóvenes en orden a su misión evangelizadora en el continente” (Documento de Puebla, III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, 1979, p. 157).

compreende-se que seja por esse motivo que ela seja designada como Serva de Deus, estágio em que se encontra a candidata antes de beatificada. Enfim, o que nos interessa observar nesse momento é o apelo à pureza e à inocência não apenas para justificar o martírio de Albertina, mas também como valores que possibilitariam pensar nela como exemplo para a juventude brasileira. Isso porque a Igreja se mantém firme e conservadora no que diz respeito ao discurso moral, especialmente para com a sexualidade dos jovens, sobretudo das mulheres.

Na contemporaneidade, “os católicos passaram, cada vez mais, a desconsiderar os absolutos morais e a se mostrarem vulneráveis aos apelos ‘mundanos’, com multiplicação de estilos de vida e relativização crescente de normas de comportamento sexual” (PEIXOTO, 2006, p. 229), o que se dá para os jovens com maior entusiasmo. Conforme Hall (2006), faz parte da produção do sujeito pós-moderno não possuir uma identidade por essência, fixa ou permanente. Como vimos anteriormente, cada vez mais as pessoas admitem diferentes identidades que não nos permitem pensar em uma unidade, própria das sociedades ditas tradicionais. Em uma mesma direção, o historiador François Hartog (2017, p. 25), pontua que a crise ao se deparar com um futuro múltiplo e incerto possibilita que tradições (como a apresentada pela Igreja Católica) sejam reinventadas a partir do presente, uma vez que o futuro “não representa mais um polo de identificação coletiva remetendo a uma responsabilidade assumida em comum”. Ainda assim, observa-se que a Igreja mantém a postura pela defesa da manutenção dos seus princípios e valores, em especial no que tange a juventude, e tenta através dos seus discursos normatizantes manter um modelo de vida santa que, ainda que adaptável aos novos e modernos modos de vida, segue uma linha tradicional em favor da preservação dos corpos.

Há, no entanto, razões - mesmo de natureza objetiva - para pensar na juventude como uma riqueza singular que o homem experimenta precisamente nesse período de sua vida. Este que certamente se distingue do período da infância (na verdade, é a saída dos anos da infância), como também se distingue do período de plena maturidade. De fato, o período da juventude é o tempo de uma descoberta particularmente intensa do «eu» humano e de suas propriedades e capacidades (Carta Apostólica do Papa João Paulo II aos jovens e as jovens do mundo em ocasião do ano internacional da juventude, 1985, tradução nossa).¹⁹

¹⁹ Hay sin embargo razones – incluso de tipo objetivo – para pensar en la juventud como en una singular riqueza que el hombre experimenta precisamente en tal período de su vida. Este se distingue ciertamente del período de la infancia (es, en efecto, la salida de los años de la infancia), como se distingue también del período de la plena madurez. Efectivamente, el período de la juventud es el tiempo de un descubrimiento particularmente intenso del «yo» humano y de las propiedades y capacidades que éste encierra (Carta Apostólica del Papa Juan Pablo II a los jóvenes e a las jóvenes del mundo con ocasión del año internacional de la juventud, 1985, p. 4)

Conforme declarou Bourdieu (1983), não há como delimitar a juventude de forma precisa e imóvel, ao contrário, ela deve ser vista sempre em contraposição à outras faixas etárias. Dessa forma, o autor observa que a juventude se dá no confronto de dois lugares, sendo os jovens, crianças para determinadas coisas e adultos para outras. Ao mesmo tempo, tem-se que a juventude não pode ser vista como um bloco unitário e portadora de uma identidade homogênea. De acordo com os sociólogos André Margulis e Marcelo Urresti (1996), há variadas formas de ser jovem na contemporaneidade, se considerarmos as múltiplas e variadas relações heterogêneas no plano social, cultural e econômico. Assim, além de variar em razão da idade, essa pluralidade se dá de forma ainda mais expressiva ao considerarmos questões como classe, raça e gênero dos indivíduos envolvidos. Também é preciso considerar o encurtamento da infância em detrimento da juventude, que pouco tem a ver com a representação numérica de anos vividos. A escritora Beatriz Sarlo (2006, p. 36) afirma que na contemporaneidade “a infância quase desapareceu, encurralada por uma adolescência precocíssima. A primeira juventude se prolonga até depois dos 30 anos. Um terço da vida se desenvolve sob o rótulo da juventude”. A autora ainda percebe que a ideia de juventude proporciona pensar a sexualidade dos indivíduos, ao mesmo tempo que tenta se desvencilhar da ideia de inocência, própria da infância, e das obrigações e responsabilidades, próprias da vida adulta.

Albertina, menina de 12 anos, colhida e guardada no coração de Deus por pertencer-lhe de corpo e alma, não temeu sacrificar sua vida antes de sacrificar sua pureza, por amor àquele que por todos nós sacrificou-se na cruz.

“O Brasil precisa de santos, de muitos santos”, disse João Paulo II ao visitar nossa terra. Pois aqui está uma adolescente que trilhou o caminho da santidade de forma decidida e radical.

[...] Albertina, toda do Senhor, deixa-nos o exemplo de sua vida e de sua morte. Deixa-nos também seu *espírito*, espírito de fidelidade ao batismo, que nos faz viver como filhos e filhas do Pai celeste; de fidelidade à eucaristia, que nos dispõe a sacrificar nossa carne e sangue por amor ao Cristo; de fidelidade à crisma, que nos torna firmes na fé, alegres na esperança e generosos na caridade.

Felizes as jovens e os jovens que, como Albertina, compreenderem o que significa, na vida e na morte, “pertencer” ao Senhor (BRUNETTI, 2008, p. 03-04).

Tendo em vista as questões levantadas pelos autores e a citação acima, observa-se que a construção da figura santa de Albertina estabelece um exemplo de juventude que, ainda que se proponha universalizante e adaptável para todos e todas as jovens, coloca um apelo muito maior às mulheres, no que envolve a sexualidade e o cuidado com o próprio corpo. Da mesma forma, é preciso considerar que Albertina tinha apenas doze anos quando foi assassinada. O discurso posto através das biografias escritas por membros do clero, portanto, buscou conciliar

infância e juventude, no intuito de prosseguir com a manutenção de valores e princípios conservadores e manter o controle sobre os corpos femininos. A pouca idade e suas experiências, acabam por colocá-la entre a inocência e a pureza de uma infância cristã, e da maturidade e possibilidade de escolha apresentadas para uma juventude.

Caros irmãos, a Beata Albertina consumou no breve período de 12 anos, a sua existência terrena, mas atingiu os tempos da maturação cristã com uma extraordinária correspondência à graça divina, que ela conheceu nos caminhos ordinários da educação cristã e da vida sacramental e de oração. [...] No ambiente simples e cristão da sua família, Albertina cresceu ajudando os pais formando-se numa vida plena e honesta. Nesta vida o fruto da santidade amadureceu cedo, inesperado, suavíssimo e precioso. E é precisamente isto que admiramos nas crianças Santas: estas, como ao contrário da maior parte de nós, amadureceram com simplicidade a semente nelas posta pelo Divino Agricultor, oferecendo para tal fim, um terreno livre de espinhos, de pedras, profundo: o de uma inocente infância. Mas esta semente germinou depressa e então o milagre do fruto maduro ofereceu-se ao semeador atento... talvez pudesse parecer demasiado precoce a estação, talvez ainda não esperada a fadiga da colheita, mas não se podia esperar mais, não fosse qualquer invejoso mover-se para roubar aquele fruto (Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007).

Muito falamos sobre Albertina ser considerada um modelo para a juventude católica, em especial no século XXI. Entretanto, é preciso ponderar que o fato dela ser considerada um modelo para as (os) jovens não anula o fato de que foi assassinada aos 12 anos, e de que todos os discursos os quais tivemos acesso foram produzidos após o seu falecimento. Albertina, portanto, está sujeita aos discursos produzidos – em especial pelas autoridades católicas – sobre sua história.

Os estudos sobre história da infância e juventude nos permitem observar que as crianças e os jovens constantemente são vistos não como “um ser ‘no presente’, mas um ser ‘em devir’, um ser ‘no futuro’, cuja existência passa a representar a ‘passagem’ em direção à vida adulta” (MARCHI, 2011, p. 391), o que pôde ser observado na carta de João Paulo II, por exemplo. Conforme sinalizou a historiadora Silvia Arend (2013, p. 70), a nova noção de infância, forjada no século XX, define que “as pessoas entre 0 e 18 anos passaram a ser consideradas ‘seres em formação’, tanto do ponto de vista corporal quanto psicológico”. A infância, enquanto importante momento “dos processos de socialização para o ingresso no mundo adulto” (AREND, 2013, p. 70) faz com que as crianças e os jovens sejam vistos como seres inferiores e que sua socialização e educação dependam especialmente da família e da escola (MARCHI, 2011).

Ainda que os discursos católicos sobre e para a juventude se pretendam universalizantes, deve-se considerar “que assim como o conceito de gênero demonstrou que não existe ‘homem’

e ‘mulher’ universais, também os estudos sociais da infância demonstram a inexistência de uma infância/criança universal” (MARCHI, 2011, p. 398). A citação acima do Cardeal José Saraiva Martins nos deixa vestígios do que a Igreja estava considerando como infância, ou ainda, de qual infância Albertina fez parte e serviria como modelo. Tradicional, católica, trabalhadora e branca, talvez sejam os principais adjetivos que melhor definam a família de Albertina. A descendência alemã, o trabalho com a agricultura e o zelo com a manutenção das tradições católicas no lar dos Berkenbrock constantemente foram acionados pelos diferentes discursos católicos produzidos para validar o amadurecimento na vida de Albertina no tocante aos princípios e valores cristãos, que desde os primeiros anos de vida teriam feito parte da sua educação. Assim, a infância da menina foi sempre solicitada a fim de que se demonstrasse que a sua santidade não se deu somente na sua morte, mas também em seu curto período de vida.

2.3 ALBERTINA ENTRE TEMPOS

Isto ensina-nos, particularmente aos jovens, onde procurar a felicidade verdadeira. Sim, porque o pecado não dá nenhuma felicidade. A Beata Albertina com o seu exemplo radical de vida, lança uma forte mensagem a tantos adolescentes e jovens de hoje que, facilmente, podem procurar a felicidade nos tanto fátuos quanto destrutivos, paraísos artificiais da droga ou dos divertimentos finitos em si mesmos, ou inclusive, para além de toda e qualquer regra moral e respeito pela dignidade da pessoa humana (Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007).

Conforme relatam as fontes, Albertina Berkenbrock foi assassinada aos doze anos de idade. Durante a infância, foi descrita por entrevistados pelo jornal *O Apóstolo* com adjetivos como “inocente”, “tímida” e “recatada”. Cuidava dos irmãos, ajudava os mais pobres, frequentava a Igreja. Conforme consta tanto nas biografias, quanto nas reportagens de jornal, Albertina era filha de agricultores e o sustento da sua família tinha como base o trabalho no meio rural. Dessa forma, considerando o fato de que Albertina tenha vivido a maior parte da sua vida ao longo da década de 1920, a menina teve pouco ou nenhum contato com as práticas de uma vida no meio urbano. Foi assassinada em 1931. Teve seu nome e sua imagem popularizada na década de 1950. Só em 2007 foi nomeada beata. Logo, de que forma Albertina pode ser exemplo para uma juventude a qual não pertence? Aversa aos “paraísos artificiais da droga” e dos “divertimentos finitos em si mesmos” com os quais, em vida, não teve contato?

Percebe-se, logo de partida, que há diferentes estratos temporais (KOSELLECK, 2014) presentes em todo o processo de construção de santidade da menina. Ainda que ela tenha vivido na primeira metade do século passado, foi apenas nos anos de 1950 e, posteriormente, no início do século XXI, que Albertina foi reconhecida pela Igreja como modelo. Essa construção de

modelos de santidade pelo catolicismo pode ser analisada a partir da ideia tecida pelo sociólogo e teólogo Peter Berger (1985, p. 41), o qual entende que a religião é responsável por construir determinadas visões de mundo e por tentar “conceber o universo inteiro como humanamente significativo”. Na condição de instituição de poder, a Igreja Católica utiliza de diferentes dispositivos legitimadores. Segundo o sociólogo, estes dispositivos são responsáveis por manter coerência, através de gerações, entre a realidade vivida e as normas que precisam ser mantidas para que a próxima geração “venha também a ‘habitar’ o mesmo mundo social” (BERGER, 1985, p. 23). Ou seja, considerando que as sociedades se alteram conforme a ação humana no tempo (BERGER, 1985), a Igreja precisa constantemente fornecer novos modelos de conduta que conciliem seus princípios e valores com a realidade de mundo que está posta no momento.

Albertina é o exemplo de auto-estima a ser seguido pelos jovens de hoje. Árdua tarefa nesses dias nebulosos da consciência humana, onde a banalização da vida está, infelizmente, em evidência. Dignidade e personalidade, duas características do ser humano que devem ser cultivadas individualmente, sem influências externas, mas sob os pilares da obediência aos pais e às Leis do Senhor nosso Deus.

A menina lançou a semente da fé nos campos do espírito. Cabe a cada cristão cultivar esse exemplo no seio de suas famílias e na sociedade em que vive (SILVEIRA, 2008, p.43).

As pessoas esquecem, e os santos servem como lembretes das normas colocadas para os fiéis dos costumes e valores que devem ser seguidos (BERGER, 1985). Quando o biógrafo de Albertina evoca a menina como exemplo de dignidade e obediência para os jovens, ele está fornecendo um modelo de conduta centrado na adesão da fé católica (ANDRADE, 2008) a ser adotado por um público específico, em um momento específico. É por isso que não bastaria, por exemplo, ter-se apenas os santos medievais como dispositivos legitimadores. Assim, os discursos postos pela Igreja sobre Albertina buscavam justificar sua santidade de forma a produzir sentido para o jovem católico contemporâneo, ao mesmo tempo em que reafirmavam antigos valores e normas cristãos. Conforme elaborou Koselleck, a repetição de costumes e normas é responsável por garantir “a durabilidade e a constância dos modos de conduta social” (KOSELLECK, 2014, p. 13). Ou seja, ainda que o modelo de santidade se altere conforme o passar do tempo, ele mantém certa repetibilidade que permite que as novas gerações, ainda que possuam singularidades, habitem o mesmo mundo social das anteriores. Dessa forma, por considerar que “a singularidade só pode ser explicada por meio de causas se estas se repetirem” (KOSELLECK, 2014, p. 23), não nos interessa analisar a beatificação de Albertina como fato isolado em sua singularidade, mas pensar também o que foi necessário para que ela ocorresse,

o que foi necessário manter, – tanto da história da personagem, quanto da própria Igreja – para que algo novo emergisse em um dado presente.

Muitos têm uma ideia errada da santidade.

Pensam que seja a tristeza, a fuga da sociedade, o esconder-se numa fuma viver sozinho num deserto. Pensam que a santidade seja feita de suplícios de sofrimentos indizíveis. Outros pensam que seja uma renúncia a tudo que Deus fez de bom para os seus filhos.

Não, a santidade é um estado de espírito, que é possível em toda a parte e para todos.

A santidade não é imperícia ou fracasso.

A santidade não é covardia.

A santidade não é falta de inteligência.

A santidade pode estar junto com a cultura moderna, com as boas maneiras, com o gozo moderado dos bens que Deus concede.

A Santidade é um milagre que se renova diariamente e consiste em fazer tudo unido com Deus e por amor de Deus, em fazer em tudo a vontade de Deus. Ora, esta santidade a santidade do Evangelho, pode estar e deve estar em todas as partes, em todos os tempos, em todos os autênticos cristãos.

A santidade é o estado de graça santificante.

Há santos que vivem ao nosso lado, riem conosco, trabalham conosco.

Não faça uma ideia errada da santidade. Faça bem tudo o que fizeres, com os olhares sempre fixos no alto e estarás caminhando pela fenda difícil da santidade (Uma ideia errada. O Apóstolo. Florianópolis, 01 jun. 1958, n. 658, p. 03).

A citação acima retirada do periódico *O Apóstolo*, ainda que não trate especificamente da santidade de Albertina, fomenta a análise aqui colocada de que a construção de modelos do que significa ser santo são adaptáveis conforme a realidade posta em cada momento. O jornal era regido “sob forte orientação do clero católico, contando também com a supervisão da Arquidiocese de Florianópolis, o que significa dizer que preceitos e normas de conduta católicas ainda são constantemente reafirmadas em todos os seus textos e reportagens” (RIBAS, 2009, p. 72). Posto o que nos afirma Ribas sobre a afinação do jornal com os princípios e normas clericais, é possível observar que já na década de 1950 a Igreja demonstrava grande preocupação em adaptar a santidade aos novos tempos.

Dia 15 de junho de 1932.

Mais uma vez se perturba o silêncio do grotão da morte!

Desta vez as vozes, são vozes do céu, muito diferentes das palavras tentadoras da serpente infernal, que desafiara a inocência de uma donzela de 12 anos.

[...] A grande cruz que os colonos plantaram na terra, embebida do sangue virginal, aponta para os céus de S. Luiz, e de todo o Brasil, e parece bradar: “Donzelas, olhai para a virtude da pequena e heroica Albertina! Sede puras como ela foi santa! Com orações e sacrifícios triunfantes em todas as dificuldades da vida!”

[...] E os colonos voltam para seus lares, pensando na heroica Albertina, tão heroica, apesar de ter sido chamada: “A tolinha!”

“Tolinhã”? Não: “Mas a virgem prudente!”

Será que Albertina, corajosa no exemplo de sua vida e heroica na sua trágica morte não despertará nos corações das donzelas a tão difícil renúncia pessoal? (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 nov. 1953, n. 558, p. 01).

É interessante observar que a citação retirada da edição d'*O Apóstolo* de novembro de 1953 faz referência ao que teria ocorrido em 1932, um ano após o assassinato de Albertina. Mesmo que se proponha a relatar sobre um determinado passado, o jornal colocava em seu discurso sentidos para a vida de Albertina de modo que se alinhasse com os princípios da Igreja para com os jovens, em específico com as mulheres. Ao dirigir o testemunho de Albertina às “donzelas”, o jornal se alinhava com o discurso conservador posto à época sobre o lugar que deveria ser ocupado pelas mulheres, em especial por aquelas que ainda não eram casadas. A historiadora Carla Pinsky (2014, p. 609) observa que, mesmo que os anos de 1950 tenham sido marcados pela ampliação do acesso à informação, consumo e lazer, e que a mulher ocupasse cada vez mais espaços como o mercado de trabalho, “ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres”. Uma vez que as jovens solteiras eram ensinadas a preservar o corpo e “a virgindade era vista como um selo de garantia de honra e pureza feminina” (PINSKY, 2014, p. 614), a história de Albertina fomentava esse discurso ao passo que concedia a jovem católica um exemplo de virtude.

As normativas sobre a sexualidade, em especial a feminina, são práticas antigas da Igreja Católica e são responsáveis por definir as características desejáveis no gênero feminino, independentemente da idade. Entretanto, há de se ponderar que “a experiência de ‘ser menina’ muda ao longo dos séculos no Brasil, especialmente no mundo urbano, e varia bastante por conta das grandes desigualdades socioeconômicas sob as quais a sociedade brasileira foi edificada” (AREND, 2013, p. 65-66). Nesse sentido, entende-se que há uma variação do que significa “ser menina”, ou então, “ser jovem”, nos discursos sobre Albertina, dos anos de 1950, para os anos 2000. A invenção e popularização da pílula anticoncepcional, “marco na história das práticas sexuais do século XX” (AREND, 2013, p. 78), é exemplo de como as relações sexuais, em especial entre os jovens, sofreram extensivas variações. Posto que, ao contrário dos anos de 1950,

nos anos de 1980 e de 1990, entre os jovens das elites e dos setores médios, as práticas sexuais já podiam estar presentes desde a fase do namoro que se iniciava normalmente após os 15 anos de idade. Boa parte dos rapazes dos setores médios deixou de frequentar os espaços de prostituição, pois poderiam manter relações sexuais com suas namoradas sem os grandes entraves sociais que se apresentavam três ou quatro décadas antes. As mães e os pais desses rapazes e moças ainda observavam com desconfiança o quadro que se esboçava, mas o teor de suas reações já estava longe do que marcava a geração anterior. O temor da gravidez precoce, para essas famílias, adquiria agora outro sentido. O problema não era mais tanto de cunho moral, mas sim relativo aos projetos de futuro e às condições materiais para concretizá-los. Ter uma criança nessa etapa da vida certamente criaria muitos obstáculos à almejada carreira profissional por parte do jovem, incluindo-se aqui as jovens (AREND, 2013, p. 78).

Nos anos 2000, a própria definição de namoro “começou a ser questionada por uma parcela dos jovens. Muitas meninas e meninos, após os 13 anos, iniciavam-se nas relações sexuais sob a perspectiva do ‘ficar’, ou seja, a partir de um relacionamento de caráter eventual” (AREND, 2013, p. 78). As perspectivas mais igualitárias para a vida das meninas apresentadas no início dos anos 2000 (AREND, 2013) foi também responsável pelas modificações nos discursos católicos, ainda que, “para a Igreja de João Paulo II e de Bento XVI, a sexualidade constitui um bastião de resistência ao mundo moderno” (PERROT, 2007, p. 64) a ponto da valorização religiosa da virgindade feminina ser não apenas sacralizada e sexualizada, mas também laicizada (PERROT, 2013).

A partir da afirmação de Koselleck (2014, p. 221) de que “precisamos aprender a identificar os diversos estratos, a diferenciar entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros, que contém a possibilidade de repetibilidade” que pensaremos as três temporalidades em que a história de Albertina está inserida. Ao mesmo tempo em que a lógica do controle dos corpos femininos se manteve nos períodos analisados, há adaptações no discurso religioso para que as legitimações fossem plausíveis no presente. Exemplo disso é a citação que colocava Albertina como modelo de jovem contrária às drogas e aos divertimentos modernos nos anos 2000, o que não se apresentava no discurso católico da década de 1950, por exemplo. Mas este é apenas um exemplo que pode ser citado. Como vimos, a própria preocupação com os jovens demonstrada no presente dos anos 2000 não era assim tão presente em 1950. Nos próximos capítulos pretende-se observar as diferentes formas com que os discursos sobre a história de Albertina foram construídos e adaptados, a depender do período e da forma como circularam. As permanências e rupturas apresentadas nos diferentes períodos analisados, sobretudo pelos discursos católicos, serão investigadas tendo em vista a produção de um modelo de santidade pautado na adesão da fé católica de Albertina que partem de um mesmo começo, o seu assassinato.

3 CAPÍTULO II - ALBERTINA NAS PÁGINAS DE JORNAL NOS ANOS 1950

“Passei muito mal em um parto anterior. Estando novamente em situação idêntica, prometi que se fosse feliz, e em caso de uma menina, dar-lhe-ia o nome de Albertina. Fui muito feliz e tendo nascido uma menina dei-lhe o nome. Rezo diariamente pela sua beatificação. Tecília Aguiar Borges” (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 01 set. 1952, n. 531, p. 02).

Essa é uma das inúmeras graças publicadas pelo jornal *O Apóstolo* na década de 1950 que possuíam como benfeitora Albertina Berkenbrock. A partir de 1953, a mártir ganhava cada vez mais devotos e seu nome circulava cada vez mais entre os adeptos da fé católica, particularmente em Santa Catarina. Pagar uma promessa dedicando o nome da criança que ainda não nasceu a algum personagem santo é uma prática antiga da religiosidade católica. Em pesquisa no site do IBGE²⁰ verificou-se que na década de 1950 mais de 6000 meninas foram registradas como o nome de “Albertina”, o maior índice do nome entre as décadas de 1930 e 2000. Não por coincidência, a maior taxa de Albertinas nasceram em Santa Catarina, pressupõe-se que por conta da repercussão da santidade de Albertina Berkenbrock no território.

Neste capítulo, busca-se aprofundar as reflexões sobre a atuação do jornal católico *O Apóstolo* – intitulado pelo próprio como a “Boa Imprensa” – na divulgação e na construção da imagem santa de Albertina Berkenbrock. A forma como foi apresentada aos leitores e leitoras, a promoção de uma possível identificação com a menina, bem como a análise da coluna “Graças Recebidas”, que através de agradecimentos como o que foi acima exposto, refletiam uma devoção à Albertina. Ainda que o foco central da pesquisa seja a análise dos discursos católicos, neste capítulo buscou-se observar também em que medida houve a divulgação da abertura do processo de beatificação de Albertina através dos periódicos laicos, a chamada “Má Imprensa”.

3.1. A BOA IMPRENSA: O JORNAL CATÓLICO

Que fizeste pela Imprensa Católica?

Perguntinha ruim de responder, para muitos católicos... Sinceramente, dá para contar nos dedos os que colaboram eficientemente nessa causa tão nobre. Nossa gente custa a entender a necessidade duma imprensa essencialmente católica. [...]

Peçam para os que gastam alguns cruzeiros todas as semanas em revistas, peçam algum donativo para o jornal católico. É uma choradeira desgraçada. “Muito caro”, dizem. “Querem ficar ricos, hein?” “Se não tem dinheiro por que teimam?” “Um cruzeiro por esse jornal? Um auxílio? Desculpe, mas não posso. Esse mês tive uns gastos extras. Sabes não é, a noiva, né...”

Sim, nós sabemos tudo isso e mais um pouco. Sabemos por exemplo que para muitos é relaxamento, para outros é preguiça e para terceiros é medo. Sim, medo de ler no jornal católico alguma coisa que lhes faça “doer nos calos”. Porque o jornal católico

²⁰ Informações disponíveis em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search/response/557>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

só diz a verdade, atinja a quem atingir - ao papai desregrado ou a mamãe vaidosa e egoísta, à filhinha malcriada ou ao rapazola metido a homem; ao patrão desonesto e ao empregado desleal. [...] O jornal católico, senhores, deve ser o amigo de todas as famílias e ele pode entrar em todos os lares sem que seja preciso – por vergonha ou brio – escondê-lo dos menores. Ele traz sim artigos e fotografias modernas, enquanto há moralidade no termo moderno. (Que fizeste pela Imprensa Católica. O Apóstolo. Florianópolis, 15 out. 1953, n. 557, p. 04).

“Carência de recursos, entraves no fluxo de dinheiro, crises frequentes de matéria-prima, dificuldades na manutenção de clientela e competição com a imprensa laica”, segundo Gonçalves (2008, p. 66), esses eram problemas comuns que impediam que a imprensa católica se firmasse até meados do século XX. O trecho acima revela que *O Apóstolo* compartilhava dos mesmos obstáculos e contava com a colaboração de seus assinantes para continuar existindo. Em um contexto onde a imprensa brasileira, sobretudo carioca, se modernizava (ABREU, 2002) a imprensa católica disputava espaço com diversos jornais de grande circulação e revistas ilustradas com grande capital de investimento. A imprensa laica era denominada pelo jornal como a “má imprensa”, em oposição a imprensa católica, a chamada “boa imprensa”. Essa ideia dicotômica responsável por colocar os impressos católicos e laicos em polos opostos “era uma estratégia de combate aos impressos que não se moldavam ao pensamento católico predominante no Brasil, na medida em que procurava despertar nos fiéis uma atitude de repúdio à circulação de ideias tidas como ímpias, censurando seu consumo” (SANTOS, 2006, p. 34).

A imprensa é tudo; um poder imenso, a primeira potência do mundo... O homem moderno já não pensa, já não reflete por si – pensa o que pensa o jornal. (...) Como são mais prudentes os filhos das trevas que os filhos da luz, a má imprensa, ou neutra, apoderou-se do mundo e da opinião pública. (...) Como é difícil sustentar-se um bom jornal, uma boa revista entre nós! (...) E assim, revistas mundanas e cinematográficas, diários que atacam a religião, romances amorudos e livres, são os prediletos dos pais que gastam com isso boas somas para a leitura de suas mimosas filhinhas e distração do lar (A Boa Imprensa! O Apóstolo. Florianópolis, 15 mar. 1953, n. 543, p. 01).

Ainda que sob fortes críticas à modernidade, *O Apóstolo* a partir da década de 1940 “adotou algumas modificações, buscando manter a aceitação dos leitores, que agora possuíam outras referências de leitura mais dinâmicas e mais modernas” (RIBAS, 2009, p. 72). O jornal então “passou a dar mais espaço a reportagens e notícias, aumentando o número de fotos e imagens em suas publicações” (RIBAS, 2009, p. 72) com a intenção de não perder um maior número de assinantes. A iniciativa surtiu efeito e o jornal “passou a contar com um número expressivo de assinaturas, chegando a ultrapassar os limites do estado catarinense” (RIBAS 2009, p. 72). Sob responsabilidade da Congregação Mariana²¹ desde 1932, na década de 1950

²¹ A Congregação Mariana é uma associação de fiéis leigos regida por clérigos. Com especial devoção à Virgem Maria, as congregações, em seu surgimento, visavam incentivar uma vida cristã que fosse exemplar e fervorosa

o jornal chegava aos estados vizinhos do Paraná e Rio Grande do Sul, ao Rio de Janeiro e alguns exemplares foram enviados à países da Europa (RIBAS, 2009)²².

Conforme ressaltou a historiadora Aline Coutrot (2003, p. 348), a imprensa confessional tem como objetivo “fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo” e a sua influência “é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes”, somado a isso, a historiadora ainda aponta que o jornal cristão é lido majoritariamente em família. Estes elementos observados por Coutrot (2003) se aplicam ao *Apóstolo* e podem ser observados no trecho da publicação que abre este subcapítulo, o qual demonstra que o público alvo do jornal era mesmo a família. As publicações variavam e as quatro páginas do jornal quinzenal contavam com uma série de matérias sobre a preocupação com a moral sexual feminina, os modelos de feminilidade e a família. Com um forte controle da Arquidiocese de Florianópolis, as normas e valores apresentados eram consonantes aos discursos oficiais apresentados pelo Vaticano:

Quando o Papa fala, sabemos que não o faz sem razões ponderáveis, e possui uma autoridade incontestável, já por se tratar do Chefe Supremo da Igreja, já pela experiência e larga visão que melhor do que ninguém possui dos problemas do mundo. Pois eu apelo hoje para o Santo Padre o Papa, já que me acham muito ranzinza e inimigo das mulheres. Vamos comentar e meditar a palavra do Sumo Pontífice. [...] A moda em si não é má. O movimento da moda – diz Pio XII – não tem em si nada de mal. Nasce espontaneamente da sociabilidade humana. É preciso viver em harmonia com os seus semelhantes, e Deus não exige – diz o Papa às jovens – que vivais as exigências da moda que vos torneis ridículas, vestindo-vos ao contrário dos gestos e usos comuns às vossas contemporâneas. [...] Portanto, sigam a moda, consultem modistas e figurinos, contanto que não percam a dignidade de mulher cristã, e não firam a modéstia, guardem o pudor, respeitem-se e se façam respeitadas. A moda em si, repito com Santo Tomás e Pio XII não é má, não é pecado (O Papa e as modas. O *Apóstolo*. Florianópolis, 15 jan. 1954, n. 564, p. 01).

O trecho exemplifica a busca pelos discursos oficiais da Igreja para legitimar as normas apresentadas aos leitores e leitoras. O modelo de mulher ideal ocupava boa parte das páginas do periódico, muito por conta da modernização e pelos novos modelos de vida que surgiam.

(RIBAS, 2009). “As bases filosóficas de formação das Congregações Marianas datam do século XVI e são muito presentes e vivas nas páginas de *O Apóstolo* em pleno século XX, especialmente a profunda dependência da hierarquia eclesiástica, assim como, no íntimo vínculo com os jesuítas, que se dava através do Colégio Catarinense” (RIBAS, 2009, p. 35). Para a constituição de Congregações Marianas, faz-se necessário a aprovação do bispo local, fato que reafirma uma “Igreja institucional e hierárquica, capaz de afastar os católicos de um catolicismo mais popular, envolto em sincretismos e independente de um poder clerical” (RIBAS, 2009, p. 36).

²² Ainda conforme as pesquisas realizadas por Ribas, a distribuição do periódico em outras localidades foi possível através da participação de agentes, “estes poderiam ser clérigos ou leigos que se disponibilizavam a divulgar o jornal, colher assinaturas, renová-las e receber pagamento. Estes agentes tinham correspondência direta com o responsável por *O Apóstolo*, e eram incumbidos da distribuição quinzenal dos jornais entre os assinantes de sua localidade. Graças a este artifício este periódico católico pode ser distribuído até a região norte do Brasil” (RIBAS, 2009, p. 51).

Segundo a historiadora Mara Rúbia Sant’anna (2005, p. 98), o sujeito de Florianópolis – um dos maiores consumidores d’*O Apóstolo* – a partir dos anos 1950 passou a se apropriar dos signos da modernidade e “quanto mais mediatizado pela tecnologia e pela informação sistematizada, mais esse sujeito tornou-se desencaixado, tanto quanto se percebia mais pertencente ao mundo”. As tentativas do jornal católico em reforçar modelos de feminilidade contrários aos que o cinema, a televisão e as revistas apresentavam eram constantes. Monsenhor Ascânio Brandão era quem assinava boa parte das matérias de cunho moral focado nas mulheres. Influente na Boa Imprensa nacional, os artigos enviados por Mons. Brandão empreendiam “um pesado discurso normatizador focado nas mulheres. Seus textos dedicavam-se a aconselhar as católicas de como proceder em seus casamentos, condenar a moda e a vaidade, colocar-se contra os namoros chamados de escandalosos, e discorrer contra os perigos do cinema” (RIBAS, 2009, p. 87).

Decálogo para as esposas

- I – Construa a felicidade com as suas próprias mãos.
- II – Recorde, a todo o momento, que tem marido.
- III – Responda, invariavelmente, sim, se quiser agir com certa autonomia.
- IV – Procure mostrar-se sempre agradável, ainda que esteja mal disposta.
- V – Respeite os gostos de seu marido.
- VI – Interesse-se pelo seu trabalho, na medida porém que ele o deseje.
- VII – Trate-o como se fosse um hospede da máxima importância e categoria.
- VIII – Não l he mostre, logo pela manhã, as contas que tem para pagar.
- IX – Não lhe fale mal de sua sogra (a mãe dele).
- X – Quando seu marido estiver nervoso e aborrecido dê-lhe discretamente, um sedativo e deixe-o só (Harmonia no lar. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 mai. 1958, n. 656, p. 02).

Os discursos normatizantes do jornal sobre as famílias faziam parte “da mentalidade dominante dos chamados Anos Dourados” (PINSKY, 2014, p. 608) sobre a maternidade, o casamento, a pureza do corpo e a dedicação ao lar. Na família modelo da época, os homens possuíam “autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade” (PINSKY, 2014, p. 608).

Muitas das matérias não possuíam assinatura, fato que demonstra que as publicações estavam alinhadas com as opiniões e visões de mundo da equipe editorial. Por outro lado, as que apresentavam assinatura, eram em sua maioria escritas por autoridades clericais,²³ o que

²³ Ainda que a grande maioria de publicações no jornal tenham sido escritas por homens e membros do clero, Ribas (2009) observou que há registros de autoras mulheres, em especial nos primeiros anos de circulação do jornal. Havia também, segundo a autora, convidados para publicar n’*O Apóstolo* que não eram membros do clero,

evidencia a preocupação do jornal em apresentar discursos autorizados pela Igreja. Outro autor importante dos artigos veiculados pelo periódico era Padre Alvino Bertholdo Braun. Foi ele o responsável pela maioria das matérias sobre Albertina Berkenbrock que apareceram no jornal durante os anos pesquisados, a ele se deve também a autoria do livro biográfico *Vida da Serva de Deus Albertina Berkenbrock* escrito em 1954 em forma de compilado das matérias publicadas sobre a menina n’*O Apóstolo*. Membro da Companhia de Jesus que liderava o periódico, Pe. Braun “era professor do Colégio Catarinense, um dos espaços de formação escolar das elites locais, tendo chegado a ser diretor da instituição” (OLIVEIRA, 2020, p. 7).

Conforme mencionado anteriormente, o jornal criado pelo Apostolado da Oração da Catedral de Florianópolis em 1929 passou a ser responsabilidade da Congregação Mariana em 1932. Essa mudança, segundo Ribas (2009, p. 80), “acabaria por determinar uma longa hegemonia – que duraria até meados de 1950 – de membros da Companhia de Jesus à frente deste periódico”. De 1931 até meados de 1950 o padre jesuíta Emílio Dűfner²⁴ foi o censor responsável pelo jornal e pelo aumento significativo da tiragem do periódico que passou de oito mil exemplares para vinte mil (RIBAS, 2009).

Enquanto esteve sob a regência de Pe. Emílio tudo o que era publicado neste periódico recebia seu retoque pessoal, nada chegava ao público sem sua prévia aprovação. Colunas eram adicionadas e a estrutura desse jornal começa a firmar-se. Algumas dessas colunas inauguradas por Pe. Emílio se perpetuariam mesmo após seu afastamento, tomando-se de sua importância para este periódico. Foi o que houve com a coluna *Pela terra Catarinense – Conhecer para amar!*, que acabou desempenhando importante papel na história deste jornal, como por exemplo, na campanha pela beatificação de Albertina (RIBAS, 2009, p. 81).

Os textos publicados no periódico não possuíam um viés noticiosos, mas sim tinham como função fornecer referências e opiniões embasadas nas raízes do catolicismo (RIBAS, 2009). De cunho normatizante, as matérias publicadas nos possibilitam compreender “porque, por vezes, *O Apóstolo* parecia ignorar conflitos que ocorriam tanto no Brasil como no mundo,

caso dos irmãos Faraco: Biase (que era médico) e Daniel (que era funcionário do Banco do Brasil). Os irmãos escreviam, respectivamente, sobre assuntos ligados à cuidados médicos e sobre o anticomunismo.

²⁴ Conforme Ribas, Emílio Dűfner nasceu na Suíça em 1887 e ingressou na Companhia de Jesus em 1907. “Estudou na Áustria e na Holanda, de onde veio para o Brasil. Aqui trabalhou no Colégio Catarinense durante cinco anos. Em 1922 retornou para a Europa, para enfim ser ordenado na Holanda. Após sua ordenação retorna ao Brasil, desta vez para o Rio Grande do Sul, trabalhando em São Leopoldo e Porto Alegre, de onde retorna para Santa Catarina, para trabalhar novamente no Colégio Catarinense. Entre os anos de 1931 e 1934 atuou como diretor deste colégio. Continuou desempenhando a função de professor neste mesmo estabelecimento de ensino até o final de sua vida, acumulando paralelamente outras duas funções: a coordenação da Congregação Mariana de Santa Catarina e a direção de *O Apóstolo*” (RIBAS, 2009, p. 81). Em 1950, após afastamento de Pe. Emílio em 1952, Pe. Flávio Azambuja assumiu a função durante os últimos anos da década de 1950, também jesuíta e vinculado ao Colégio Catarinense, o padre manteve a mesma estrutura do jornal que Pe. Emílio (RIBAS, 2009).

procurando apresentar-se como portador de um discurso atemporal – não que o fosse – publicando repetidamente textos que julgava corresponder às suas pautas” (RIBAS, 2009, p. 88). Ainda que se pretendesse atemporal, observa-se que as suas pautas estavam alinhadas com o tempo e o espaço em que o jornal circulou, a exemplo, os novos modelos de vida modernos apresentados aos homens e mulheres. Segundo o historiador Reinaldo Lohn (2002, p. 324), em Florianópolis,

a Igreja Católica havia exercido ao longo de toda a história da cidade importante papel, substituindo o Estado em várias atribuições, notadamente naquelas de controle da população, mantendo o registro de nascimentos, mortes e casamentos, bem como atuando na distribuição capilar de poderes e determinações, que chegavam às comunidades através dos agentes eclesiais. A difícil modernização de Florianópolis, com a manutenção de relações sociais que provinham do período colonial, tornava a Igreja a instituição mais importante e a qual o poder laico das oligarquias e chefes políticos procurava associação a fim de dividir a cidade numa espécie de geopolítica, através da qual as estratégias de poder eram definidas através da elaboração entre Estado e Igreja, mantendo o equilíbrio e a ordem urbana.

Há de se considerar ainda que mesmo que traços de uma modernização já pudessem ser percebidos, os novos tempos chegavam tardiamente à capital catarinense. “O progresso que se ‘alardeava por aí’, só com muita dificuldade e timidez chegava à cidade. Anos JK, 50 anos em 5, bossa nova, conquista da Copa do Mundo, indústria automobilística, tudo parecia um eco distante na pequena capital” (LOHN, 2016, p. 27). Segundo o autor, foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que Santa Catarina passou a ter representações de uma sociedade industrial, marcada por uma “crença moderna a respeito da subjugação da natureza, da superação dos limites naturais pela vontade criativa e transformadora do homem” (LOHN, 1999, p. 42).

Dessa forma, mesmo que o crescimento da população urbana e das cidades no país já dessem “contornos a uma luta envolvendo representações que pretendiam definir a sociedade brasileira por um suposto caráter urbano ou rural” (1999, LOHN, p. 53), essa dicotomia vagarosamente chegava à Santa Catarina, de forma que a realidade rural ainda era bastante comum ao catarinense da década de 1950. Assim, o estado “abria-se à emergência econômica brasileira, como território de produção agrícola diversificada para o abastecimento do mercado interno” (SOUZA, 2001, p. 215). “A necessidade de abastecer o mercado nacional, que se voltava a um franco processo de urbanização, solicitava esse exército produtivo do campo, forçando-se uma tendência natalista” e a interferência “na capacidade procriativa impunha um controle sobre a sexualidade e o corpo familiar, assegurando uma moral organizadora da harmonia social e com a finalidade de gerar um excedente agrícola que, na verdade, ultrapassava as reais necessidades da família campesina” (SOUZA, 2001, p. 217).

Com a intenção de aumentar o excedente produtivo, bem como a renda familiar e o consequente desenvolvimento do país, “a Igreja Católica em Santa Catarina assumiu um papel importante na estratégia regulamentadora do cotidiano social ao formalizar um discurso e uma prática que deveria servir como critério de certeza e de vontade” (SOUZA, 2001, p. 202). Foi através da imprensa escrita, representada pelo *O Apóstolo*, que a Igreja em Santa Catarina teria difundido discursos que tratavam de “maximizar a vida, o corpo, o vigor e a longevidade” (SOUZA, 2001, p. 203). Segundo Souza (2001, p. 202), “*O Apóstolo* teria sido o maior veículo de comunicação escrita que o meio rural catarinense já teve”. Nesse veículo de comunicação era evidenciado o papel que a família rural, numerosa, indissolúvel e entregue as influências religiosas, deveria desempenhar no cenário nacional:

procriar, cuidar da educação e da saúde do corpo da criança e o de fazer desenvolver, na medida do possível, a pequena propriedade agrária. Para tanto, era mister a formação e a preparação dos jovens para o casamento, onde se procurava manter o controle sobre sua sexualidade e seu prazer, já que através da domesticação dos sentidos do corpo se acreditava ser possível preservar a união e os códigos morais da família (SOUZA, 2001, p. 220).

Outra pauta recorrente no periódico era o anticomunismo, muito alinhado à Igreja Católica no período. Conforme Lohn (2002), prevalecia em Florianópolis um discurso oficial reacionário e conservador, que provinha da Igreja e dos partidos hegemônicos. Assim, “o anticomunismo aliava-se a uma Igreja marcada pela romanização, que foi muito importante para criar a imagem de uma cidade que não poderia ter conflitos e que formaria uma comunidade ideal e hierárquica” (LOHN, 2002, p. 345). À época, o pontífice da Igreja Católica era o Papa Pio XII (1939-1958), seu governo, que se desenvolveu “em três fases excepcionais da situação internacional: a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e o primeiro período de distensão” (LABOA GALLEGU, 2005, p. 472, tradução nossa)²⁵, foi marcado por uma forte preocupação com o comunismo. Segundo Laboa Gallego (2005, p. 473, tradução nossa)²⁶, “após a guerra, apenas o comunismo se manteve como a grande força anticristã, como a suprema ameaça à civilização cristã, que não apenas dominava o mundo soviético, muito distante das preocupações diretas da Igreja Católica”, mas que se espalhava por países tradicionalmente católicos, como o Brasil.

²⁵ [...] en tres fases excepcionales de la situación internacional: la Segunda Guerra Mundial, la Guerra Fría y el primer periodo de distensión. (LABOA GALLEGU, 2005, p. 472).

²⁶ Tras la guerra, sólo el comunismo se mantuvo como la gran fuerza anticristiana, como la suprema amenaza a la civilización cristiana, que no sólo dominaba en el mundo soviético, bastante alejado de las preocupaciones directas de la Iglesia católica (LABOA GALLEGU, 2005, p. 473).

Em linhas gerais, pôde-se observar que *O Apóstolo* desenvolveu importante papel em Santa Catarina na divulgação das normas e valores tradicionalmente apresentados pela Igreja Católica, em especial àqueles referentes aos corpos e a sexualidade. Conforme exposto, durante a década de 1950 o periódico se posicionava duramente contrário à modernidade e ao comunismo, em uma constante disputa narrativa com outros impressos que não se alinhavam aos posicionamentos da Cúria Romana. O jornal, que não possuía grandes investimentos e sobrevivia graças a contribuição de seus assinantes, entrou em uma fase difícil nos anos finais de 1950:

Prezados assinantes

Pedimos entregar sua assinatura paga aos agentes... Estamos com pagamentos de 1958 atrasados de Cr\$ 30 mil e de 1959 no valor de Cr\$ 150 mil, cento e cinquenta Cr\$. E devemos pagar papel. Devemos pagar a Linotipa. Cada mês vence uma prestação. Devemos pagar a impressão. Um apelo de caridade: Não atrasem sua contribuição. Salve Maria! (Prezados assinantes. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 out. 1959, ed. 721, p. 04)

Há no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina todas as edições do jornal de 1929 a 1959 e algumas edições da década de 1980, que não nos permitem afirmar que o periódico circulou de forma ininterrupta até então. Os problemas financeiros que já apareciam nos primeiros anos de 1950 foram se intensificando. Durante os anos pesquisados, observou-se poucos anúncios pagos nas páginas d'*O Apóstolo*, somado a isso, o atraso no pagamento das assinaturas e as dívidas adquiridas com a intenção de modernizar o impresso possivelmente culminaram na interrupção das suas atividades no final daquela mesma década.

Nos próximos subcapítulos pretende-se observar como a história de Albertina foi apropriada pela Boa Imprensa catarinense. A frequência das publicações sobre o seu martírio, a maneira como ele foi construído, bem como em que medida o jornal propôs uma identificação de Albertina a partir da história de outra mártir, a jovem italiana Maria Goretti. Através da coluna *Graças Recebidas*, propõe-se observar de que forma pode-se assumir que a comunidade que venerava Albertina passou a crescer e a se identificar cada vez mais com a história da menina a partir da divulgação d'*O Apóstolo*.

3.1.1 A CONSTRUÇÃO DE ALBERTINA ENQUANTO ACONTECIMENTO N'O APÓSTOLO

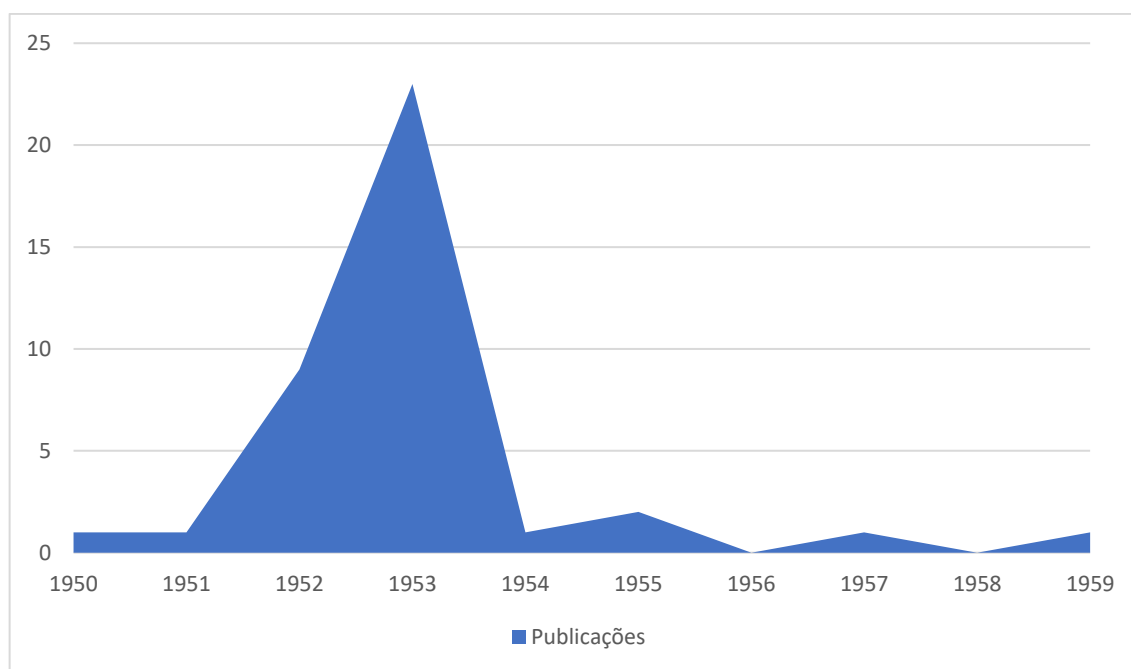
Alô Alô Atenção!

Dentro de pouco tempo, será instalado um tribunal eclesiástico, para estudar o processo de beatificação de Albertina Berkenbrock. Para isto é preciso que Deus lá do alto, lance um olhar de aprovação sobre o que se vai decidir. Conseguiremos o que se pretende só por meio da oração. Quem quiser pois orações pela Beatificação de

Albertina, queira dirigir-se para: Editora Vozes, Caixa Postal 23, Petrópolis Estado do Rio de Janeiro. Preço: cento Cr\$ 10,008 (Alô Alô Atenção! O Apóstolo. Florianópolis, 01 abr. 1952, n. 523, p. 01).

A publicação de primeiro de abril de 1952 dá sequência há uma série de novas publicações realizadas pelo jornal *O Apóstolo* que visavam divulgar o andamento do processo de beatificação de Albertina Berkenbrock. No trecho, evidencia-se a importância do apoio – financeiro e devocional – da comunidade que venerava Albertina para que fosse dada sequência ao processo. Ainda que o martírio de Albertina já fosse conhecido e venerado na região em que nasceu, observa-se que a divulgação a partir d'*O Apóstolo* possibilitou que centenas de novos fiéis atribuíssem sentido para a sua santidade.

Figura 1 – Gráfico das Publicações sobre Albertina no jornal *O Apóstolo* (1950-1959)



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Para a composição do gráfico 01 foram consideradas apenas as publicações textuais sobre Albertina. Caso fossem consideradas também as matérias sobre santidade de forma mais ampla, ou então as vezes que apenas a imagem de Albertina ou de seu túmulo eram utilizadas, esse número aumentaria consideravelmente. Também não foram contabilizadas às vezes em que o nome de Albertina apareceu na coluna *Graças Recebidas*, a qual discutiremos a seguir. Dito isso, o gráfico evidencia que as publicações sobre Albertina cresceram consideravelmente em 1952 (ano em que o processo de beatificação foi instaurado), chegando a seu maior pico no ano seguinte. Isso se deve ao fato de que entre os meses de março e dezembro de 1953 as

primeiras páginas de todas as edições foram dedicadas a contar “em breve resumo, dados verídicos, sobre tão querida e heroica menina” (Sangue e Silêncio na Mata Virgem. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 mar. 1953, ed. 543, p. 01). Era na coluna: *Pela terra catarinense – Conhecer para amar* que Pe. Braun tinha seus textos sobre Albertina publicados quinzenalmente. A coluna que apareceu no jornal pela primeira vez “na edição de 15 de fevereiro de 1940, de maneira geral, dedicava-se a apresentar belezas, curiosidades, locais de devoção e festas religiosas das mais diversas regiões de Santa Catarina” (RIBAS, 2009, p. 183).

Figura 2 – Primeira matéria que dá sequência às publicações sobre Albertina em março de 1953.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mar. 1953, n. 543, p. 01.

Figura 3 – O túmulo de Albertina



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Túmulo de ALBERTINA. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mar. 1954, n. 567, p. 02.

A posição estratégica que ocupava de primeira página das edições demonstra a importância conferida às publicações sobre Albertina. A utilização de fotografias nas duas figuras acima tornava o texto mais atraente e quebrava com a monotonia das grandes matérias impressas (LIMA, 1963 *apud*. LUCA, 2008), ao passo que, conforme o historiador Charles Monteiro (2016, p. 77), a atenção à “página de um periódico é atraída pelas manchetes e pelas imagens devido ao espaço privilegiado que elas ocupam no ordenamento e na hierarquia da página em relação a outros elementos”. As meninas fotografadas – a primeira prostrada de joelhos em frente ao altar construído no local em que Albertina foi encontrada sem vida (figura 01) e a segunda junto ao túmulo de Albertina (figura 02) – indicam qual o público alvo que a construção da sua santidade pretendia servir de exemplo. Ademais, a figura (02) possuía como legenda “o túmulo de ALBERTINA – sempre ornado de flores”, o que indicava para os leitores que já havia grande devoção à candidata a mártir na localidade onde nasceu. Todas as vinte publicações em matérias de primeira página sobre Albertina possuíam como título *Sangue e silêncio na mata virgem – Serva de Deus Albertina. A virgem Heroína de São Luiz*. O título escolhido reflete o que o leitor encontraria no interior das publicações: detalhes sobre o dia do assassinato de Albertina.

Eis o relato judicial.

Consta claramente a má intenção do criminoso. Consta igualmente a resistência heroica da menina! Basta lembrar como a mata foi amassada!

Consta como a menina PEDIA, isto não só uma vez, mas muitas vezes durante a luta. Que não a judiasse; que a não maltratasse. Este é o sentido imperfeito PEDIA!

Consta mais, que Albertina, jogada ao chão, ainda resistia com valor, de modo que o malvado não conseguiu os seus intentos, e consta, que Maneco a matou porque Albertina NÃO QUIS CONSENTIR NO PECADO: pois diz o criminoso: E ainda não conseguindo seu intento por a menina reagir, arrancou de um canivete e degolou-a! (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 15 dez. 1953, n. 560, p. 01).

As publicações de Pe. Braun no jornal católico manifestavam o desejo de possuir o discurso verdadeiro sobre a história de Albertina. A utilização de informações que constavam no processo judicial, ou seja, no relato oficial sobre o crime, demonstram isso. Levando-se em consideração que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2004, p. 09), entende-se que o discurso judicial, assim como o católico, é produzido e controlado por uma instituição e com uma intencionalidade específica. Mesmo que a busca por utilizar o discurso oficial da morte de Albertina traduza uma intenção de verdade por parte do padre, entende-se que o discurso jurídico não traduz o fato em si, mas constrói uma verdade sobre ele (GRINBERG, 2009). Observa-se, portanto, que ainda que se fizesse uso do discurso jurídico para construir Albertina enquanto mártir na década de 1950, os sentidos produzidos a partir dele foram operados de formas distintas. Isso porque os periódicos, ao contrário dos arquivos judiciais, possuem como intenção primeira serem dirigidos ao público, “divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão” (FARGE, 2009, p. 13). Ademais, observa-se que, não apenas na citação acima, mas em todo o discurso proferido por Padre Braun sobre Albertina, que estes escritos estavam alinhados à agenda do jornal em apresentar modelos de conduta particularmente voltados às mulheres. A construção de uma narrativa que conduz a sua morte para um sentido místico, vislumbra ressaltar algo mais importante para o discurso religioso do que propriamente a violência presente na morte: a luta contra o pecado, em favor da manutenção dos valores e virtudes cristãos.

[...] o generoso sangue da virgem corre aos borbotões, Albertina estremece, mas na morte ainda defende sua virgindade: uma perna trançada sobre a outra, o pé firmado numa raiz, segurando o vestido com as mãos contra o corpo, acima dos joelhos!

Nem morta, seria manchada sua virtude!

Mais uns tremores em todo o corpo: Albertina está morta! A cabeça da virgem-mártir cai para o lado direito!

Morta, mas pura e incontaminada! (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 15 out. 1953, n. 557, p. 01).

Manifestava-se por parte da imprensa católica certa vontade de verdade (FOUCAULT, 2004), bem como o controle sobre o que seria narrado da história de Albertina, uma vez que o jornal se intitulava como a Boa Imprensa, porta voz oficial da Igreja e da autoridade do Papa. Conforme visto anteriormente, os discursos colocados pelo periódico tinham como intenção primeira a difusão das normas e dos valores da Igreja de forma a possuir sentido para um determinado público. Logo, entende-se que os discursos sobre Albertina fomentavam essa intenção, em especial no que diz respeito a preservação da virgindade. Conforme Foucault (2004, p. 42), para que a doutrina seja difundida e partilhada por um certo conjunto de indivíduos, basta o “reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados”. Da mesma forma, ao ligar os indivíduos a determinado tipo de enunciação e estabelecer uma determinada verdade, a instituição “lhe proíbe, conseqüentemente, todos os outros” (FOUCAULT, 2004, p. 43).

Assim, ainda que se dê atenção aos discursos proferidos sobre Albertina a partir de representantes da Igreja, não se pode perder de vista que estes discursos surgiram a partir de um fato específico: o crime cometido contra a vida da menina em 1931. Em outra medida, conforme elaborou Nora (1995, p. 181), o fato de o crime ter acontecido não o torna histórico, “para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido”. A frase pode parecer confusa em um primeiro momento, mas façamos o exercício de olhar separadamente para o que Nora distingue como fato e acontecimento, a exemplo do caso de Albertina. De acordo com o historiador,

A diferença entre os dois fenômenos é bem nítida. O acontecimento pertence por natureza a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais. Mas no interior de sua categoria bem marcada, o acontecimento se faz assinalar por sua importância, a novidade da mensagem, tanto menos indiscreto quanto menos banal (NORA, 1995, p. 184).

Assim, é a partir do momento que um fato se torna conhecido que ele pode ser considerado enquanto acontecimento. Em diálogo com Nora (1995), Dosse (2013) afirma que as mídias são a condição necessária para o surgimento do acontecimento, uma vez que ele só existe a partir do momento que é significado por um determinado público. “O acontecimento, portanto, nunca reflete ‘aquilo’ que realmente aconteceu. E com motivo, pois, mesmo se um tal mecanismo fosse possível, o acontecimento seria incapaz do mesmo, devido à sua estrutura narrativa.” (DOSSE, 2013, p. 320). Contudo, ao se pensar a beatificação de Albertina pela via do acontecimento, faz-se necessário também considerar a especificidade do culto aos santos.

Considerando-se o conceito de religiosidade católica proposto por Andrade (2010), há uma intensa manifestação da religiosidade brasileira que ultrapassa os limites institucionais. Uma vez que o contato com o transcendente não se dá “a partir da divisão estabelecida entre, de um lado uma religião popular que se identificaria com uma manifestação distorcida e, de outro lado, uma religião oficial que comportaria as manifestações legítimas das devoções aos santos” (ANDRADE, 2014, p. 172). Assim, há de se considerar que antes mesmo da abertura do processo de beatificação a imagem de Albertina já era conhecida e cultuada entre os membros da comunidade onde viveu. O que aconteceu a partir de 1952, com a abertura do processo de beatificação, é que a imagem de Albertina atingiu novos níveis de divulgação, que permitiu com que um maior número de fiéis conhecesse a história da menina e com ela se identificasse.

Dessa forma, ainda que a imagem de Albertina fosse conhecida e cultuada antes da instauração do processo de beatificação, estamos considerando que ela pode ser entendida enquanto acontecimento apenas a partir de 1952, uma vez que é através da abertura do processo de beatificação que a imprensa (em especial a católica) passa a dar destaque ao ocorrido. Nesse sentido, há de se observar os trâmites institucionais colocados através do Código de Direito Canônico que estabelecem como um dos pré-requisitos para o andamento do processo a não veneração do candidato a beato antes que o Papa concedesse o título. O trecho a seguir demonstra a preocupação do jornal *O Apóstolo* com as leis da Igreja, recomendando o não culto da imagem de Albertina antes do processo ser aceito pelo Vaticano:

Recomenda-se a todos os admiradores da Virgem assassinada, se abstenham de tudo que possa insinuar CULTO /PÚBLICO, como acender velas em sua honra, chamá-la de SANTA, e semelhantes.
Podem invocá-la, e pedir muito a Deus seja servida de glorificar sua Serva (Sangue e silêncio na mata virgem. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 mar. 1953, n. 543, p. 01).

Uma vez que o periódico se intitulava porta-voz oficial da Igreja Católica é natural que suas publicações estivessem em consonância com as leis eclesiásticas. O interessante aqui é observar a atenção dada para o caso e a importância concedida aos leitores, possíveis admiradores da candidata à mártir. Apesar do culto público não ser permitido pelo Código de Direito Canônico, a construção de uma memória coletiva pela comunidade onde a candidata viveu era incentivada, de forma a legitimar sua beatificação a partir da reputação de ter morrido como mártir e dos pedidos de intercessão do povo para conseguir favores divinos (PEIXOTO, 2006). Essa ideia de construção de uma memória coletiva também pode ser analisada a partir da via do acontecimento, justamente porque envolve a produção de sentido por um determinado público. Ou seja, não bastaria que a imprensa católica afirmasse o grau heroico na morte de

Albertina sem que essa informação fosse significada por seus leitores e leitoras. Assim, infere-se que somente a partir do momento que o acontecimento produz sentido para um determinado grupo de pessoas, ou seja, que ele reflete em um determinado presente, que pode ser denominado de tal forma. Do mesmo modo, “o que conta não é tanto o acontecimento como tal na sua fatualidade, mas o acontecimento contado, captado na sua narrativa” (DOSSE, 2013, p. 336).

Nessa perspectiva, considerar que “o acontecimento não é um simples dado que basta coletar e comprovar sua realidade” (DOSSE, 2013, p. 12) significa afirmar que o acontecimento não é redutível ao acontecimento estudado, mas sim que ele está inserido em uma série de repetições que permitiram com que ele emergisse em um determinado presente. Portanto, ainda que o acontecimento se dê em um presente e que seja nesse presente que ele passe a ser significado por um público, ele refere-se a um passado. No caso específico de Albertina Berkenbrock, não é possível desprender o seu processo de beatificação do fato que ela fora assassinada após tentativa de estupro em 1931, justamente porque a construção da sua santidade, além de ter como base a adesão a fé católica, foi pautada a partir e por conta do caráter violento da sua morte.

No dia 15 de Junho de 1931 é o dia terrível, o dia da morte cruel da inocente Albertina. Já passaram mais de 20 anos, muitos já esqueceram o crime, outros opinaram que ela teria consentido, se fosse um outro. Isto é infame!

Só posso afirmar que eles não conheceram a criança ou julgaram de acordo com a própria maldade.

Era Albertina grande e forte para a sua idade, mas ainda não chegara à puberdade. Ela não lutou por medo das consequências de ser violentada. Talvez nem chegasse ao limiar de sua consciência. Ao meu ver, ELA LUTOU POR SUA INOCÊNCIA, POR SUA PUREZA, pois ela tinha compreendido bem, muito bem o sentido do 6º mandamento.

A luta travada com o assassino, que não conseguiu os seus intentos, é prova eloquente disso. Num espaço de cerca de três metros de distância estava o mato arrasado, as macegas pisadas e quebradas (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mai. 1953, n. 547, p. 01).

Para Koselleck (2014, p. 232), a singularidade de um acontecimento resulta do fato de que todo presente é concebível a partir de “passados mutáveis, e futuros que também se alteram”, isso porque esses dois tempos são vistos com as lentes do presente e se alteram conforme as questões levantadas por ele. É nesse sentido que o passado trágico de Albertina foi ressignificado na década de 1950 com a abertura do processo de beatificação. Conforme é possível observar na citação acima, ao considerar a presença do sagrado na morte de Albertina, o crime passou a ser ressignificado de forma a conceder um caráter místico para o ocorrido em função das demandas apresentadas em um determinado presente. A justificativa para a

abertura do seu processo de beatificação parte da preservação de valores caros ao cristianismo, que durante toda a vida teriam feito parte do caráter de Albertina. Qualidades como “pureza” e “inocência” foram acionados em sentido a exaltar a preservação da castidade. A luta que o periódico menciona ter ocorrido contra o assassino, foi ressignificada pelo discurso religioso como uma luta contra algo mais importante que a própria vida: a preservação dos valores cristãos. Assim, observa-se que a reconstituição do passado de Albertina na década de 1950 parte das demandas de algo novo: o processo de beatificação, em função de um determinado futuro: o reconhecimento do seu martírio pela Igreja Católica.

3.1.2 “MARIA GORETTI DO BRASIL”

Conforme mencionado anteriormente, a Arquidiocese de Florianópolis não respeitou o período de trinta anos necessário entre a morte da candidata e a abertura do processo de beatificação de Albertina. Ainda que os motivos para tal descumprimento sejam desconhecidos, o Diácono Aury Azélio Brunetti em biografia escrita sobre Albertina em 2002, afirmou que a beatificação de Maria Goretti em 1950 seria a motivação responsável pela abertura do processo de beatificação de Albertina. Segundo o diácono,

após a morte de Albertina, não foram poucas as pessoas que começaram a obter graças e favores de Deus, por intercessão da pequena mártir de São Luís. E o povo logo começou a chamá-la de “Maria Goretti do Brasil”.

É sabido como a jovem camponesa italiana Maria Goretti, tinha igualmente 12 anos de idade quando foi assassinada por não querer cometer um grave pecado contra Deus e contra a virtude da santa castidade. Por isso concluídos que foram os processos canônicos sobre a heroicidade de sua virtude, o saudoso papa Pio XII, no dia 24 de junho do Ano Santo Jubilar de 1950, proclamou Maria Goretti como mais uma santa virgem e mártir da castidade [...]

Todos esses fatos e testemunhos levaram as autoridades eclesiásticas competentes a instaurar oficialmente um processo canônico sobre a vida e a morte de Albertina Berkenbrock (BRUNETTI, 2008, p. 50-51).

Essa semelhança é frequentemente encontrada nas histórias dos santos, isso porque, conforme o historiador Michel de Certeau (1982, p. 272), “na hagiografia a individualidade conta menos que o personagem. Os mesmos traços ou os mesmos episódios passam de um nome próprio a outro”. Os modelos de santidade apresentados pela instituição buscam “transmitir os valores que a hierarquia católica – universal e nacional –, considera importantes para a sociedade e a instituição” (PARADA, 2001, p. 09, tradução nossa).²⁷ Nesse sentido,

²⁷ “[...] transmitir los valores que la jerarquía católica – universal y nacional – considera importantes para la sociedad y la institución” (PARADA, 2001, p. 09).

observou-se que a semelhança apontada por Brunetti nos anos 2000 já havia sido explorada pelo jornal *O Apóstolo* na década de 1950. O processo de beatificação de Albertina foi instaurado no mesmo período em que Maria Goretti foi canonizada e o jornal veiculava informações sobre os dois processos.

Maria Teresa Goretti, ou simplesmente Marieta, como seus familiares a chamavam, nasceu em Corinaldo, Ancona no ano 1890, sua família obrigada pela necessidade havia emigrado para o inóspito Agro Pontino na localidade Ferrieri di Conca, a dez quilômetros de Netuno, pelos fins do século XIX. Eram camponeses, acostumados aos duros trabalhos dos campos, trabalhando na lavoura, enquanto Maria Goretti cuidava dos quatro irmãozinhos mais novos que ela. Seu pai morreu quando ela tinha apenas dez anos e sua mãe Dona Assunta, para ganhar o sustento da família, ficava o dia inteiro no trabalho do campo e Maria Goretti não podia estudar, apenas quando podia, corria até à longínqua igreja para aprender o catecismo, e desta forma conseguiu fazer primeira comunhão aos 12 anos. Numa manhã, quando sua mãe Assunta partiu para o trabalho, deixando Maria Goretti com a irmã menor (que mais tarde entrou para a vida religiosa entre as franciscanas missionárias da Imaculada) o jovem Alexandre Serenelli que já havia sido rejeitado por parte da menina, assassinou-a com vários golpes de punhal, que morreu pronunciando perdão para o assassino, no dia 06 de Julho de 1902. Condenado aos trabalhos forçados, Alexandre Serenelli passou 27 anos na prisão. No ano de 1910 ele disse ter tido uma visão da pequena mártir e desde aquele momento sua vida mudou e dizia que Maria Goretti era seu anjo protetor. A jovem que não se deixou contaminar pela doença do pecado, foi solenemente canonizada pelo Papa Pio XII, tendo sido assistida por sua mãe Dona Assunta e os irmãos (Santa Maria Goretti, *Apud*. ANDRADE, 2008).

A semelhança presente nas duas histórias já havia sido observada por Andrade (2008, p. 251): “as histórias retratam uma infância normal, até tranquila, quando um evento interrompe a vida da criança e a coloca numa situação de perigo e consequente morte, sem ter quem a defenda do agressor”. Verifica-se que é possível que a canonização de Maria Goretti tenha sido um dos grandes motivadores da abertura do processo de beatificação de Albertina em 1952. Isso porque na construção de hagiografias importa muito mais a atribuição de função que ele representa do que a história particular do indivíduo em vida (CERTEAU, 1982). Assim, é possível pensar que, no caso de Maria Goretti e Albertina, o que muda, em síntese, é o nome. A narrativa e o discurso moralizantes que constroem os modelos de santidade são basicamente os mesmos. Conforme Andrade, no caso da vítima inocente,

o centro da narração é sempre a morte considerada prematura e seu inexplicável motivo, seja em função de uma doença ou de um homicídio com “requisitos de crueldade”. A criança/adolescente aparece, ao mesmo tempo, entregue e indefesa diante da ameaça de morte e extremamente forte ao demonstrar que enfrentou o homicídio ou a doença com forças que ultrapassam em muito a medida humana. Por serem puras, ou como seus devotos o dizem, *anjinhas* [...], atingindo o sofrimento de forma intensa, e por entenderem do sofrimento humano, essas crianças tornaram-se capazes de intermediar a relação entre o devoto que sofre e lhe pede a interrupção do sofrimento, e a divindade, da qual está próxima. (ANDRADE, 2010, p. 138-139)

Para além da similaridade dos dois martírios, o rápido andamento no processo de beatificação – considerando as leis do Código Canônico da época – podem ter impulsionado as autoridades clericais a adiantarem em dez anos a abertura do processo de Albertina. Somado a isso, Maria Goretti foi a primeira criança canonizada pelo Vaticano (ANDRADE, 2008), outro fator que pode ter afetado o processo de beatificação de Albertina.

O processo de Beatificação dessa jovem foi um dos mais rápidos da História. É esse um dos raríssimos casos de um Santo ser declarado Beato e Santo pelo mesmo Papa. Também é fora do comum que ainda vivam e assistam à Canonização pais e irmãos. O caso da M. Goretti constitui um caso único, segundo o vigente processo de Canonização: vai ser canonizada tendo ainda a mãe e os irmãos vivos. [...]
O autor do crime também vive, com perto de 70 anos. Logo que recuperou à liberdade, depois de 26 anos de prisão, foi ajoelhar-se aos pés da mãe da B. Maria Goretti, para lhe pedir perdão, pessoalmente, de seu hediondo delito. (A B. Maria Goretti será Canonizada. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mar. 1950, n. 273, p. 02)

Além da atenção dada separadamente para os dois martírios, eventualmente a história de Maria Goretti era evocada nas matérias que se destinavam a contar a história de Albertina. A título de exemplo, a matéria de maio de 1953, onde Pe. Braun escreveu que Albertina “não teve que arrostar as tentações a que esteve exposta Maria Goretti em se dirigindo ao mercado público de Anzio, objeto dos olhares lascivos de muitos”²⁸ ou então na matéria de julho do mesmo ano,²⁹ quando colocou que Albertina estaria ao lado das outras virgens mártires: Santa Maria Goretti, Santa Inês e a Virgem Santíssima. A história de martírio das duas meninas se mostrou tão importante para o periódico que outras histórias de crianças foram acionadas em seu proveito. Em setembro de 1953 sob a chamada “O Século das Pequenas Mártires” o artigo escrito pelo padre jesuíta Raimundo Wizenmann sobre Annarella Bracci, que à exemplo de Maria Goretti teria sacrificado a própria vida, expressava a importância das histórias das mártires para os católicos:

É verdadeiramente admirável que criaturas tão frágeis e delicadas possam ser tão heroicas. Quantos dos católicos que se julgam fortes, seriam capazes de tamanho sacrifício? Quantos há que sorvem o pecado grave como se fora um licor delicioso? São incapazes de evitá-lo, quando isto não exige nenhum sacrifício de vida. Quantos há que se orgulham de sua fortaleza, mas não podem deixar de pisar aos pés o que há de mais sagrado, por causa de um prazer impuro! Oh! Envergonhemo-nos, que temos tão elevado conceito a nós, mesmos envergonhemo-nos diante dessa processão de pequenas mártires, de crianças tão frágeis e humildes, que fracas, nos vencem a nós que nos orgulhamos de força que não possuímos (O Século das Pequenas Mártires. O Apóstolo. Florianópolis, 15 set. 1953, n. 555, p. 04).

²⁸ Sangue e silencio na mata virgem. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 mai. 1953, n. 548, p. 01.

²⁹ Sangue e silencio na mata virgem. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 jul. 1953, n. 552, p. 01).

Figura 4 – Imagem de Maria Goretti e texto sobre o martírio de Albertina. O Apóstolo, abril de 1952.



Santa MARIA GORETTI
O LIVRO DE CORINÁLDO
RAIVIND B. BRAUN S.J.

SANTA MARIA GORETTI nomeada padroeira principal com Santa Inês, das Associações das FILHAS DE MARIA.
O processo de beatificação de Albertina já está sendo iniciado. Tenhamos confiança em sua intercessão.

Albertina, mártir catarinense

Nasceu Albertina de pais cristãos, Henrique Berkenbrock e Josefina Boeing, a 11 de Abril de 1919, na freguesia de São Luís, distrito de Varagem do Cedro, município de Imará, Estado de Santa Catarina.

Breve sua vida. Nos verdes anos de sua existência, foi, no lar, muito obediente e respeitosa para com os pais, a ponto de alcançar, por isso, em recompensa, o martírio. — Como S. Isabel, repartia, sempre que podia, o seu pão com os filhinhos de Manuel Palhoça, agregado do pai.

Sua devoção predileta reservava a São Luís, Orago da capela de São Luís, e à grande Mártir Santa Inês, e muitas vezes se ajoelhava, na capela, diante dos altares de seus santos.

Chegou o dia 16 de Junho de 1931. Obediente ao pai, procurou no campo um animal desgarrado. Como não o encontrasse, e querendo dar satisfa-

ção ao pai, levando o animal, dirigiu-se a Manuel, justamente a trabalhar na fazenda perguntando sobre o paradeiro do mesmo. Informou-a este, maliciosamente, dum lugar, próprio para seu hediondo crime. Seguindo ela à grota, correu-lhe ao encalço o criminoso, e, encontrando-se com Albertina, tudo fez para seduzi-la. Não o conseguiu. Firme e decidida, invocando a São Luís e Santa Inês, resistiu. O filho de Caim investiu contra a heroína e numa luta corporal que durou algum tempo, a virtude dava ânimo à virgem, ela tombou. Não conseguindo, porém, o malvado saciar seus instintos bestiais, seccionou-lhe, a Albertina com o canivete a garganta. — Com 12 anos apenas, valorosa, heroína e virgem, sofreu morte tremenda, tombou em defesa de sua inocência e pureza, obtendo a graça do Martírio. — Ela Mártir e Espósa de Cristo, a heroína e Virgem, Albertina.

tro de três dias — ameaçou o

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Albertina, mártir catarinense. O Apóstolo. Florianópolis, 01 abr. 1952, n. 523, p. 03.

Para além do conteúdo nos textos, a disposição das matérias do jornal também sugere a produção de sentido que pretendia. Na figura acima, vemos a imagem do livro escrito por Pe. Braun sobre Maria Goretti, seguida por informações sobre o andamento do processo de beatificação de Albertina. Posteriormente, em letras maiores, o título “Albertina, mártir catarinense”, em que o jornal apresenta breve resumo do martírio da menina. Essa edição data

do dia 15 de abril de 1952, uma edição após a divulgação da abertura do processo de beatificação que ocorreu em 01 de abril do mesmo ano. Sem autoria, a matéria timidamente arranjada na terceira página da edição, destacava-se devido à imagem de Maria Goretti, estrategicamente posicionada. Infere-se que o leitor ou leitora era condicionado a associar a imagem da santa com a matéria sobre Albertina, de maneira a identificar a candidata a mártir na história da já conhecida Santa Maria Goretti. Em outra medida, situar Albertina enquanto catarinense proporcionava a identificação da região que *O Apóstolo* contava com um número maior de assinantes. Partindo da premissa de que “o santo é santo graças ao olhar dos outros, daqueles que fabricam sua lenda dourada, e em seguida dos leitores que ali vão buscar uma possível identificação” (DOSSE, 2009, p. 139), as matérias do periódico possuíram grande importância para a produção de sentido dos fiéis a partir da história de Albertina. No ano seguinte, como vimos, a história de Albertina ganhou destaque próprio, em uma importante e antiga coluna do jornal, matérias extensas de primeira página com ilustrações levavam, edição após edição, mais detalhes sobre a história de vida, morte e martírio da menina.

3.1.3 GRAÇAS RECEBIDAS

Morro Azul - Uma de minhas filhinhas pusera no ouvido uma semente. Nenhum resultado obtive para livrar a menina de tão temida semente. Já estava resolvido mandá-la para Tubarão quando no meio do meu desespero lembrei-me de Albertina Berkenbrock e implorei sua intercessão. Sem esperar um minuto sequer, a semente foi expelida. Causou verdadeira admiração em todos os presentes, unida a uma profunda devoção a tão conhecida mártir. Satisfeitíssima mando publicar esta graça para que os leitores dela tenham ciência (Graças. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 mar. 1952, n. 521, p. 03)

Como vimos, a existência de fiéis que acreditem no caráter santo na vida de um personagem é de extrema importância para que a instituição oficialize a santidade de alguém. Nesse sentido, a coluna *Graças* ou *Graças Recebidas* – como passou a ser chamada em algumas edições de 1959 – nos permite observar, em suas devidas proporções, a importância d’*O Apóstolo* para a construção e manutenção da santidade de Albertina, ao passo que os fiéis de diferentes localidades encaminhavam as graças alcançadas por intermédio da mártir a fim de serem publicadas no periódico.

Milagres, bençãos e proteções “correm de boca em boca, alongando a fila de novos adeptos. Contar a proteção recebida em tal circunstância fica sendo a maneira de pregar e de propagar a vida dos santos” (ANDRADE, 2010, p. 135). Na publicação que abre este subcapítulo, é possível observar essa importância colocada na divulgação das graças

alcançadas. A mãe que enviou sua graça para o jornal possivelmente lembrou de Albertina por conta da identificação com a imagem da mártir, afinal, era sua filha (criança e do sexo feminino) que necessitava da intervenção divina. Eram recorrentes a menção de Albertina quando os pedidos envolviam crianças e/ou sofrimentos intensos:

Baixo Capivari - Agradeço grande graça obtida por Albertina em favor de minha filhinha. Of. 10,00 (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 15 mai. 1952, n. 526, p. 02).

Jaraguaruna - Minha filha estava com febre e vômitos. Prometi a Albertina rezar para sua beatificação e publicar, caso minha filha melhorasse. Fui atendida. Of. 20,00. Janice Souza (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 15 jul. 1952, n. 528, p. 03).

Lageado (Paraná) - Estando minha filha Luiza trabalhando, espetou um estrepe na perna e furou uma veia dilatada e ficou quase esgotada em sangue. Pedi a Albertina que o sangue parasse e na mesma hora fui atendida. Nativividade Domingos Luiz OF 50 (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 01 dez. 1953, n. 559, p. 03).

Estação do Sangão. Agradeço uma graça alcançada por intercessão de Albertina em favor de minha filha Zulma. Recorrendo novamente a Albertina alcancei outra graça em favor de um filho. Estando um neto e um filho a brincarem derramaram-se soda sendo queimados pela mesma. Pedi a Albertina em favor deles e fui atendida. E também pelo feliz exito dos filhos nos estudos. Envio Cr\$ 200,00 pela beatificação e 50 para a publicação. Irene de Lucca (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 01 jul. 1954, n. 575, p. 03).

Achando-me completamente cego da vista esquerda e desenganado pelos médicos de Florianópolis e Porto Alegre, agradeço à intercessão de Albertina B. a quem recorri, a cura total da dita vista (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 01 dez. 1951, n. 515, p. 03).

A publicação das graças estava condicionada a uma contribuição financeira para o periódico, que na maioria das vezes estava especificada ao final do texto. Quando o agradecimento se dirigia a Albertina, era comum que o pagamento para a publicação fosse acompanhado de uma doação para o andamento do processo de beatificação. Na edição de 01 de fevereiro de 1959 o jornal publicou tabela com os valores atualizados a serem pagos para publicações, que além das graças, incluía um valor específico para a divulgação de fotografias, textos com fotografias, festas, mortes ou noivados. Destaca-se nessa tabela a consideração feita pelo jornal de que este tinha o direito de censurar ou arrumar as graças recebidas conforme entendesse a necessidade:

Figura 5 – Tabela com valores para publicação n' *O Apóstolo*, fevereiro de 1959.

Aviso aos Agentes e Leitores

Tabela de Publicações

1. — **Fotografia** — preço mínimo Cr\$ 100,00. E preço do mínimo, que se deve fazer, para imprimir uma fotografia.
2. — **Publicação com fotografia** — mínimo Cr\$ 150,00.
3. — **Publicação** — preço mínimo Cr\$ 50,00 (morte — festa, noivado).
4. — **Graça** — preço mínimo pela publicação Cr\$ 30,00. Reserva-se a direção do Jornal o direito de censurar as publicações e ajeitá-las, quando necessário, para a publicação.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Tabela de Publicações. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 fev. 1959, n. 705, p. 03.

A maioria das graças eram procedentes de cidades de Santa Catarina, o que demonstra “não apenas o crescimento de devotos de Albertina, mas também a amplitude do espaço geográfico que sua fama de santidade passou a alcançar. Esse mérito também se deve ao jornal católico e sua ampla circulação por terras catarinenses” (RIBAS, 2009, p. 185). Ainda que em menor quantidade, algumas graças eram enviadas de outros estados, especialmente daqueles que fazem divisa com Santa Catarina. Raras eram as vezes em que se tinha publicações de graças de estados mais distantes e, quando isso ocorria, o jornal concedia certo destaque, a exemplo, a graça enviada de Belo Horizonte/MG:

Belo Horizonte - Daquela linda cidade montanha, Capital de Minas Gerais, recebemos comunicação de José Quintão e Célia Cesarina Ferreira, de graças recebidas por meio de Albertina, com a recitação da 'Oração para pedir a Beatificação de Albertina'. Vê-se assim que a nossa santinha vai aos poucos favorecendo todo o território nacional (Graças. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 out. 1952, n. 534, p. 03).

Entende-se que a publicação das graças recebidas no jornal pode ser concebida a partir da categoria de “ex-votos”. “Objeto oferecido ao santo como resultado de uma promessa e de um favor recebido, cuja doação havia sido prometida anteriormente”, os ex-votos possuem como função “dar a conhecer o favor recebido, realizando a divulgação dos poderes do santo” (ANDRADE, 2014, p. 173) e demonstram a relação de gratidão dos fiéis com o santo para o qual o pedido foi feito. Percebe-se que nessa relação pouco importa para o fiel se a santidade foi oficializada ou não pela Igreja. Conforme sinalizou Andrade e Boechat,

Na religiosidade católica, cada devoto manifesta, com maior autonomia e espontaneidade, seus sentimentos, sua fala, seus medos, suas necessidades, assim como o pagamento de suas promessas ou simples agradecimentos. Por meio de promessas, que se configura um sistema de troca com a santidade, o fiel sente que a salvação é possível e, sobretudo, é capaz de trazer os benefícios necessários para a sua vida, numa relação funcional com a santidade, nos momentos de maiores dificuldades materiais ou emocionais. Neles, a comunicação com o sagrado se intensifica na busca de graças e milagres que caracterizam em grande parte o caráter utilitário da religiosidade católica e a relevante importância ocupada pelas constelações devocionais, nas quais as santidades transcendem o abstrato para encarnar-se na imagem daquele que representa (ANDRADE; BOECHAT, 2010, p. 141).

Segundo o pesquisador Marcelo Oliveira (2003), problemas de saúde, falta de emprego, de moradia e tantas outras razões levam os devotos a recorrerem à intervenção divina, o que permite que os ex-votos simbolizem as graças concedidas e os desafios enfrentados. “O aspecto amontoado dos ex-votos e a leitura das cartas afetuosas de agradecimento destinadas ao Santo vivo deixam perceber uma parcela de sentimentos que envolvem a intimidade de milhares de devotos que comunicam, nestes sinais visíveis, o retrato do Sagrado (OLIVEIRA, 2003, p. 105). Muitos fiéis se dirigiam ao local do martírio de Albertina em busca de milagres e publicavam suas graças no periódico:

Parobé - Minha filha Darcy Terezinha, com 8 anos, tinha muita febre e com pontada, e durante 6 [dias] esteve entre a vida e a morte. Desesperada recorri a Albertina, prometendo publicar. Ao mesmo tempo dei-lhe água trazida do local do martírio da Serva de Deus. A menina que mal podia engolir, tomou aquela água, pediu mais e já não sente mais nada. Jovina Nunes Cândido. Of. 20,00 (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 01 nov. 1952, n. 535, p. 03).

Santo Amaro - Sombrio - Laurindo Juvêncio Laurindo e Nilza Sumar Larindo vendo sua filhinha Lúcia Maria às portas da morte, recorreram à Albertina. Prometeram-lhe uma terceira romaria, com oferta de (10,00). Colocaram uma casca da árvore do túmulo da Mártir na água para a menina tomar. Já está melhor. - (15,00) (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 15 fev. 1952, n. 520, p. 03).

Izilete Fernandes - Residente em Guatá, Município de Orleans, estava parálitica da perna esquerda e fazendo juntamente com sua mãe e diversas pessoas amigas uma visita ao local onde foi martirizada ALBERTINA BERKENBROCK e ao túmulo da menina todos juntos implorando a proteção de Albertina, para a cura da mesma e ela juntamente com sua mãe chorando durante todo o tempo em que rezavam o terço e faziam preces pedindo a proteção, após 3 dias da visita, recebeu a graça, ficando de um momento para o outro completamente curada, cumprindo sua promessa pública a graça recebida e pede a todos rezarem pela Beatificação de Albertina, of. 50,00 (Graças. O Apóstolo. Florianópolis, 15 abr. 1953, n. 546, p. 03).

Poucas eram as vezes que as graças eram acompanhadas de fotografias, possivelmente devido aos altos custos para sua publicação. Dessa forma, a coluna que normalmente era fixada

na segunda ou terceira página do periódico, em sua maioria, não possuía nenhuma imagem e apenas dispunha das graças recebidas por intermédio de diferentes santos e santas. Diversos outros personagens para além de Albertina apareciam na coluna, mesmo assim, o nome da mártir aparecia de forma bastante recorrente. Em algumas edições as graças de Albertina apareciam tantas vezes que dentro da coluna havia uma subdivisão apenas para a mártir. A edição de 15 de março de 1956 foi uma das que seu nome mais apareceu, sendo que 14 das 21 graças publicadas naquela edição foram dedicadas à Albertina.

Figura 6 – Coluna “Graças” com imagem do túmulo de Albertina. *O Apóstolo*, março de 1956.

G R A Ç A S

PARANAVAL: ILGA NIEHUES agradece graça alcançada em favor de sua filha Vilma Maria Fernandes da Serva de Deus ALBERTINA. Of. Cr. 10,00, pela publicação e 130 pela beatificação, sendo Cr\$ 50,00 de Valmor Niehues.

RIO MORTO: ZEMIRA LAVESO agradece grande graça a serva de Deus ALBERTINA e S. Antônio. Oferta Cr\$ 20,00.

MELEIRO: ANA BRINA tendo alcançado pela intercessão da serva de Deus ALBERTINA, agradece a publicação no nosso querido APOSTOLO. Oferta Cr\$ 50,00.

BLUMENAU: DALILA BESSA MACHADO agradece ao Sagrado Coração de Jesus, a N. Sra. de Fátima, e a Santa Isabel e ao Pe. REUS. Oferta Cr\$ 35,00.

APIUNA: LUZIA CIPRIANI agradece graça a Sant'Ana e S. Maria Goretti. Oferta Cr. 20,00.

FORQUILHINHA: ANA MILELS agradece a N. Sra. e a Serva de DEUS ALBERTINA uma graça alcançada. Oferta Cr\$ 50,00.

MIRIM O menino SERGIO obteve de ALBERTINA a graça de seu curado de hêmia em dois dias. Marcelino Prates. Oferta Cr\$ 20,00.

SOMBRILO: ALMEDORINA POLICARPO BORGES agradece graça alcançada da Serva de Deus ALBERTINA. Oferta Cr\$ 50,00.

BARRA DO TROMBUDO: JOAQUINA DE SOUZA agradece em favor de sua filha ZELIA ao Pe. Reus, S. Teresinha, S. Aponóia, e N. Sra. de Fátima. Oferta Cr\$ 20,00.

URUPEMA: ELISARIO ALVES DE SOUZA e sua esposa ADILIA TEIXEIRA DE SOUZA agradecem a Serva de Deus ALBERTINA graça. Oferta Cr\$ 10,00.

IGARA, LINHA ANTA: REGINA WOJCIECOSKI agradece a Serva de Deus ALBERTINA grande graça em favor de seu pai. Oferta Cr\$ 20,00.

LUZERN: MONICA BERKENBROCK agradece graça a Serva de Deus ALBERTINA que curou sua filha Alberta que oito dias não podia engulir. Oferta Cr\$ 25,00.

BRAGA DO NORTE: UM DEVOTO agradece ao P. REUS e a Serva de Deus ALBERTINA graça. Oferta Cr\$ 50,00.

PEDRAS GRANDES: JUDIT ROSETTI BARDINI agradece a serva de Deus ALBERTINA graça. Oferta Cr\$ 20,00.

PORTO SANTANA, PARANA: DINÊ RAQUI agradece a N. Sra. e a Serva de Deus ALBERTINA graça. Oferta Cr\$ 20,00.

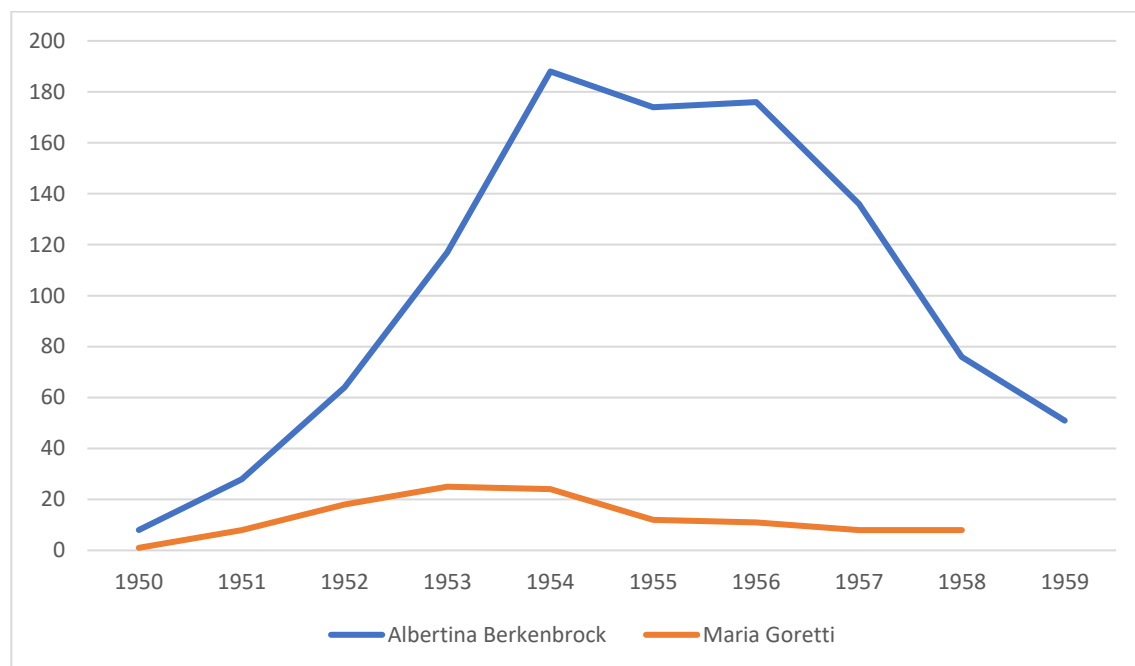


Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Graças. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 mar.1956, n. 605, p. 03.

Devido à diagramação da edição, não é possível observar todas as graças na figura 05, contudo, é interessante perceber o uso da imagem do túmulo de Albertina nessa edição, provavelmente devido ao fato de que dois terços das graças publicadas neste dia incluíam o

nome da menina. Em levantamento realizado entre os anos de 1950 a 1959, observou-se que o nome de Albertina apareceu na coluna 1.018 vezes.

Figura 7 – Gráfico Vezes em que o nome de Albertina Berkenbrock e Maria Goretti apareceram na coluna “Graças” do jornal *O Apóstolo* (1950-1959).



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Para a elaboração do gráfico considerou-se apenas às vezes em que o nome de Albertina Berkenbrock e Maria Goretti apareciam na coluna *Graças*. Não se levou em conta dados como quais os pedidos que eram feitos para as mártires, o valor da contribuição para o jornal ou a localidade onde o fiel residia, por entender que uma investigação mais complexa da coluna em si resultaria em uma série de novas análises e pesquisas. Todavia, o gráfico nos permite atestar o aumento significativo no número de graças destinadas à Albertina a partir de 1953, o que demonstra a importância das matérias publicadas sobre o seu martírio naquele ano. O nome de Maria Goretti, que, conforme vimos, possui uma narrativa de martírio semelhante com a de Albertina e que desde 1952 já havia sido consagrada santa pela Igreja Católica, aparece apenas 120 vezes em toda a década. Somado a isso, o fato do nome de Albertina aparecer entre as graças alcançadas – ainda que em menor escala – desde 1950, fomenta o debate de que para o fiel pouco importava o reconhecimento da instituição sobre o caráter santo na vida de uma personagem, mas sim a identificação que este proporcionava e o testemunho de que realizava milagres.

Não se intentou aqui questionar ou confirmar a veracidade dos atos milagrosos descritos pelos fiéis, uma vez que tal aptidão foge das competências do campo da História. O interessante é observar as diferentes formas de apropriação da imagem de Albertina ao longo do tempo e verificar a dimensão da importância do jornal *O Apóstolo* na construção da imagem de santidade da menina. Evidente que a análise das páginas de jornal nos proporciona observar apenas uma parcela da religiosidade católica que corroborava as narrativas sobre a mártir. O santuário, o túmulo, bem como outros impressos que não serão averiguados nessa pesquisa, possibilitariam acesso a outras camadas do modelo de santidade identificado na vida de Albertina, seja pelos fiéis ou pela instituição.

3.3 A “MÁ IMPRENSA”: OS PERIÓDICOS LAICOS

É provável que muito por conta do processo modernizador da imprensa a partir da década de 1950, caracterizada, conforme a historiadora Ana Paula Ribeiro (2003, p. 150), pela lógica “da rapidez, da velocidade, da falta de tempo da sociedade industrial” que não era comum encontrar reportagens tão extensas sobre um mesmo tema como as dedicadas ao caso de Albertina n’*O Apóstolo*, isso porque, ainda que o jornal católico seja do mesmo período, a modernização dos periódicos não se deu de forma homogênea em todo o país. Mesmo no estado do Rio de Janeiro, marco da modernização da imprensa nacional, a maioria das mudanças não foram introduzidas de maneira “gradual e espontânea. Apesar de já virem sendo gestadas há muito tempo, só conseguiram se impor através de um processo consciente de reformulação, levado a cabo de forma pioneira por algumas empresas jornalísticas e alguns profissionais” (RIBEIRO, 2003, p. 153). Somado a isso, ainda que a Igreja Católica tivesse sua agenda levada à imprensa laica, pode-se assumir que não era de primordial interesse dos jornais laicos divulgar constantemente detalhes sobre o martírio e o processo de beatificação de Albertina. Mesmo assim, uma vez que os jornais passavam a ser “‘o espelho’ da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real” (RIBEIRO, 2003, p. 149)”, era natural que eventualmente informações sobre o processo de beatificação de Albertina aparecessem nas páginas desses periódicos.

Em pesquisa realizada no site da Hemeroteca Nacional pela palavra-chave “Albertina Berkenbrock”, observou-se a seguinte frequência do nome da menina durante a década de 1950:

Tabela 01 – Publicações sobre Albertina Berkenbrock em jornais laicos na década de 1950.

Periódico	Edição, data, página	Título da matéria
A noite (RJ)	144115 / 09 jun. 52 / p. 12	Beatificação da mártir Albertina
Alterosa (MG)	289 / 01 set. 58 / p. 68-69	Albertina, a serva de Deus
Correio da Manhã (RJ)	18118 / 16 abr. 52 / p. 06	Beatificação de uma menina brasileira
Correio da Manhã (RJ)	18156 / 01 jun. 52 / p. 10	Continua o processo de beatificação da menina mártir
Correio da Manhã (RJ)	18192 / 13 jul. 52 / p. 51	Terá o Brasil sua primeira santa?
Diário Carioca (RJ)	7334 / 31 mai. 52 / p. 01	A santinha brasileira
Diário Carioca (RJ)	7342 / 11 jun. 52 / p. 03	Romaria ao túmulo da Mártir
Diário Carioca (RJ)	9111 / 13 jul. 52 / p. 29	Terá o Brasil sua primeira santa?
Jornal do dia (RS)	3303 / 16 fev. 58 / p. 04	O século das pequenas mártires
O Cruzeiro (RJ)	0040 / 15 jul. 52 / p. 69-75	O Anjo e o Monstro

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Entende-se, pois, que a busca por palavras-chave, ao mesmo tempo em que nos permite encontrar aquilo que não estamos procurando (GUINZBURG, 2008), pode ocultar uma série de outras publicações omitidas pela ferramenta, seja porque não reconheceu a palavra-chave, ou porque o tema foi noticiado de outra forma pelo periódico. Mesmo assim, a ferramenta nos possibilita ter certa dimensão sobre a frequência de matérias sobre Albertina na década de 1950. Observa-se que no período pesquisado as (poucas) publicações sobre a mártir ocorreram em sua maioria no ano em que o processo de beatificação foi instaurado (1952) e no estado do Rio de Janeiro. A ausência de periódicos catarinenses na busca realizada gerou estranhamento, uma vez que toda a história de vida e martírio da menina se deu neste território. Com a intenção de encontrar publicações possivelmente omitidas pela escolha da palavra-chave, acrescentou-se outras três: “mártir catarinense”; “beata” e “beatificação”. Com exceção da primeira, as novas palavras-chave sucederam em centenas de novas publicações. Considerando isso, dessa vez

direcionou-se o olhar apenas para as publicações provenientes do estado de Santa Catarina. Mesmo assim, apenas duas matérias foram localizadas:

Figura 8 – Matéria do jornal *O Estado* (SC) sobre o processo de beatificação de Albertina, abril 1952.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Beatificação de uma Mártir Catarinense. *O Estado*. Florianópolis, 13 abr. 1952, n. 11373, p. 12.

Figura 9 – Matéria do jornal *O Estado* (SC) divulgando biografia escrita sobre Albertina, novembro de 1954.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. "A vida da Serva de Deus Albertina". *O Estado*. Florianópolis, 09 nov. 1954, n. 12032, p. 05.

Considerando que, à época, *O Estado de Santa Catarina* já era um dos mais importantes periódicos da região,³⁰ realizou-se ainda consulta a cada uma das edições presentes na Hemeroteca Digital Catarinense do ano de 1952.³¹ Ainda assim, não se encontrou outras publicações sobre Albertina. Não se sabe os motivos para tal ausência da história da menina, ainda mais considerando que Santa Catarina, o estado de Albertina Berkenbrock, nas palavras do próprio periódico, era um “estado de grandes venerações católicas e de povo extremamente fidelíssimo aos preceitos da Santa Igreja Católica Apostólica Romana”³². Nas duas publicações apresentadas acima, verificou-se que o teor das reportagens era bastante informativo. Na primeira, há apenas a divulgação da abertura do processo de beatificação e na segunda, a divulgação do livro *Vida da Serva de Deus Albertina Berkenbrock* escrito pelo padre Braun e a recomendação de não-culto à imagem de Albertina. Semelhante ao que aconteceu na publicação da revista *Alterosa*, que em uma publicação um pouco mais extensa também divulgou o livro de Pe. Braun e apresentou brevemente o martírio de Albertina.

Figura 10 – Matéria d’*O Diário Carioca* sobre o processo de beatificação e as visitas ao túmulo da mártir, junho de 1952.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Romaria ao Túmulo da Mártir *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 11 jun. 1952, n. 7342, p. 03.

³⁰ De acordo com Lohn, na década seguinte, com o golpe civil-militar, os concorrentes d’*O Estado* tenderam a desaparecer e jornal se firmou “definitivamente como o mais importante jornal da cidade e uma das peças de um jogo de interesses político-empresariais em Santa Catarina” (LOHN, 2012, p. 123).

³¹ O ano de 1952 foi escolhido em decorrência dos dados observados na presença de publicações em outros periódicos durante o mesmo ano (Tabela 01).

³² “A vida da Serva de Deus Albertina”. *O Estado*. Florianópolis, 09 nov. 1954, n. 12032, p. 05.

Figura 11 – Matéria d'O Diário Carioca sobre possível milagre de Albertina e andamento do processo de beatificação, maio de 1952.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A santinha brasileira. Diário Carioca. Rio de Janeiro, 31 mai. 1952, n. 7334, p. 01.

“O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os jornais veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda” (RIBEIRO, 2003 p. 150). Nesse sentido, o *Diário Carioca* possuía posição de destaque, sendo o primeiro jornal brasileiro a afinar suas técnicas aos padrões norte-americanos a fim de inseri-lo “formalmente na ‘modernidade’”. No contexto dos anos 1950-1960, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido” (RIBEIRO, 2003, p. 158). Nas publicações sobre Albertina (figura 08 e 09) é possível observar o padrão da nova estrutura do jornal, que conduzia o leitor da seguinte maneira: “o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê?”, em substituição a antiga técnica que “geralmente usava uma linguagem prolixa, pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam” (RIBEIRO, 2003, p. 149). Percebe-se que, em contrapartida às publicações do *Diário Carioca* e de outros jornais laicos do período, as técnicas operacionalizadas pelo *O Apóstolo* condiziam muito mais com o modelo

antigo. Essa oposição, como vimos, era percebida pelo jornal católico que mantinha aversão e recusa ao que soasse moderno.

Figura 12 – Jornal Correio da Manhã (RJ) divulga matéria a ser publicada sobre Albertina na revista O Cruzeiro (RJ), julho de 1952.

TERÁ O BRASIL SUA PRIMEIRA SANTA?

O ANJO E O MONSTRO

Um dos mais brutais crimes ocorridos no Brasil ressurge com a crença de milhares de fiéis atraídos pelos milagres alcançados por intercessão da pequena mártir Albertina Berkenbrock — Instaurado o processo de beatificação da menina martirizada de Santa Catarina, 21 anos após sua morte trágica.

15 REPORTAGENS — 6 CRÔNICAS — 15 SEÇÕES ESPECIALIZADAS — 4 SEÇÕES HUMORÍSTICAS — CONTO E ROMANCES — CINEMA — FIGURINOS E ASSUNTOS FEMININOS.

OS DISCOS VOADORES EXISTEM — Donald Keyhoe e seus fascinantes artigos sobre o maior mistério do século XX

O CRUZEIRO

132 PÁGINAS — 410.000 EXEMPLARES
Em todo o Brasil - Cr\$ 5,00

DEPOIS DE AMANHÃ, EM TÔDAS AS BANCAS

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Terá o Brasil sua primeira santa? Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 13 jul. 1952, n. 18192, p. 51.

A matéria do *Correio da Manhã* exposta acima na verdade tratava da propaganda da próxima edição da revista *O Cruzeiro* que levaria aos leitores e leitoras uma matéria exclusiva sobre Albertina Berkenbrock. Sob o título “O Anjo e o Monstro”, com reportagem de Leopoldo Oberst e fotografia de Antônio Ronek, sete páginas daquela edição foram destinadas a narrar detalhes sobre o assassinato de Albertina. A revista fez a reconstituição do crime no local onde Albertina havia sido assassinada e, a partir das fotografias registradas, narrou aos leitores como se sucedeu o evento. Além dessas imagens, há também fotografias do quarto, da família, de brinquedos e do túmulo de Albertina. Em contraste à imagem de “anjo” apresentada na matéria, as fotografias do assassino, da arma utilizada no crime, da cela em que ficou confinado e da sua ossada na vala comum do cemitério de Florianópolis foram utilizadas para identificá-lo como “monstro”.

Conforme a historiadora Ana Maria Mauad (2006, p. 371-372), revistas como *O Cruzeiro* “compuseram o perfil de uma época em que as imagens fotográficas tinham nas revistas ilustradas seu principal veículo de divulgação”, veículo esse que “mediante uma composição editorial adaptada a seu próprio tempo e às tendências internacionais, criava modas e impunha comportamentos, assumindo a estética burguesa como a forma fiel do mundo apresentado”. Em sentido a substituição de um primeiro momento iniciado na década de 1930

em que as fotografias eram utilizadas de maneira independente ao texto escrito (muito parecido com a forma apresentada pelo *O Apóstolo*), a partir da década de 1950 o fotojornalismo criava a notícia (SOUZA, 2000 *apud*. MAUAD, 2006), ao passo que a utilização maciça de imagens “diferentemente do texto escrito, chega de forma mais direta e objetiva à compreensão, com menos espaço para dúvidas, pois o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia nos próprios olhos” (MAUAD, 2006, p. 377).

Apesar das dissemelhanças apresentadas na divulgação do caso de Albertina entre a imprensa leiga e confessional, o cunho religioso que dá sentido à vida e à morte de Albertina aparece em ambos os casos, seja porque divulga o processo de beatificação, seja porque narra o ocorrido à Albertina de forma mística. Entre os impressos laicos, destacou-se os periódicos do Rio de Janeiro, em especial a revista *O Cruzeiro*, que na década de 1940 já contava com tiragem de 120 mil exemplares e foi “marco na história do jornalismo brasileiro tanto por introduzir uma linha editorial de influência marcadamente norte-americana como pelo aumento significativo no uso de fotos” (MAUAD, 2006, p. 375). Seja através das matérias d’*O Apóstolo*, do acentuado número de ex-votos publicados com o nome de Albertina ou da fotonovela produzida pela revista *O Cruzeiro*, observou-se ao longo do capítulo à proporção que a história de Albertina tomou no decorrer da década de 1950. Entendendo que os periódicos eram responsáveis por estabelecer verdades e produzir acontecimentos, infere-se que as publicações contribuíram na manutenção da imagem santa de Albertina no período.

No próximo capítulo veremos as permanências referentes à figura de Albertina nos anos 2000. Através das biografias publicadas na primeira década do século XXI, atentaremos para a forma como os discursos foram apresentados aos fiéis de maneira a manter certa conformidade com o discurso religioso que já havia sido iniciado na década de 1950.

4 CAPÍTULO III – ALBERTINA NAS BIOGRAFIAS DOS ANOS 2000

O desarquivamento do processo de beatificação de Albertina no ano de 2001 fez com que o caso voltasse a ganhar destaque na primeira década do século XXI. A divulgação que na década de 1950 se dava, sobretudo, a partir da imprensa católica e do testemunho dos fiéis, passou a contar com o advento da *internet* e a divulgação dos mais diversos portais de notícia. Em levantamento realizado, observou-se que apesar das diversas manchetes envolvendo o nome da beata, poucas descreviam por mais de meia página detalhes sobre sua história, semelhante ao que já ocorria na imprensa laica dos anos 1950. Somado a isso, devido também a dificuldade em mapear todas as reportagens sobre Albertina nos anos 2000, principalmente após a beatificação em 2007, optou-se por analisar o discurso da imprensa periódica apenas durante a década de 1950 e utilizar as biografias enquanto fonte do discurso católico no século XXI. Mesmo que narrativas da vida de Albertina possam hoje ser encontradas nos mais diferentes e importantes portais de notícias como *G1*, *Diário Catarinense*, *Folha de São Paulo* etc., foi na imprensa católica da década de 1950, representada pelo *O Apóstolo*, que uma certa narrativa acerca dela se consolidou e que, de certa forma, essa mesma narrativa foi revisitada e reatualizada quando da sua beatificação em 2007.

Sendo assim, buscou-se neste capítulo observar a construção da santidade de Albertina na primeira década do século XXI a partir das biografias, estas que estavam afinadas com os discursos da instituição católica. Mesmo que as três narrativas tenham sido escritas por autores diferentes, observou-se que elas corroboraram com um mesmo sentido para a vida de Albertina, ao passo que a construção de sua santidade foi pautada não apenas no dia do seu assassinato, mas em uma adesão a fé católica presente em toda sua formação e estrutura familiar.

4.1. AS BIOGRAFIAS ENQUANTO FONTE DE PESQUISA

Ainda que as diversas biografias baseadas na história de martírio de Albertina produzidas no século XXI tenham adensado a divulgação do caso de Albertina entre a comunidade católica, há de se considerar que essas biografias não possuíram o mesmo poder de veiculação que a imprensa, uma vez que se compreende que as mídias não apenas narram sobre o acontecimento, mas o constroem: “um acontecimento não é um já-lá, simplesmente para ser adotado pela mídia. Ele é plenamente a construção dessa última e depende da hierarquização de importância que decidirá levá-lo ou não a praça-pública” (DOSSE, 2013, p. 338). Assim, entende-se que as biografias estariam localizadas em outro lugar: não são

propriamente o fato, pois este ocorreu em 1931, quando Albertina ainda não era uma figura pública; tampouco são o acontecimento, uma vez que se dialogue com as discussões de Nora (1995) e Dosse (2013), compreendendo que são as mídias que atribuem relevância e distinção, não apenas como meio de divulgação de um acontecimento, mas como uma pré-condição para a sua existência.

Mesmo assim, as biografias escritas por Hilário Moser, Aury Azélio Brunetti e Albi Israel da Silveira nos permitem observar a construção do discurso católico em torno dos aspectos de vida, morte e martírio de Albertina na primeira década dos anos 2000, entendendo que o “o santo é santo graças ao olhar dos outros, daqueles que fabricam sua lenda dourada, e em seguida dos leitores que ali vão buscar uma possível identificação” (DOSSE, 2009, p. 139). Sob os títulos: *A serva de Deus Albertina Berkenbrock: Quem foi? Como viveu? Por que morreu?* (MOSER, 2001); *Castidade heroica: A Serva de Deus, Albertina Berkenbrock* (BRUNETTI, 2002) e *Albertina Berkenbrock: do Nascimento à Beatificação* (SILVEIRA, 2008), as três biografias analisadas remetem a uma intenção de verdade por parte dos biógrafos que estaria em conformidade com o discurso oficial posto sobre o caráter santo presente na história de Albertina.

Dom Hilário Moser, autor da primeira biografia citada, é Bispo Emérito de Tubarão e desempenhou seu cargo na Arquidiocese durante os anos entre 1992 e 2004. Com formação em teologia dogmática, Moser é membro da Congregação dos Salesianos de Dom Bosco, foi professor e reitor no Instituto Teológico Pio XI em São Paulo e reitor do Instituto Teológico Salesiano Internacional em Roma.³³ Autor de diversos livros religiosos com predomínio de temáticas relacionados à catequese, em entrevista concedida ao site da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil,³⁴ afirmou que a prioridade das pastorais deveria se dar em função das crianças, dos jovens, da família, da catequese e da formação de líderes leigos. Em Santa Catarina, foi um dos responsáveis pela reabertura do processo de beatificação de Albertina, ao passo que ainda era bispo da Arquidiocese de Tubarão quando o processo foi desarquivado. A biografia sobre Albertina foi escrita em ocasião do 82º aniversário de nascimento da menina e é a menor das três biografias analisadas, contendo apenas 32 páginas.

O biógrafo Aury Azélio Brunetti também é membro do clero e foi o primeiro diácono permanente do Brasil, ordenado em 1972. Ao contrário do que ocorre no caso dos padres, ao

³³ Informações retiradas de reportagem do jornal *Diário do Sul*. Disponível em:

<http://diariodosul.com.br/SITE2015/imprimir_conteudo.php?codn=36392>. Acesso em: 11 mai. 2020.

³⁴ Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/noticias/entrevista-dom-hilario-moser.html>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

diácono permanente é permitido seguir uma vida dedicada à Igreja sem abrir mão do casamento ou de uma carreira. Com formação em jornalismo e relações públicas, sua trajetória dentro da Igreja é singular também por sua tardia ordenação ao presbitério: foi apenas aos 80 anos que se tornou padre da Arquidiocese de São Paulo. De acordo com as informações presentes na biografia analisada, Brunetti traduziu 11 obras de caráter pedagógico e religioso e é autor de outros 12 livros. A biografia escrita sobre Albertina possui 79 páginas e a apresentação do livro foi escrito por Dom Hilário Moser, à época bispo de Tubarão. A versão que se teve acesso trata-se da 4ª edição do livro, o que expressa a divulgação da história da menina.

Por fim, Albi Israel da Silveira, único dos três biógrafos que não faz parte do clero da Igreja Católica. Formado em ciências sociais, colaborou como jornalista em rádios e jornais do sul de Santa Catarina, atuou como supervisor de Educação nos Municípios de São Martinho e Imaruí, onde reside até hoje.³⁵ Além da biografia escrita sobre Albertina, Albi Israel da Silveira também é autor de livro didático sobre a história do município de Imaruí. Única das três obras a ser publicada depois da beatificação de Albertina em 2007, a biografia contém 120 páginas e destaca-se pela utilização de inúmeras fotografias coloridas e pela participação no projeto de editoração de jornalistas da FAEPESUL³⁶. Conforme consta no verso da folha de rosto da obra, o livro “possui caráter cultural, histórico e evangelizador, voltado exclusivamente a questões religiosas e por consequência à causa da Bem-Aventurada Albertina Berkenbrock”. Logo nas primeiras páginas verifica-se que o fato de Silveira ser leigo não significa que a sua narrativa não corrobore com o discurso oficial católico difundido sobre Albertina. Prova disso é que a apresentação do livro fora escrita pelo padre Sérgio Jeremias de Souza, denominado vice postulador da causa de Albertina, e diz:

Tenho a máxima alegria em apresentar o livro do senhor “Albi”, intitulado: “Albertina, do nascimento à beatificação”. Realizando uma pesquisa como verdadeiro apaixonado pela causa de Albertina, o senhor Albi foi colecionando, ao longo do tempo, amplo material que pode ser útil em nível histórico ou, mesmo, a título de curiosidade. [...] Folheá-lo é, ao mesmo tempo, fazer um passeio pela história de Albertina na visão do nosso povo. “Seu Albi”, devoto, apaixonado por Albertina, historiador informal, romancista por inspiração, presenteia-nos com a presente obra que, acredito, muito nos falará da Bem-Aventurada Albertina Berkenbrock (SILVEIRA, 2008, p. 07).

³⁵ As informações sobre Albi Israel da Silveira foram todas retiradas da primeira e segunda edição da biografia escrita sobre Albertina Berkenbrock.

³⁶ A fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e extensão da Unisul (FAEPESUL) se propõe a desenvolver múltiplas possibilidades de projetos voltados a promoção de desenvolvimento institucional, social, econômico, cultural, científico e tecnológico. Mais informações disponíveis em: <<http://www.faepesul.org.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

Alguns pontos podem ser observados a partir do trecho apresentado acima. O primeiro deles é o fato de o autor ser membro da comunidade que venera Albertina e partilhar da memória que fora construída da menina, o que já dá indícios das subjetividades e intencionalidades presentes na biografia, bem como justifica o fato dela ser aceita pelo clérigo da Igreja. O segundo ponto é o caráter de veracidade concedido pelo padre ao afirmar que o livro contém material de “nível histórico”. A história, neste caso, fora utilizada para legitimar o discurso apresentado, isso porque, ao passo que as biografias remetem a uma intenção de verdade por parte dos biógrafos, “o leitor de uma biografia espera encontrar nela fatos autênticos” (DOSSE, 2009, p. 59).

A terceira questão vai ao encontro da anterior e pode ser observada não apenas na biografia escrita por Albi da Silveira, como também naquelas escritas por membros do clero. Schmidt (1997, p. 08), ao escrever sobre as distinções entre biografias escritas por jornalistas e historiadores, explica que a intenção de verdade na narrativa biográfica faz com que os autores utilizem de informações retiradas de fontes sem problematizar a forma como foram produzidas. Ao contrário da historiografia que “manteve-se fiel à tradição da crítica (interna e externa) aos documentos: quem produziu determinado vestígio? em que situação? com quais interesses?” os trabalhos jornalísticos nem sempre carregam estes questionamentos. Assim, as fontes acabam sendo utilizadas como retrato fiel da realidade, como dados que fomentam a narrativa sem serem investigados. O que fica evidente nas biografias, por exemplo, quando Silveira (2008, p. 16) afirma que “muitas eram as pessoas que a viam transitar pelas estradas com uma cruz na mão, confeccionada com ramos de gravetos secos”. Ou quando Brunetti (2008, p. 23) diz que seguirá “fielmente os depoimentos prestados pelo próprio assassino, segundo as informações de não poucas pessoas que o interrogaram sobre o crime por ele cometido”, e também na afirmação de Moser (2001, p. 21) de que “já no dia da morte de Albertina começou a formar-se entre o povo a convicção de que Albertina morreu mártir e, por isso, é santa”.

Muitas são as semelhanças entre as três biografias, mesmo porque as três possuem um objetivo comum: levar aos leitores e leitoras informações sobre a história de vida, morte e martírio de Albertina com base nos princípios e valores colocados pela oficialidade da Igreja Católica. Exemplo dessa semelhança é a perspectiva linear apresentada, que estabelece relação entre o passado – representado a partir do nascimento de Albertina – e o presente – representado a partir do processo de beatificação que estava em andamento –, e evidencia que as biografias foram escritas a fim de estabelecer um ideal para a vida de Albertina pautado na adesão a fé católica desde o nascimento.

Como Bispo Diocesano de Tubarão, Diocese-sede de nossa Bem-Aventurada Albertina, ela, que agora, com a Beatificação, oficialmente foi apresentada pela Igreja como mártir e modelo de vida santa, especialmente para os jovens, só posso louvar a iniciativa do autor desse livro, Albi Israel da Silveira.

Importa conhecer, admirar e imitar sempre mais a menina de São Luís, a Bem-Aventurada Albertina, que ousou fazer a maior aventura possível em sua vida: **ser e morrer santa**.

Olhando para ela, sejamos impelidos a tomar a mesma decisão: sem medo de ser santo/santa! Isso nos faz feliz!

*Dom Jacinto Bergmann,
Bispo de Tubarão (SILVEIRA, 2008, p. 06, grifos do original).*

A apresentação de um percurso coeso para a vida de Albertina pode ser observada em toda a construção das três narrativas, desde a escolha dos títulos e a ordenação dos sumários. Ainda que haja alguma particularidade na atenção dada por cada um dos biógrafos a determinados temas, de forma geral, as três obras constituem a mesma estrutura: apresentação da cidade em que Albertina nasceu e foi criada; particularidades sobre o curto período de vida da menina, desde o seu batismo, passando pela primeira comunhão e o ingresso na vida escolar; detalhes sobre a genealogia da sua família (católica, trabalhadora e descendente de alemães); informações sobre o dia do crime, o assassinato e o velório; e, por fim, detalhes sobre o andamento do processo de beatificação. Percebe-se que há a construção de uma narrativa sobre Albertina que constitui a vida em um todo, “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva” (BOURDIEU, 1996, p.184).

Há de se ressaltar também a aproximação com o gênero hagiográfico nas três biografias. Considerando que as hagiografias possuem como estrutura não necessariamente o que realmente ocorreu na vida de um personagem, mas o que é considerado exemplar no período em que foi redigida, diferente da biografia “que acompanha uma evolução no tempo das potencialidades do indivíduo, a hagiografia postula que tudo está dado na origem” (DOSSE 2009). Certeau (1982, p. 267) vai ressaltar que as hagiografias não se referem “essencialmente ‘àquilo que se passou’, como faz a história, mas àquilo que é exemplar” no presente em que foram redigidas. Para o historiador, as hagiografias mostram

como através de um santo (uma exceção), a história está aberta ao “poder de Deus”, cria um lugar onde o *mesmo* e o *lazer* se encontram. Este lugar excepcional abre, para cada leitor, a possibilidade de um sentido que é ao mesmo tempo o alhures e o imutável. O *extraordinário* e o *possível* se apoiam um no outro para construir uma ficção posta aqui a serviço do exemplar (CERTEAU, 1982, p. 270-271).

Além disso, hagiografias “procuram muito mais investigar a concepção de mundo veiculada pelo hagiógrafo do que reproduzir a vida real do santo biografado” (DOSSE, 2009,

p. 138). Entende-se, pois, que as biografias analisadas conciliam a busca pela apresentação de uma verdade sobre o passado de Albertina com a ambição de torná-la exemplo para toda a comunidade católica. Além disso, é provável que os três autores tenham disposto das mesmas documentações para a elaboração das biografias. Isso porque, para além da estrutura da narrativa apresentada e dos objetivos almejados, outra semelhança observada nas três biografias foi que, em alguns momentos, trechos inteiros aparentam serem retirados da mesma documentação. Por exemplo, as informações fornecidas por Hugo Berndt sobre Albertina, à época seu professor e catequista:

Vale a pena ouvir alguns testemunhos do professor de Albertina, Hugo Berndt, no processo de beatificação.

Albertina, à primeira vista, parecia uma criança como as outras: nos brinquedos mostrava-se retraída, um pouco tímida. Por causa do temperamento sossegado, muitas vezes foi repreendida até mesmo pelos familiares. Entretanto, ela era uma criatura surpreendente (MOSER, 2001, p. 14).

Ao atingir a idade adequada, Albertina passou a frequentar a escola do povoado, dirigida pelo Professor Hugo Berndt, que entre outras observações a respeito da divina criatura, disse: “Albertina, parecia ser, ao observador superficial, uma criança igual às outras. Era alta, de tez clara, com cabelos loiros” (SILVEIRA, 2008, p. 15).

De acordo com os depoimentos do professor de Albertina, acima citado, Hugo Berndt, Albertina tinha a tez clara, olhos azuis e cabelos louros. Era também um pouco tímida e retraída, e dando a impressão de não ser muito inteligente. E as coleguinhas se divertiam por vezes as suas custas, chamando-a de bobinha (BRUNETTI, 2008, p. 17-18).

Ainda que se trate de autores com formações e percursos distintos, as três biografias descrevem detalhes sobre uma mesma trajetória e utilizam de artifícios em comum. O exemplo do professor de Albertina é apenas um dos que poderiam ser citados para atestar que por vezes as informações sobre a história de Albertina se repetem. Detalhes sobre o dia do assassinato, a família agricultora, descrição da vida de Albertina e de Maneco (seu assassino) são reproduzidas de forma muito semelhante no discurso católico. Não só nas biografias, como também nas páginas d’*O Apóstolo*, em que, por exemplo, o mesmo relato do professor estava presente.³⁷

Relatos como o do professor Hugo Berndt apareciam nas diferentes produções muito por conta da intenção de verdade nos discursos sobre Albertina. O mesmo acontecia com os testemunhos de outras pessoas que conheceram a menina:

³⁷ Sangue e silêncio na mata virgem. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 abr. 1953, n. 546, p. 01.

Essas são afirmações juradas do próprio Sr. Hugo Berndt. E o relato do mestre escola vem confirmado fartamente pelas testemunhas do processo; sem citar nomes, exporei os dados colhidos, que já se acham, em forma jurídica, em Roma.

[...] “Era serviçal, sem resmungar; dócil, obediente e pronta; era amável, muito delicada, nunca se vingava, nem quando os irmãos a batiam; em casa era alegre; muito modesta, especialmente ao vestir e despir-se; nunca saíram palavras menos delicadas de sua boca” (Sangue e silêncio na mata virgem. O Apóstolo. Florianópolis, 01 mai 1953, n. 547, p. 01).

Depoimentos de moradores de São Luís foram divulgados em várias revistas, desde 1952:

- “Era menina muito boa e atenciosa; sempre trazia o meu almoço quando eu trabalhava na olaria”.
- “Eu brigava com a Albertina, mas ela não respondia e tampouco reagia”
- “Era serviçal, sem resmungar; dócil, obediente e prestativa. Em casa era alegre e muito modesta especialmente no vestir; nunca saíram palavras indelicadas de sua boca” (SILVEIRA, 2008, p. 16).

Foi no ambiente simples, belo e cristão de sua família que Albertina cresceu. Ajudava os pais nos trabalhos da roça e em casa. Foi dócil, obediente, incansável, sacrificada, paciente. Mesmo quando os irmãos a mortificavam, às vezes até lhe batiam... ela sofria em silêncio, unindo-se aos sofrimentos de Jesus que amava sinceramente (MOSER, 2001, p. 12).

Em compensação, era sempre dócil, obediente, serviçal e dedicada, modesta e recatada. Não dizia palavras feias nem xingava os outros. Na escola, repartia, às vezes, o seu lanche com as colegas mais pobres (BRUNETTI, 2008, p. 18).

Padre Braun n’*O Apóstolo* e Albi Silveira na biografia parecem dar mais relevância ao fato de que aquelas informações partiam do testemunho de pessoas que conviveram com Albertina, o que se confirma no empenho em expor de onde as informações foram retiradas. Ainda que Dom Hilário Moser e o Diácono Aury Azélio Brunetti não afirmem que tais informações façam parte de relatos obtidos na década de 1950, os quatro fragmentos apresentados são notadamente semelhantes. Consta nas três biografias analisadas que todos os autores tiveram conhecimento do livro escrito por Padre Braun, publicado em 1958 como resultado da compilação das reportagens publicadas n’*O Apóstolo*, o que justificaria tal semelhança presente nos discursos. Brunetti dedicou as últimas páginas da sua obra para apresentar ao leitor toda a bibliografia e pronunciamentos sobre Albertina Berkenbrock que teve acesso. Da mesma forma, Silveira que, conjuntamente ao livro de Pe. Braun, apresentou as matérias de jornais e revistas que faziam parte do seu acervo pessoal para a construção do livro. Em sua obra, Silveira menciona a extensa reportagem publicada pela revista *O Cruzeiro* em 1952 e apresenta ao leitor as imagens divulgadas pelo periódico em meados do século passado.

Em vista do que foi exposto, a análise das biografias será feita de forma conjunta e o capítulo separado pelos principais temas observados. Foi com a mesma intenção que no segundo capítulo se privilegiou discussões sobre a maneira como se deu a divulgação do caso

de Albertina pela imprensa e não se focou tanto no conteúdo com as informações sobre sua trajetória. Em razão da compreensão de que, mesmo em diferentes tempos, as narrativas produzidas em função da beatificação de Albertina são copiosamente semelhantes.

4.2. IMIGRANTE, ALEMÃ, TRABALHADORA E CATÓLICA: A FAMÍLIA BERKENBROCK

Essa menina é filha de imigrantes alemães, lavradores de uma terra verde e bela, perdida entre montes e vales de Santa Catarina.
O lugar onde ela nasceu chama-se São Luís, município de Imaruí, paróquia de Vargem do Cedro, Diocese de Tubarão.
É terra de famílias com raízes profundas de fé católica, berço de vocações religiosas e sacerdotais sem conta (MOSER, 2001, p. 03).

Das três biografias analisadas, a escrita por Dom Hilário Moser foi a que dedica mais atenção as especificidades geográficas de Imaruí e à constituição da família de Albertina. A relação que Moser fez entre a agricultura e a família foi recorrente e bastante condicente com a construção da figura do alemão agricultor como imigrante ideal, presente no imaginário desde a corte brasileira, em sintonia aos projetos imigrantistas da época. Entretanto, segundo a historiadora Giralda Seyferth (2002, p. 126), o privilegiamento de imigrantes europeus, tanto no Brasil Império, quanto no Brasil República, “não significou uma abertura irrestrita a essa imigração”. A legislação da época especificava os imigrantes indesejáveis, aplicada também aos imigrantes brancos e europeus: “desordeiros, criminosos, mendigos, vagabundos, portadores de doenças contagiosas, profissionais ilícitos, dementes, inválidos, velhos etc.” (SEYFERTH, 2002, P. 126). Assim, a imigração dos alemães estava articulada há uma premissa que o classificava como o “agricultor eficiente, um critério presente em toda legislação migratória vinculada à colonização. Nas regras de admissão de estrangeiros o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família” (SEYFERTH, 2002, p. 119).

Figura 13 – Foto de Josefina Berkenbrock, mãe de Albertina, trabalhando na terra.



Fonte: SILVEIRA, 2008, p. 48.

Figura 14 – Foto de Henrique Berkenbrock, pai de Albertina, brincando com uma de suas netas.



Fonte: SILVEIRA, 2008, p. 47.

Observa-se que a família de Albertina foi retratada de maneira a apresentá-la como modelo que transcende ao século XIX e que o martírio de Albertina não atribui valor apenas à menina, como também qualifica seus familiares. As imagens acima, por exemplo, enfatizam valores como a dedicação às crianças e ao trabalho. Branca e trabalhadora, a família Berkenbrock concerne com a imagem do bom colono que deve ter “amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso etc.” (SEYFERTH, 2002, p. 120). Não apenas a questão do trabalho e da agricultura, mas também a racial era utilizada para definir o imigrante ideal. A capacidade de trabalho dos

alemães era supervalorizada e “havia certa unanimidade quanto à suposição de inferioridade racial dos africanos (evidenciada no debate sobre o fim do tráfico e da abolição) e asiáticos – grupos sistematicamente desqualificados para imigração” (SEYFERTH, 2002, p. 128). Dessa forma,

a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional. Desde então, a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas. O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus – portanto distinto da grande propriedade escravista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX (SEYFERTH, 2002, p. 118).

Dom Hilário Moser (2001, p. 06), ressaltou e reverenciou a presença de alemães na cidade de Imaruí: “uns poucos descendem de luso-açorianos, outros são caboclos, há algum negro também... a maioria, porém, é gente loiríssima e de olhos azuis, todos alemães da gema, típicos westfalianos”. O que condiz com a colonização do território, uma vez que a colonização das terras imaruenses estava relacionada com o investimento da vinda de imigrantes para o Sul do Brasil e o desenvolvimento da exploração agrícola, realizados desde a década de 1840 e apoiados pelo governo imperial (SEYFERTH, 2002). “A política de colonização com imigrantes implantada após a independência visava ao povoamento do território, num processo de motivações geopolíticas, de interesse econômico [...] ao qual se impõe a sinonímia da civilização branca europeia” (SEYFERTH, 2002, p. 147).

Vargem do Cedro, paróquia que atende pastoralmente São Luís, com poucas exceções, é núcleo colonial de westfalianos. Foi fundado em 1882. A vida desses colonos parecia a de monges: tinham como eixo norteador a oração e o trabalho. Pode-se dizer que a comunidade surgiu da preocupação de organizar a vida religiosa (MOSER, 2001, p. 08).

A historiadora Miriam Grossi (1995, p. 01) observou que a presença de “conventos e seminários desempenharam um importante papel na manutenção e na reprodução da estrutura familiar da pequena propriedade na Região sul do Brasil” no decorrer do século XX. Diferente do que ocorria nas fazendas de café de São Paulo, na Região Sul – que passou por importantes processos migratórios – houve entre os anos 1881 e 1930 um movimento onde os colonos reconstruíram a “religião e a comunidade de seus ‘pais’ da Itália, ou dos seus ‘dorfen’ da Alemanha, com suas capelas no estilo da terra de origem e com os santos padroeiros de suas aldeias” (GROSSI, 1995, p. 06). Em consonância com esse movimento por manter certa tradição, observa-se nas biografias estudadas que a religião permanece como ponto de encontro

entre a descendência alemã, a agricultura e o trabalho com a justificativa da santidade de Albertina:

Os pais de Albertina eram camponeses e levavam uma vida simples, não isenta de sacrifícios. Ambos trabalhavam na lavoura, carpiam, aravam a terra, semeavam e fazia a colheita em companhia dos filhos.

Sua vida religiosa, como a de todo bom camponês do interior brasileiro, era viva e operante. Participavam da santa Missa todos os domingos e dias santos de guarda. A frequência aos ofícios religiosos, aliás, não lhes oferecia nenhuma dificuldade, pois sua casa não ficava muito distante da antiga capelinha do povoado (BRUNETTI, 2008, p. 14).

A família de Albertina era bastante numerosa, seus pais Henrique Berkenbrock (1890-1957) e Josefina Böing Berkenbrock (1893-1973) tiveram nove filhos. Nas estruturas familiares camponesas, um número significativo de filhos era essencial para a manutenção da propriedade rural (GROSSI, 1995) e os Berkenbrock corroboravam com este modelo. Somada a essa estrutura familiar, a obediência aos preceitos católicos, a descendência alemã e trabalhadora, bem como o amor ao trabalho e a família reforçavam a imagem de Albertina como exemplo e modelo para a comunidade e ligavam a sua vida a uma sacralidade. A benevolência dos Berkenbrock constantemente foi apresentada nas biografias para ressaltar as raízes virtuosas de Albertina, muito por conta da intenção de justificar a adesão à fé católica na sua vida. Percebe-se que, mesmo que os projetos imigrantistas envolvendo a família Berkenbrock e a formação dos municípios da região sul do país tenham ocorrido especialmente no século XIX, a atribuição de valores que retomam esses processos imigratórios reverbera nos discursos sobre Albertina no século XXI.

4.3. CARIDOSA, OBEDIENTE E RECATADA: A ADESÃO À FÉ CATÓLICA NA VIDA DE ALBERTINA

Desde a mais tenra idade, Albertina foi educada dentro dos mais belos ensinamentos morais e religiosos. Não havia dúvidas de que a menina-criança privilegiada aos sopros divinos, correspondia plenamente a tanto desvelo. Santas práticas, tradicionais na família, como orações da manhã e da noite, de antes e depois das refeições, em especial, a reza diária do terço, marcavam os ensinamentos maternos (SILVEIRA, 2008, p. 15).

Informações sobre o envolvimento de Albertina com os rituais católicos aparecem frequentemente nas biografias. O batismo, a primeira comunhão, a realização de orações e a frequência com que ia à Igreja foram exaltados nos escritos de cunho biográfico. Observa-se que houve um esforço por parte dos biógrafos em vincular as ações de seu curto período de vida

com as virtudes católicas de forma a marcar a adesão à fé católica em todas as suas atividades. Relacionado a isso está o fato de que “para a Igreja católica, o principal ingrediente para retratar seus *escolhidos* reside no destaque dado à sua adesão à fé cristã. As narrativas do Vaticano reforçam sempre o temor a Deus que *sempre esteve presente em suas vidas*” (ANDRADE, 2008, p. 254, grifos do original). Em uma mesma direção, ao pensarmos o gênero biográfico a partir de Bourdieu (1996), a utilização de termos como “sempre” ou “desde então”, como o utilizado pelo biógrafo no trecho acima, “desde a mais tenra idade”, propõem uma coerência para a vida de Albertina que relacionava todas as suas ações aos princípios cristãos.

Seus pais e familiares souberam educar a menina na fé, transmitiram-lhe muito cedo as principais verdades da Igreja. Ela aprendeu logo as orações, era perseverante em fazê-las e muito recolhida ao rezar. Sempre que um padre aparecia em São Luís, lá ia ela participar da vida religiosa da comunidade.

Confessava-se com frequência, ia regularmente à missa, comungava com fervor. Aliás, preparou-se com muita diligência para a primeira comunhão. Falava muitas vezes da Eucaristia e dizia que o dia de sua primeira comunhão fora o mais belo de sua vida.

Albertina foi também muito devota de Nossa Senhora, venerava-a com carinho, tanto na capela da comunidade como em casa. Junto com os familiares recitava o terço e recomendava a Maria sua alma e sua salvação eterna. Tinha especial devoção a São Luís, titular da capela e modelo de pureza.

A formação cristã instilou em Albertina a inclinação à bondade, às práticas religiosas e à vivência das virtudes cristãs, na medida em que uma menina de sua idade as entendia e podia vive-las. Nada de estranho se seus divertimentos refletiam seu apego à vida religiosa. Gostava de fazer cruzinhas de madeira, colocava-as em pequenos sepulcros, adornava-os com flores (MOSER, 2001, p. 11-12).

Observa-se na citação de Moser que não havia lugar nas narrativas para nada que não fosse próprio de uma vida santa. Não há espaço, por exemplo, para travessuras na infância, desavenças, irritações ou qualquer interesse por situações que não envolvessem uma vida religiosa. Naturalmente, há intensificada a importância conferida aos sacramentos cumpridos por Albertina, estes como expressão da fé e da obediência à Igreja Católica. Silveira chegou a apresentar cópia da certidão de batismo de Albertina, conferindo legitimidade à informação fornecida. A primeira comunhão foi ainda mais sinalizada pelos biógrafos, reforçando a presença da religiosidade católica em sua vida. Na citação acima, Moser afirmou que aquele seria o dia “mais belo de sua vida”. Sob o título “um dia especial”, no subcapítulo em que se dedicou a narrar sobre o evento, Silveira (2008, p. 17) escreveu que “um sonho embalado por sua fé, tornava-se realidade”. Brunetti (2008, p. 19) também atribuiu relevância afirmando que “com certeza, foi um dia muito especial e bem alegre para Albertina, e de grande importância para um futuro não longínquo”.

Por seu comportamento recatado e tímido, Albertina era, quase sempre, alvo de risos por parte dos coleguinhas. Ela, porém, jamais reagia a isso, nem mesmo em palavras. Toda essa educação, toda essa personalidade, foi sendo fomentada desde o seu nascimento por seus pais em 11 de abril de 1919...

O casal Henrique e Josefina Berkenbrock exultava de alegria. Pois num ambiente bucólico, majestoso e tranquilo, nascia um ser especial.

Descendentes dos primeiros colonizadores da região, eram proprietários de grande quantidade de terra. Da infância à pré-adolescência, a vida passava num piscar de olhos (SILVEIRA, 2008, p. 13).

As biografias pretendiam justificar a santidade de Albertina a partir da sua criação e personalidade. À família, portanto, era atribuída boa parte do mérito pela boa educação que, balizada pelos valores cristãos, havia sido “fomentada desde o seu nascimento por seus pais”, conforme escreveu Silveira. Dotada de características consideradas relevantes para a sua formação, conforme evidenciou-se no subcapítulo anterior, a família Berkenbrock, sempre que mencionada pelos biógrafos, tinha seus traços de bons colonos referendados. Da mesma forma que adjetivos como “trabalhadora”, “católica”, “agricultora” e “imigrante” apareciam para qualificar a ascendência de Albertina, outros tantos foram utilizados pelos biógrafos para caracterizá-la e, assim, auxiliar na identificação da comunidade católica com o exemplo de santidade que era posto a partir da história de Albertina. Em levantamento realizado, observou-se a recorrência dos seguintes termos, utilizados com a intenção de qualificar o caráter santo tanto no curto período de vida, quanto no martírio de Albertina:

Tabela 02 – Quantificação dos adjetivos e qualidades designados à Albertina nas três biografias.

Adjetivo/ Qualidade	Quantidade de vezes que aparece
Mártir	28
Pura/ Pureza	19
Virgem/Virgindade	17
Santa	14
Heroica	10
Cabelos louros;	08
Tímida; Fiel	07/cada
Obediente; Inocente/Inocência; Olhos claros	06/ cada
Caridosa/Caridade; Modesta; Casta/Castidade; Retraída; Virtuosa/Virtude	05/cada
Dócil; Dignidade; Flor; Boa/Bondosa	04/ cada
Serviçal; Bonita/ Bela; Jovem/Jovial	03/ cada

Paciente/Paciência; Prendada; Simples; Coragem; Dedicada; Recatada; Querida; Gentil; Forte; Alta; Serena; Cãndida; Piedade/Piedosa; Mansidão; ; Tez clara	02/ cada
Coerência; Toda do Senhor; Angelical; Atenciosa; Feliz; Comportada; Respeitosa; Prestativa; Ingênua; Benfeitora; Mocinha; Criatividade; Magnitude; Vítima; Madura; Incansável; Sacrificada; Educada; Espírito de luz; Recolhida; Perseverante; Esperta; Força espiritual; Robusta; Devota; Grande; Meiguice; Bravura; Simples	01/ cada

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

As questões referentes ao martírio e à virgindade serão melhor exploradas no próximo subcapítulo, entretanto, é pertinente antecipar que, da forma como notadamente sugerem, estão relacionados ao dia do seu assassinato. Da mesma forma que termos como “coragem” e “heroica” também foram acionados para descrever suas ações no dia do crime. Em outra medida, ainda que a pureza expressada esteja relacionada com a inocência e ingenuidade comumente atribuídas à infância, ela muito se vinculou ao que diz respeito às relações de gênero, corpo e sexualidade nas narrativas sobre Albertina.

Sabe-se que Albertina não é santa, mas sim beata. A utilização do termo “santa”, quando acionada, ou aparece entre aspas: “Sua morte não foi morte qualquer, foi morte especial, foi morte de ‘mártir’ e, por isso, morte de uma ‘santa’. Sim, Albertina é uma ‘santa mártir’” (MOSER, 2001, p. 23). Ou então projetam um modelo de santidade: “[...]ela, que agora, com a beatificação, oficialmente foi apresentada pela Igreja como mártir e modelo de vida santa” (SILVEIRA, 2008, p. 06). Há ainda às vezes em que esse reconhecimento da sua santidade foi projetado para um futuro: “Não há, pois, hesitação em afirmar que Albertina deve ser declarada mártir e santa: esta é a crença unânime do povo de Deus que a conhece” (MOSER, 2001, p. 23). Tal cuidado com a utilização do termo, que é também título apenas concedido pela autoridade do papa, demonstra o alinhamento das narrativas biográficas com as leis da Igreja. Nas primeiras páginas do livro escrito por Brunetti (2008, p. 08) há uma declaração explicando ao leitor que “ao usar os termos ‘santa, mártir, martírio e similares’, o autor não pretende lhes dar outro sentido senão o da linguagem popular, em nada querendo antecipar-se ao juízo definitivo da Igreja, de conformidade com o decreto do papa Urbano VIII”.

No começo do capítulo apresentou-se as semelhanças entre os escritos sobre Albertina nas três biografias, do mesmo modo, a recorrência dos adjetivos presentes na tabela fomenta a análise e a indicação da conformidade entre as obras. Termos como “jovem” e “jovial”

sinalizam a quem Albertina deveria servir como modelo, nas palavras de Dom Hilário Moser, o que se pretendia com o seu livro era “transmitir aos discípulos e discípulas de Jesus, particularmente adolescentes e jovens, o exemplo de compromisso de Albertina com o Evangelho, mesmo à custa do sacrifício da vida” (MOSER, 2001, p. 03). Observa-se que a dimensão humana atribuída a santidade de Albertina em suas ações e características estava em sintonia com os rumos tomados pelo Vaticano a partir de João Paulo II em desmistificar a santidade (PEIXOTO, 2006) e apresentar novos modelos de conduta passíveis de serem imitados pelos católicos.

Albertina, à primeira vista, parecia uma criança como as outras: nos brinquedos mostrava-se retraída, um pouco tímida. Por causa do temperamento sossegado, muitas vezes foi repreendida até mesmo pelos familiares. Entretanto, ela era uma criatura surpreendente.

Hugo tomava as refeições na casa dos pais da menina. Assim, pôde observá-la com calma. Comparando-a com as outras crianças de São Luís, ele se dizia: - Como é que essa flor maravilhosa veio crescer aqui entre flores tão comuns?

Muitas vezes encontrou-a construindo cemitérios de brinquedo com pequenas sepulturas nas quais plantava cruzinhas e flores. Andava tão atarefada nisso que não se dava conta da presença do mestre.

Um dia ele lhe perguntou:

- Que fazes aí, Albertina?

Ela se limitou a levantar seus olhos, não pronunciou uma palavra. Aqueles olhos infantis, porém, pareciam dizer que o que ela fazia era bem mais do que brincadeira, era sentimento de amor que abraçava a todos, até os mortos.

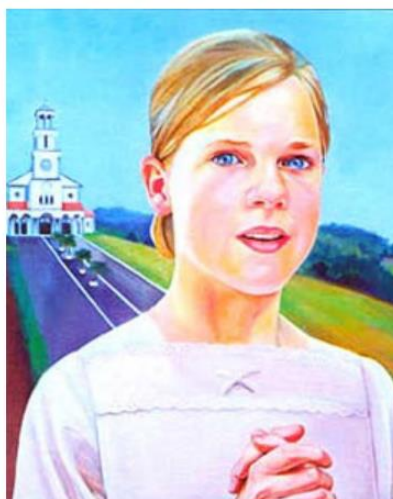
O professor pensou: - Menina, este mundo não é para ti, pois um coração que ama a todos, bons e maus, que sabe encontrar um pouco de bondade até nos malvados, sofrerá muitas decepções e amarguras!

Por ser professor, Hugo teve melhores oportunidades de apreciar o desenvolvimento de Albertina. Segundo ele, era uma menina prendada; no catecismo, das mais atentas (MOSER, 2001, p. 13-14).

Muito porque a infância é caracterizada pela socialização para o posterior ingresso no mundo adulto e que, a partir da primeira metade do século XX, a escola passava a ser “entendida como o local por excelência para a educação formal das crianças e jovens de ambos os sexos” (AREND, 2013, p. 71) que se pode entender a importância atribuída à família, às brincadeiras bem como à vida escolar de Albertina. Retraída e tímida até mesmo no brincar, o trecho acima evidencia não somente uma índole cristã, mas também como “brincadeiras e diversões contribuíam no processo de educação dos indivíduos” (AREND, 2013, p. 71), especialmente com o que era esperado de homens e mulheres na idade adulta. Arend ainda ressalta que em “manuais de educação infantil publicados na primeira metade do século XX, as brincadeiras saudáveis eram as que não colocavam em risco a integridade do corpo da menina”. Dessa forma, “docilidade, meiguice, serenidade e resignação eram as características consideradas femininas

ao passo que as esperadas dos varões eram a coragem, o poder de decisão e a competitividade” (AREND, 2013, P. 71).

Figura 15 – Imagem do santinho de Albertina.



Fonte: SILVEIRA, 2008, p. 10.

Há ainda de se considerar as características físicas atribuídas à Albertina, isso porque elas também foram responsáveis por potencializar um modelo de feminilidade: “Albertina, apesar de seus 12 anos, aparentava mais idade e tinha um corpo já bastante desenvolvido. Era alta e forte, acostumada ao sol e aos trabalhos da roça. Tinha cabelos louros tendendo ao castanho, olhos verde-escuros” (MOSER, 2001, p. 16). “Albertina tinha a tez clara, olhos azuis e cabelos loiros” (BRUNETTI, 2008, p. 17). “Menina esguia de olhos azuis, cabelos loiros e compridos” (SILVEIRA, 2008, p. 17). Ainda que Moser, Brunetti e Silveira discordassem sobre a cor dos olhos de Albertina, o importante para os biógrafos era ressaltar as características de seus olhos e pele clara. A imagem do santinho (figura 15) está presente na capa e no interior das biografias que foram publicadas após a sua beatificação e exemplifica a maneira como a menina foi retratada pelos biógrafos. Segundo consta, Albertina era moça direita, bonita e respeitosa aos princípios da cristandade. Viveu em uma região marcada pela colonização alemã e suas características físicas corroboravam com o estereótipo atribuído às pessoas do sul do país, que historicamente tem suas populações de origem indígena e africana invisibilizadas.

Questões de gênero, sexualidade e raça foram operacionalizados repetidamente nas biografias escritas sobre Albertina e, paralelamente à questão mais importante de uma adesão à fé católica, fomentaram um modelo de conduta pautado nos discursos normatizantes

propostos pela Igreja. No próximo subcapítulo veremos como essas três categorias subsidiaram as narrativas sobre o martírio de Albertina Berkenbrock no século XXI.

4.4. VIRGEM, PURA E MÁRTIR: O BEM CONTRA O MAL, “O ANJO E O MONSTRO”

Ainda que traços da infância de Albertina sejam ressaltados para justificar sua santidade desde os primeiros anos de vida, Albertina teria uma vida comum à tantas outras meninas da sua idade. Frequentar a Igreja, respeitar pai e mãe, bem como ser meiga, doce e inocente eram qualidades comuns atribuídas às crianças católicas, em especial às meninas. Portanto, ainda que determinadas virtudes fossem utilizadas para corroborar um modelo exemplar a partir da sua vida, a singularidade no caso de Albertina não se encontra especificamente nesses valores, mas sim no martírio. De acordo com Andrade (2011, p. 177), “o próprio ato de morrer pressupõe uma violência e todas as interdições relacionadas a ela também são ou para proteger a comunidade da violência ou para atestar a necessidade de evitá-la a partir de rituais”. Assim, a morte violenta, consequência da tortura, da doença ou do assassinato é concebida na religiosidade católica como testemunho de adesão ao cristianismo por parte das vítimas (ANDRADE, 2011). Nesse sentido, ainda conforme a autora, a morte é entendida enquanto rito sacrificial, responsável por consagrar e divinizar a vítima: Albertina morreu menina e renasceu santa.

Maneco Palhoça cortou-lhe a garganta de lado a lado.
Na mata escura, só há silêncio, solidão e tristeza. Um riacho ali perto cantarola sua melodia de sempre. Poder-se-ia dizer que, ao longe, ainda ecoa a voz de Albertina, afogada em golfadas de sangue, que jorra em borbotões. Parece ouvir-se o grito de dor da menina que, em luta árdua e suprema, preferiu perder a vida a perder sua pureza e virgindade.
Estirada no chão, sobre a relva, à sombra das árvores que, mudas, testemunham a ferocidade do combate travado por ela, seus cabelos, rosto, roupas, relva e arbustos... tudo está manchado de sangue.
Seu rosto reflete serenidade e coragem.
Albertina está morta! (MOSER, 2001, p. 04).

A partir do trecho, nota-se que a singularidade no caso de Albertina também não se encontra apenas nas violências sofridas pela menina. Uma vez que diversos são os registros, conforme o historiador Georges Vigarello, “presentes como nunca nas investigações da polícia, nos documentos da Justiça, nos artigos da imprensa, nos debates da opinião pública” (VIGARELLO, 1998, p. 07) de meninas assediadas, estupradas e assassinadas. O gênero foi historicamente secundarizado pela Igreja Católica e, “para a instituição, existe um objetivo claramente definido em suas estratégias de manutenção da figura do mártir e,

consequentemente, do sacrifício: fornecer modelos de conduta centrados na adesão à fé cristã” (ANDRADE, 2011, p. 13). Portanto, a morte sacrificial de Albertina foi construída a partir da soma das violências presentes na sua morte, da preservação de valores cristãos como a virgindade e a pureza e da comprovação da adesão à fé católica, que conforme as narrativas, sempre esteve presente na vida de Albertina e de seus familiares. Do contrário, os discursos referentes a sua história seriam tão somente adversos à violência, e não nutririam um exemplo de santidade pautado no sacrifício, na pureza e na resignação aos valores cristãos.

O dia 15 de junho de 1931 foi um marco que destacou e lançou a sua história num desvio místico. Num vazio afetivo que só seria preenchido pelo exemplo, pela bondade, fé e força espiritual de uma menina que disse não à banalização do seu corpo, não à fraqueza em respeito aos seus pais, à família, a Deus. Exemplo a todos quanto vierem a conhecer a história da Bem-Aventurada, ALBERTINA BERKENBROCK (SILVEIRA, 2008, p.19).

Conforme vimos no primeiro capítulo, o Vaticano tem demonstrado crescente interesse pela juventude, por sua evangelização e preservação dos valores cristãos desde o pontificado de João Paulo II. Contudo, mesmo que as narrativas de santos e beatos como Albertina objetivem servir de modelo de conduta para toda uma juventude, faz-se necessário compreender que os discursos normatizantes da instituição sobre corpo e sexualidade foram (e são até hoje) historicamente direcionados mais à vida das mulheres do que a dos homens. De acordo com Nunes (1996), faz parte do exercício das relações de poder das doutrinas religiosas o controle dos corpos femininos. Segundo a autora, as religiões “definem ‘a natureza humana’ como resultado de uma determinação divina intocável” (NUNES, 2005, p. 363) que delimita papéis específicos para o gênero masculino e feminino. O próprio conceito de santidade historicizado por Vauchez (1995) percebe essa diferenciação nos modelos de santidades ao longo do tempo, onde a imagem do homem santo esteve muito mais atrelada ao exercício da vida pública, enquanto a da mulher esteve ao que é da esfera do privado. Em uma mesma direção, conforme a historiadora Ana Maria Bidegain (1996), há entre os gêneros uma relação hierárquica, construída através da política, do parentesco, da economia e da religião, que controla e confere poder a um, enquanto subjuga o outro. Assim, quando o biógrafo escreveu que Albertina disse “não a banalização do seu corpo”, ele estava se referindo a preservação da virgindade, da delicadeza e da pureza do corpo que, segundo o discurso normatizante católico, são valores caros especialmente às mulheres.

Esses valores que tangenciam à sexualidade nos permitem refletir sobre como modelos de santidade pautados na preservação dos corpos corroboram para uma política de investimento

na vida. Conforme Foucault (1985), vivemos em uma sociedade de sexualidade, isso porque “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1985, p. 138). Em outras palavras, a sexualidade está estritamente relacionada aos dispositivos que estipulam valores sobre os corpos a partir das relações de poder impostas. Em diálogo com as ideias tecidas por Foucault, o pesquisador dedicado aos estudos foucaultianos, Kleber Prado Filho (2006), discorre sobre o fato de que, em uma sociedade centrada na sexualidade, o poder se dirige aos corpos dos indivíduos e o dispositivo de sexualização “age identificando e normalizando os indivíduos em relação ao seu sexo, construindo sua identidade em estreita correlação com a sua sexualidade” (PRADO FILHO, 2006, p. 49). Assim, o sexo seria “o grande articulador entre os dois polos de desenvolvimento do biopoder, uma vez que encontra-se ligado ao corpo e à vida dos indivíduos, tanto quanto liga-se ao corpo e à vida das populações” (PRADO FILHO, 2006, p. 49).

Observa-se que o tema da interdição das práticas sexuais nas sociedades ocidentais transcende a uma questão de imposição de normas e valores cristãos. Conforme Arend (2020, p. 212), o ideário da infância burguesa, “gestado no Ocidente nos últimos 200 anos, tem como um dos seus ‘pilares’ socioculturais a interdição das práticas sexuais para as pessoas de ambos os sexos durante as fases da vida denominadas pelos médicos de infância (de 0 a 12 anos) e puberdade (de 12 a 16 anos)”. A justificativa de representantes da Medicina e da Psicologia para tal era que, em função do desenvolvimento dos corpos e das subjetividades das crianças e dos adolescentes, “as práticas sexuais poderiam provocar problemas para o desenvolvimento corporal, bem como danos no âmbito das subjetividades” (AREND, 2020, p. 212). A autora considera também que

a interdição das práticas sexuais entre 12 e 16 anos dizia respeito ainda à gestão da população, sobretudo por coibir a gravidez durante a puberdade, pondo em risco o desenvolvimento dos corpos das meninas e a geração de bebês com problemas de saúde e vulnerabilidade social. Em relação aos meninos, a interdição das práticas sexuais percebidas como “precoces” contribuiria para a disciplinarização dos corpos, bem como os afastava de doenças sexualmente transmissíveis, tais como a sífilis, a gonorréia, que minariam a saúde no futuro. As práticas e discursos implementados a partir da ótica da biopolítica visavam à constituição de homens e mulheres considerados saudáveis (AREND, 2020, p. 212).

Seria, portanto, superficial e reducionista afirmar que o sexo é condenado pela doutrina católica, ou que ele transita em um regime binário entre o que é lícito ou ilícito, permitido ou proibido (FOUCAULT, 1985). Ao contrário, Foucault (1985) ainda afirma que é próprio das

sociedades modernas colocarem o tema do sexo no centro da trama discursiva. Logo, percebe-se que a interdição do sexo à juventude, exposta nos discursos sobre Albertina, fez com que a questão da sexualidade fosse incitada a todo momento. Ora “dócil, pura e inocente” (SILVEIRA, 2008, p. 21), ora recatada, tímida e trabalhadora, as narrativas sobre Albertina conduzem o leitor para o relato de uma morte mística em favor da preservação da virgindade e da pureza do corpo.

Sobre o dia do seu assassinato, conforme consta nas biografias, tudo começou quando o pai de Albertina solicitou que a menina fosse atrás de um boi da família que havia fugido por meio das terras dos Berkenbrock,

nessa caminhada, se afastou do povoado cerca de meio quilômetro, quando deparou-se, casualmente, com o oleiro Manoel Palhoça, empregado de seu pai, que realizava seu trabalho de costume. Albertina perguntou-lhe se, por acaso, vira passar o boi, por ali. Foi então tranquilizada, com a informação de que o animal estivera momentos antes no local, devendo, portanto, achar-se por perto. Complementando a informação, Palhoça apontou para uma trilha: “Você pode entrar por ali que vai encontrar ele”. Nesse momento, a nuvem negra da imbecilidade humana tomou conta daquele cérebro, tornando-o irracional.

[...] [Albertina] nem imaginava a surpresa que a aguardava no interior da mata. Ouviu de repente, ruídos de passos e barulhos nos arbustos e, ainda que pudesse constatar o que estava acontecendo, viu surgir na sua frente o próprio Maneco.

[...] Ao pressentir o perigo, gritou desesperadamente por socorro. O anjo e o monstro travaram uma luta, cujo final trágico mostrou a vitória perpetuada na sua memória de mártir... Uma verdadeira SERVA DE DEUS.

Temendo que o alarido atraísse ao local lavradores da vizinhança, Palhoça ainda tentou amordaçá-la. Ela, porém, continuou a gritar. E, se débeis e abafados eram seus gritos, agora, tenaz foi à resistência que ofereceu aos ímpetus brutais do homem, debatendo-se violentamente. Exasperado, Palhoça desembainhou o punhal que trazia à cintura e, num golpe, degolou o pequeno anjo de São Luís. Daquele frágil corpo de criança prostrado no chão, o monstro viu, então, correr o sangue derramado em holocausto, da inocência que não conseguira macular (SILVEIRA, 2008, p. 21-22).

Sob o título de “A fatalidade”, Silveira narrou, de forma extensa e detalhada, o que se sucedeu à Albertina no dia de seu assassinato. O mesmo fez Brunetti no subtítulo “Luta sangrenta” e Moser em “Até que um dia...”. A dicotomia posta entre a luta do bem contra o mal, o anjo e o monstro, aparece nas três biografias analisadas e colocava Albertina entre os dois mundos: o terreno e o divino (VAUCHEZ, 1987).

Há ainda de se considerar a utilização do componente da raça para desqualificar Maneco, que no trecho acima aparece simbolizado pela expressão “nuvem negra da imbecilidade humana”. Apropriando-se das discussões do historiador e filósofo Achille Mbembe (2019) considera-se que o negro foi produzido pelas sociedades ocidentais enquanto “sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito de desqualificação moral”. Do ponto de vista histórico, conforme articula o autor, a palavra “negro” remete ao que é

fantasmagórico e que se deve manter distância. Assim, observa-se que a raça foi um dispositivo utilizado para reforçar uma dicotomia entre o bem e o mal. Outro exemplo se evidencia nos escritos de Moser, quando utilizou da questão racial para justificar a bondade e caridade de Albertina:

Teve especial caridade com os filhos do seu assassino, que trabalhava na casa do pai. Muitas vezes Albertina deu de comer a eles e aos filhos pequenos, com os quais se entretinha alegremente, acariciando-os e carregando-os ao colo. Isto é tanto mais digno de nota quanto Indalício era negro, sabendo-se que nas regiões de colonização europeia uma dose de racismo sempre esteve presente (MOSER, 2001, p. 13).

Na biografia de Brunetti (2008, p. 25), quando descrito, Maneco foi apresentado como “um trabalhador de raça negra que havia chegado por aquelas regiões, não fazia muito tempo” e, ainda que muitos opinassem “que ele não estava casado legitimamente, e que a mulata com quem vivia teria sido raptada por ele mesmo”, “aqueles bons colonos haviam-no deixado ficar ali, em sua companhia, trabalhando aqui e acolá, ora para este, ora para aquele colono”. Observa-se que a imagem de bons colonos se refere não apenas ao trabalho e a uma bondade intrínseca a personalidade dos descendentes de alemães, mas também por conta de um componente racial, o que fica mais evidente no trecho de Moser. É porque Albertina era pessoa boa e caridosa que dava de comer aos filhos de Maneco, o negro. Da mesma forma, foi porque os colonos eram bons que Maneco foi, por eles, considerado bom também, mesmo que fosse um estranho, estranho e negro.

A raça constitui “o Outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se” (MBEMBE, 2019, p. 26, grifos do original). Percebe-se que o fato de Maneco Palhoça ser negro foi sublinhado pelos biógrafos na intenção de demarcar o diferente frente aos colonos. Ainda que por vezes de forma contida e amenizada, a questão racial foi acionada para afirmar em Albertina um modelo de feminilidade e bondade, da mesma forma que foi acionada para descrever seu assassino como o outro, distante e fantasmagórico. O sentido dicotômico entre “o anjo e o monstro”, o bem e o mal, foi suscitado também entre o branco e o negro.

Observou-se ao longo do capítulo como a figura de Albertina foi formulada pelos biógrafos em sentido a corroborar com as narrativas católicas sobre o seu martírio. Ainda que as questões de gênero e raça sejam secundarizadas para a atribuição da sua beatitude em razão de algo mais importante: a presença da fé cristã em toda a sua vida, as narrativas sobre Albertina estão situadas em um determinado tempo e espaço, permeado por questões interseccionais que viabilizaram a construção da sua santidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – “ALBERTINA AINDA VIVE”

Albertina está viva mais do que nunca. Primeiro porque vive em Deus, na comunhão do Pai e do Filho e do Espírito Santo, imersa na paz e na felicidade sem fim. Depois porque vive no coração de seus parentes, amigos e devotos. Quem pode esquecê-la? Finalmente porque seu exemplo de vida e de morte – seu “espírito” – permanece para sempre.

É esse espírito de Albertina que é preciso recolher e fazê-lo nosso. Muito particularmente a juventude precisa desse espírito.

Que espírito é esse? Antes de tudo, espírito de fidelidade ao Batismo. Filho ou filha do Pai dos céus, você precisa ter consciência de sua dignidade e grandeza. Albertina precisa ter consciência de sua dignidade e grandeza. Albertina soube viver como filha de Deus. Sua vida merece ser imitada.

Também espírito de fidelidade à Eucaristia. O corpo e o sangue do Filho de Deus, Jesus Cristo, é o alimento que dá a você a força de que necessita para percorrer, mesmo com sacrifício, o caminho do Evangelho. Albertina o percorreu e para ser fiel a ele chegou a derramar seu sangue como Jesus. (MOSER, 2001, p. 27-28).

Albertina ainda vive. Fruto de um discurso católico responsável por estabelecer um modelo exemplar pautado na adesão à fé católica e na preservação de valores e virtudes caros à religião, as narrativas sobre Albertina continuam reverberando, sempre partindo das demandas e das expectativas de um determinado presente. Ainda hoje o seu santuário recebe frequentes visitas de devotos e devotas que se dirigem a Imaruí para pagar promessas. No *site* oficial da beata, os fiéis constantemente acendem velas virtuais em razão dos mais diversos pedidos, desde àqueles que pedem pela cura de algum familiar, aos que solicitam aprovação do exame prático para habilitação da carteira de motorista. Reflexo dos tempos em que vivemos, as narrativas sobre Albertina têm ainda hoje seus formatos atualizados. A fotonovela realizada pela revista *O Cruzeiro* em 1952 dá lugar a um filme recém lançado que conta (agora ao telespectador) o que se sucedeu no dia do seu assassinato.³⁸ As biografias continuam sendo vendidas por livrarias e Albi Silveira, o mais jovem dos biógrafos, concedendo entrevistas sobre o livro.

No primeiro capítulo, observamos que nos anos 2000 a Igreja se via confrontada com uma série de novos valores e modelos de vida contrários aos seus ideais. As ações iniciadas por João Paulo II no final da década de 1970 reverberavam. Apesar da popularidade e do carisma com que se dirigia aos fiéis e às mídias, observamos que a Igreja regida pelo Papa se encaminhava para rumos mais tradicionais, se comparados aos movimentos iniciados com o Concílio Vaticano II, quando da readequação da instituição aos novos tempos.

³⁸ **ALBERTINA** – A história da menina que conquistou o Céu e o coração de todo um país. Direção: Luiz Fernando Machado. Produção de BoaNova Films. Brasil, 2020.

Consequência de uma progressiva perda de fiéis no início dos anos 2000, a Igreja buscava novas estratégias para se firmar no imaginário dos fiéis, em especial dos jovens, ao passo em que a juventude era um dos grandes interesses da Igreja de João Paulo II, apresentada como esperança para o futuro da instituição. Foi em meio a esse cenário que Albertina foi beatificada em 2007. Sua beatificação pode ser entendida como uma das diversas tentativas da instituição em fornecer novos modelos de conduta que possibilitariam aos fiéis católicos (no caso de Albertina, mais especificamente os jovens católicos) se identificar e produzir sentido para um determinado exemplo de conduta que era a eles apresentado.

Verificou-se também que a partir de João Paulo II houve um empenho pela oficialidade de santos e beatos. O *boom* de beatificações e canonizações realizadas pelo pontífice traduzem, ao menos em parte, a preocupação da instituição por apresentar novos modelos exemplares que condiziam com valores caros à instituição. Há ainda a necessidade de uma melhor averiguação dos reflexos que a significativa produção de santos e santas pode ter representado para a instituição, no sentido de funcionarem como estratégia de se manter viva no imaginário dos fiéis e de fornecer modelos exemplares de conduta compatíveis com a juventude dos anos finais do século XX e início do XXI. Mesmo assim, observou-se que a santidade se apresenta como uma das maneiras possíveis de se compreender e analisar um determinado tempo. Isso porque, ainda que as histórias de santos e santas estejam ancoradas no passado em que os personagens viveram, é para um determinado presente que elas se expressam e necessitam produzir sentido.

No segundo capítulo, verificou-se que mesmo que houvesse manchetes de importantes periódicos laicos que noticiassem a abertura do processo de beatificação de Albertina na década de 1950, foi através da imprensa católica, representada pelo jornal *O Apóstolo*, que matérias sobre a menina possuíram maior destaque. Observou-se assim a importância conferida ao periódico não apenas por divulgar o processo de beatificação de Albertina, como de corroborar na construção da sua santidade. O jornal protagonizou uma manutenção do imaginário sobre a santidade da menina para além da comunidade onde viveu. O discurso oficial da Igreja posto à época se alinhava a um discurso conservador, que restringia à mulher as funções da vida privada, ao cuidado com a família, ao lar e ao corpo. As publicações destacadas de primeira página sobre Albertina fomentavam um discurso em favor da valorização da pureza, da virgindade e do recato. A análise da coluna *Graças*, somada à semelhança da história de Albertina com Maria Goretti, permitiu observar não apenas o grau de divulgação que sua história atingiu, como também fomentar o debate de que para o fiel importa muito mais a fama

de que um determinado personagem realiza milagres e a sua identificação com a comunidade, do que propriamente a oficialização da Igreja do reconhecimento da sua santidade.

Nos anos 2000, as narrativas sobre Albertina consolidadas na década de 1950 pela imprensa católica foram revisitadas e atualizadas em função da sua beatificação em 2007. Entretanto, ainda que com um enfoque mais evidente para a juventude, observou-se uma constância nos discursos sobre a menina. As três biografias analisadas no último capítulo buscavam dar um mesmo sentido para a sua vida e morte. A valorização de características da família de Albertina contribuiu para qualificá-la e reafirmar uma possível adesão à fé católica desde o berço. Nesse sentido, a estrutura familiar dos Berkenbrock condizia com o modelo rural do sul do Brasil posto à época. Numerosa, branca, trabalhadora e descendente de alemães, a religião servia como ponto de encontro entre tais adjetivos e corroborava como justificativa da santidade de Albertina.

O enfoque a uma adesão à fé cristã acabava por não dar brecha para que Albertina Berkenbrock fosse outra coisa além de santa. Sua rotina em casa e na escola, suas brincadeiras e toda sua personalidade foram construídas pela religiosidade católica em sentido a fomentar uma imagem mística e de beatitude. Nesse sentido, questões de gênero, sexualidade e raça também subsidiaram as narrativas sobre ela. O caráter santo presente na vida de Albertina não se deu apenas através da violência na sua morte, ou então apenas nas características que ela teria possuído em vida. Foi a violência presente em seu assassinato, somada à resistência em favor da virgindade e da pureza do seu corpo e de um pertencimento a fé católica que viabilizaram a sua beatificação. Considerar os diversos estratos temporais em que os discursos sobre a vida da menina estiveram (e continuam) imersos possibilita identificar não apenas as singularidades presentes na sua história em favor da construção de um modelo exemplar, como também verificar algumas das diversas estratégias utilizadas pela Igreja Católica para reafirmar um modelo de conduta que transcende a vida de Albertina.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970–2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 237-260, 2008. Disponível em: <<https://ken.pucsp.br/revph/article/view/3054/0>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- _____. O culto aos santos: A religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 7, p. 131-145, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30331>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- _____. Breves considerações acerca da vitalidade do mártir no catolicismo. In: Eduardo Gusmão de Quadros; Maria da Conceição Silva. (Org.). **Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades**. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2011, v. 1, p. 177-190.
- _____; BOECHAT, Gustavo Vargas Laprovitera. Devoção por correspondência: o culto a Santa Rita de Cássia (Lunardelli, PR). **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, n. 17, p. 171-187, 2014. Disponível: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23550>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 65-83.
- _____. Rompendo o “silêncio”: Violências sexuais, infâncias e direitos (1989-2000). **Outros Tempos**, vol. 17, n. 29, 2020, p. 205-220. Disponível: <https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/762>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado** - Elementos para uma teoria sociológica da Religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- BIDEGAIN, Ana Maria. **Mulheres: Autonomia e Controle Religioso na América latina**. São Paulo/Petrópolis, Vozes/CEHILA, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- _____. “A juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 112, 121, 1983.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CAPPI, Olivia Barreto de Oliveira. **A hagiografia de Santa Rosa de Lima: narrando a santidade na américa**. Campinas, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 348-351.

CUBAS, Caroline Jaques. **O corpo habitado**: sentidos e sensibilidades na formação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (Província de Nossa Senhora de Lourdes, 1960 - 1980). Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2007.

_____. **Do hábito à resistência**: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

_____. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Ed. EDUSP, 2009.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Ed. USP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 10 ed., São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GINZBURG, Carlo. Conversar com Orion. **Esboços**: história em conexões globais, v. 12, n. 14, p. 163-170, 2007. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/175>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

GONÇALVES, Marcos - Missionários da 'boa imprensa': a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 63-84. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 26 jun. 2020.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciais. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 119-139.

GROSSI, Miriam Pillar. Conventos e Celibato Feminino Entre Camponesas do Sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 47-60, 1995. Disponível em:

<<https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar6.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LABOA GALLEGO, Juan María Laboa. **Historia de los Papas**: Entre el reino de Dios y las pasiones terrenales. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: Ana Brancher (org). **Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 1 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1991, p. 41-60.

_____. **Artífices do futuro**: Cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980). 1. ed. Florianópolis: Insular, 2016.

_____. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 36, v. 19, p. 121-147, dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/30624>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi [et all]. **Fontes Históricas**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 387-406, dez. 2011.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 19-32.

MATOS, Silvana Sobreira de. **A Beatificação de Chiara Luce e os sentidos da santidade juvenil**. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPE, Recife, 2014.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 3. ed. São Paulo: n-1, 2019.

MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 365-384.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In LÊ GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NUNES, Maria José Rosado. O catolicismo sob o escrutínio da modernidade. In SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro. **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004, p. 22-36.

_____. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 363-365, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000200009>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. Autonomia das mulheres e controle da igreja: uma questão insolúvel? In. Ana Maria Bidegain (org.) **Autonomia e controle religioso na América Latina**. Petrópolis: Vozes, p. 59-70, 1996.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Antropologia Física e Etnografia do Brasil em Santa Catarina na década de 1950. **Anuário Antropológico**. p. 269-286, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/4983>> Acesso em: 26 jun. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo João Soares de. O Símbolo e o Ex-Voto em Canindé. **Revista de Estudos da Religião**, nº 03, p. 99-107, 2003. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_oliveira.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PARADA, Lourdes Celina Vázquez. En un país tan necesitado de Santos... **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, n. 22/23, p. 1-33, 2001.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. **“Santos da porta ao lado”**: caminhos da santidade contemporânea católica. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFRJ, Rio de Janeiro. 2006.

PEREIRA, José Carlos. A Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo. **Revista de Estudos da Religião**, nº 3, p. 67-98, 2003. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_pereira.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PEREIRA, Leonel Luiz. **A trajetória socioeconômica e política do município de Imaruí – SC e o processo de imigração nas últimas décadas**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Socioeconômico) – UNESC, Criciúma. 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **As mulheres ou o silêncio da história**. Baurú: EDUSC, 2013.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. In SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro. **Sociologia da religião e mudança social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus, 2004, p. 13-21.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO FILHO, Kleber. **Michel Foucault: Uma História da Governamentalidade**. Rio de Janeiro: Editora Insular, 2006.

RIBAS, Ana Claudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa em Florianópolis - 1929/1959. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - UDESC, Florianópolis.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 31, p. 147-160, 2003. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>> Acesso em: 26 jun. 2020.

SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder**: Novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Ana Luzia. **Educação na imprensa católica**: As representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969). Dissertação (Mestrado em Educação). UFSE – São Cristóvão, 2006.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. “As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de “ser santo” In. **Estudos de História**. Franca: UNESP, 1994.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SÁVIO, Maria Mendes Mola. **Jovens conectados**: a comunicação da Igreja Católica no contexto da jornada mundial da juventude. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) – UNESP, Bauru, v. 7, n. 1, p. 27-40, 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p.57-72, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SILVA, Kelly Caroline Noll da. **Pura, heroica e casta**: O martírio de Albertina Berkenbrock nas páginas do jornal católico O Apóstolo (1952-1959). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2017.

SOARES, Hugo Ricardo. **A Produção Social do Santo**: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas, 2007.

_____. **Da devoção ao Processo Canônico** – um estudo sobre a produção da santidade no catolicismo'. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas, 2015.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A reforma social Católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)**. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 2001.

STEPHANOU, Maria; COSTA, Marli de Oliveira. A infância e o Discurso Religioso: o caso da menina que virou santa no Sul do Brasil (década de 1940). In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete; AREND, Silvia Maria Fávero. **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: Unioeste, 2009. p. 113-140.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p 14-23, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13452>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. O santo. In: LE GOFF, J. (dir.) **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____, André. Santidade. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. v. 12.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

Fontes documentais

BRUNETTI, Aury Azélio. **Castidade heroica**: vida da beata Albertina Berkenbrock (virgem e mártir). São Paulo: Ave-Maria, 2008.

Homilia do Cardeal José Saraiva Martins durante o rito de beatificação da mártir Albertina Berkenbrock. Tubarão-SC, 20 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/rc_con_csaints_doc_20071020_beatif-berkenbrock_po.html>. Acesso em: 09 jul 2019.

MOSER, Dom Hilário. **A Serva de Deus Albertina Berkenbrock**. Tubarão: Dehon, 2001.

SILVEIRA, Albi Israel da. **Albertina Berkenbrock**: do nascimento à beatificação. Bem-Aventurada Albertina Berkenbrock. Tubarão: Humaitá, 2008.

JORNAIS:

“A vida da Serva de Deus Albertina”. **O Estado**. Florianópolis, 09 nov. 1954, n. 12032, p. 05.

A B. Maria Goretti será Canonizada. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mar. 1950, n. 273, p. 02.

A Boa Imprensa! **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 mar. 1953, n. 543, p. 01.

A santinha brasileira. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 31 mai. 1952, n. 7334, p. 01.

Albertina, mártir catarinense. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 abr. 1952, n. 523, p. 03.

Alô Alô Atenção! **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 abr. 1952, n. 523, p. 01.

Beatificação de uma Mártir Catarinense. **O Estado**. Florianópolis, 13 abr. 1952, n. 11373, p. 12.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 dez. 1951, n. 515, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 fev. 1952, n. 520, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mar. 1952, n. 521, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 mai. 1952, n. 526, p. 02.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 jul. 1952, n. 528, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 set. 1952, n. 531, p. 02.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 out. 1952, n. 534, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 nov. 1952, n. 535, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 dez. 1953, n. 559, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 abr. 1953, n. 546, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 jul. 1954, n. 575, p. 03.

Graças. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 mar. 1956, n. 605, p. 03.

Harmonia no lar. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mai. 1958, n. 656, p. 02.

O Papa e as modas. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 jan. 1954, n. 564, p. 01.

O Século das Pequenas Mártires. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 set. 1953, n. 555, p. 04.

Prezados assinantes. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 out. 1959, ed. 721, p. 04.

Que fizeste pela Imprensa Católica. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 out. 1953, n. 557, p. 04.

Sangue e silêncio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mar. 1953, n. 543, p. 01.

Sangue e silencio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mai. 1953, n. 547, p. 01.

Sangue e silencio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 mai. 1953, n. 548, p. 01.

Romaria ao Túmulo da Mártir. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1952, n. 7342, p. 03.

Sangue e silencio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 jul. 1953, n. 552, p. 01.

Sangue e silêncio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 out. 1953, n. 557, p. 01.

Sangue e silêncio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 nov. 1953, n. 558, p. 01

Sangue e silêncio na mata virgem. **O Apóstolo**. Florianópolis, 15 dez. 1953, n. 560, p. 01

Tabela de Publicações. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 fev. 1959, n. 705, p. 03.

Terá o Brasil sua primeira santa? **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 jul. 1952, n. 18192, p. 51.

Túmulo de ALBERTINA. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 mar. 1954, n. 567, p. 02.

Uma ideia errada. **O Apóstolo**. Florianópolis, 01 jun. 1958, n. 658, p. 03.

Documentos

Adílio Daronch, leigo. Disponível em:

http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20071021_daronch_po.html. Acesso em: 20 nov. 2019).

Documentos da CNBB – 85. Evangelização da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais, 2007. Disponível em: <<http://www.jovensconectados.org.br>> Acesso em: 07 ago. 2019.

Documento de Puebla III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano. Disponível em: <https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Carta Apostólica del Papa Juan Pablo II a los jóvenes e a las jóvenes del mundo con ocasión del año internacional de la juventud, 1985. Disponível em:

<http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_letters/1985/documents/hf_jp-ii_apl_31031985_dilecti-amici.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Código de Direito Canônico. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

Sites

Bem-Aventurada Albertina. Disponível em: <<https://www.beataalbertina.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Dom Hilário Moser celebra 60 anos de ordenação. Disponível em:

<http://diariodosul.com.br/SITE2015/imprimir_conteudo.php?codn=36392>. Acesso em: 11 mai. 2020.

Entrevista: Dom Hilário Moser. Disponível em:

<<https://franciscanos.org.br/noticias/entrevista-dom-hilario-moser.html#gsc.tab=0>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

FAPESUL. Disponível em: <<http://www.fapesul.org.br>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

Município de Imaruí. Disponível em: <<https://www.imarui.sc.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

Nhá Chica. Disponível em: <<https://www.nhachica.org.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Santuário Diocesano Bem-Aventurada Albertina Berkenbrock. Disponível em: <<https://www.facebook.com/santuariodealbertina/>>. Acesso em: 19 nov 2019.